

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS**

**O ESPAÇO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE PAULO
AFONSO-BA E SUA PARTICIPAÇÃO NO CIRCUITO DE
COMERCIALIZAÇÃO DAS FEIRAS DA REGIÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Sérgio Luiz Malta de Azevedo

RECIFE – BRASIL - 1997

20

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS

O ESPAÇO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE PAULO
AFONSO-BA E SUA PARTICIPAÇÃO NO CIRCUITO DE
COMERCIALIZAÇÃO DAS FEIRAS DA REGIÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Sérgio Luiz Malta de Azevedo



RECIFE – BRASIL - 1997

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, por Sérgio Luiz Malta de Azevedo, sob a orientação da Prof^a. Dra. Marlene Maria da Silva.

Recife, Brasil, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Recife, _____ de _____ de 1997

Componentes da Banca Examinadora:

Profª. Dra. Marlene Maria da Silva

Prof. Dr. Nilson Cortez Crocia de Barros

Prof. Dr. Silvio Carlos Bandeira de Mello e Silva

“Sua rima, inda que seja
Bordada de prata e de ôro,
Para agente sertaneja
É perdido este tesôro.
Com seu verso bem feito,
Não canta o sertão dereito,
Porque você não conhece
Nossa vida aperreada.
E a dô só é bem cantada,
Cantada por quem padece”.

Patativa do Assaré

AGRADECIMENTOS

À Suprema Proteção Divina pela inspiração, coragem, lucidez e saúde a mim concedidas.

Ao Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco, à Secretaria de Educação do Estado da Bahia (DIREC - 10 e Colégio Estadual Carlina Barbosa de Deus), à CAPES pelo permanente apoio institucional e financeiro que me foi dispensado ao longo de toda esta pesquisa.

Aos professores do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco pelas fecundas contribuições a mim proporcionadas - muitas das quais incorporadas a esta pesquisa - através dos debates e discussões nos seminários desenvolvidos na primeira fase do curso.

À Prof^ª. Dra. Marlene Maria da Silva, minha interlocutora por excelência, pela dedicada orientação e presteza com que realizou a leitura dos originais deste trabalho, sugerindo modificações, apontando novos rumos e perspectivas de enfoque do tema, quero registrar meu sincero agradecimento.

Quero agradecer às colegas Rita Cássia Soares Rezende e Maria Auxiliadora Coelho Lustosa pelas sugestões e incentivos a mim dirigidos através de palavras sempre proveitosas e cordiais. Também desejo registrar meu agradecimento ao professor Ivaldo de Brito Cavalcanti pelo particular apoio a mim dispensado na Segunda fase

desta pesquisa e aos técnicos do Setor de Fomento Agropecuário da Prefeitura Municipal de Paulo Afonso pela cooperação no fornecimento de dados e na viabilização de contatos junto aos pequenos produtores agrícolas da área.

À minha esposa Cátia Cilene e aos meus filhos Sérgio, Livia e Laís, pelo constante e imprescindível estímulo e apoio na realização desta pesquisa, especialmente pelos momentos em que minhas ausências, apesar de sentidas, foram compreendidas e perdoadas.

A Júlio, Gercinaldo, Cristiano e Alan, alunos da UNEB, pela dedicação com que colaboraram na fase de pesquisa direta, através da realização de entrevistas junto a produtores e feirantes.

Por fim, quero agradecer, em especial, aos pequenos agricultores, mulheres-feirantes e comerciantes do município de Paulo Afonso, que falaram de suas vidas, de seu trabalho e de seus problemas, constituindo-se, as informações fornecidas, em fonte valiosa de dados para sistematização dos resultados do presente estudo.

SUMÁRIO

RESUMO.....	16
INTRODUÇÃO.....	17
1 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO-BA.....	23
2 A PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM PAULO AFONSO-BA: EVOLUÇÃO RECENTE DO QUADRO RURAL DA ÁREA.....	40
2.1 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA DO MUNICÍPIO. AS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	41
2.2 FORMAS DE ACESSO À TERRA.....	61
2.3 A MOBILIDADE DO TRABALHADOR RURAL NO MUNICÍPIO.....	72
2.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO E INVESTIMENTO E AS MUDANÇAS RECENTES NA AGRICULTURA DE PAULO AFONSO.....	75
3 CIRCULAÇÃO DO EXCEDENTE DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: ARTICULAÇÃO COM AS FEIRAS DA REGIÃO.....	91

3.1 AS FEIRAS DA REGIÃO: CARACTERÍSTICAS GERAIS E IMPORTÂNCIA.....	91
3.2 A INSERÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO DE PAULO AFONSO NAS FEIRAS.....	103
3.3 O PAPEL DO INTERMEDIÁRIO NA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA PEQUENA PRODUÇÃO NAS FEIRAS.....	122
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
ABSTRACT.....	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	144

LISTA DE MAPAS, GRÁFICOS, TABELAS E QUADRO

MAPAS

01 Localização da Microrregião Sertão de Paulo Afonso na Região Semi-árida do Estado da Bahia.....	24
02 Município de Paulo Afonso-BA.....	25
03 Estado da Bahia - Pluviometria Média Anual – 1983.....	30
04 Município de Paulo Afonso-BA – Sistema Viário - 1995.....	37
05 Município de Paulo Afonso-BA – Localização dos Projetos de Irrigação da Região Administrativa das Águas do Sub-médio São Francisco - 1995.....	86
06 Município de Paulo Afonso-BA – Localização do Projeto de Irrigação da Caiçara – 1996.....	87
07 Município de Paulo Afonso-BA – Localização do Projeto de Irrigação de Paulo Afonso - 1996.....	89
08 Localização das Feiras na Cidade de Paulo Afonso-BA - 1997.....	95
09 Localização da Feira na Cidade de Santa Brígida-BA – 1997.....	98
10 Localização da Feira na Cidade de Macururé-BA – 1997.....	101

GRÁFICOS

01 Médias Pluviométricas de Paulo Afonso-BA - Consideradas no Período de 1969-1987.....	31
02 Município de Paulo Afonso-BA – Calendário Agrícola das Culturas de Feijão, Milho, Mandioca e Algodão - 1994.....	43
03 Distribuição Mensal da Produção da Casa-de-Farinha do Povoado São José em 1996.....	53
04 Município de Paulo Afonso-BA – Evolução dos Índices de Concentração da Terra em Algumas Microrregiões do Estado da Bahia – 1970-1980.....	71
05 Município de Paulo Afonso-BA – Volume dos Produtos da Pequena Produção Agrícola Comercializado por Semestre e Estocado Durante o Ano de 1996.....	108
06 Município de Paulo Afonso-BA – Distribuição (%) dos Tipos de Ocupação dos Pequenos Agricultores Pesquisados – 1996.....	111
07 Município de Paulo Afonso-BA – Local de Comercialização dos Produtos da Pequena Produção pelos Agricultores Entrevistados – 1996.....	112
08 Município de Paulo Afonso-BA – Propriedade do Transporte Utilizado pelos Pequenos Agricultores para levar os Produtos Agrícolas até a Feira – 1996.....	114
09 Participação das Mulheres de Paulo Afonso-BA nas Feiras Pesquisadas, Segundo Períodos do Ciclo Agrícola Anual – 1996-1997.....	119
10 Distribuição (%) das Mulheres-Feirantes, Segundo Local de Venda dos Produtos – 1996-1997.....	121

11	Distribuição (%) dos Tipos de Intermediários que Comercializam os Produtos da Pequena Produção Agrícola do Município de Paulo Afonso-BA – 1997.....	128
12	Distribuição (%) dos Tipos de Transporte Segundo a Categoria de Intermediário que Comercializam a Produção do Município de Paulo Afonso-BA – 1997.....	130
13	Destinação dos Produtos da Pequena Produção do Município de Paulo Afonso-BA Comercializados por Intermediários que Atuam nas Feiras da Região – 1997.....	132
14	Outros Tipos de Atividades Exercidas Pelos Intermediários que Comercializam os Produtos da Pequena Produção do Município de Paulo Afonso-BA - 1997.....	133

TABELAS

01	Município de Paulo Afonso-BA - População Residente, Taxa de Urbanização e Densidade Demográfica – 1970-1991.....	34
02	Município de Paulo Afonso-BA – Variação (%) da Quantidade Produzida e da Área dos Principais Produtos Agrícolas – 1970-1985.....	45
03	Município de Paulo Afonso-BA – Variação (%) da Quantidade Produzida e da Área dos Principais Produtos Agrícolas – 1974-1995.....	47

04 Município de Paulo Afonso-BA – Produção das Casas-de-Farinha Mecanizadas, no Período – 1990-1996.....	51
05 Município de Paulo Afonso-BA – Principais Efetivos da Pecuária - 1970-1985.....	55
06 Município de Paulo Afonso-BA – Principais Efetivos da Pecuária - 1974-1995.....	56
07 Município de Paulo Afonso-BA – Categorias de Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Agropecuários - 1970-1985.....	59
08 Município de Paulo Afonso-BA – Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Agropecuários de Algumas Microrregiões do Estado da Bahia - 1970-1985.....	60
09 Município de Paulo Afonso-BA – Estabelecimentos Agropecuários, Segundo a Condição do Produtor – 1970, 1980 e 1985.....	62
10 Município de Paulo Afonso-BA – Categoria de Imóveis Rurais – 1992.....	64
11 Município de Paulo Afonso-BA – Estabelecimentos Agropecuários por Grupo de Área Total – 1970-1985.....	66
12 Município de Paulo Afonso-BA – Área Média dos Estabelecimentos Agropecuários Segundo Grupos de Área Total - 1970-1985.....	68

13 Município de Paulo Afonso-BA – Área Média dos Estabelecimentos, por Classe de Atividade Econômica - 1980-1985.....	69
14 Município de Paulo Afonso-BA – Índice de Gini de Concentração de Terras de Algumas Microrregiões do Estado da Bahia - 1970-1980.....	70
15 Município de Paulo Afonso-BA – Número e Valor dos Financiamentos – 1970-1985.....	78
16 Município de Paulo Afonso-BA – Repartição do Volume de Crédito Destinado ao Setor Agropecuário - 1990-1996.....	79
17 Município de Paulo Afonso-BA – Ano de Fundação e Número de Associações de Pequenos Produtores Rurais - 1987-1996.....	83
18 Município de Paulo Afonso-BA – Quantidade dos Gêneros Produzidos e Comercializados pelos Pequenos Agricultores nas Feiras da Região, em 1996.....	105
19 Município de Paulo Afonso-BA – Animais Vendidos na Feira de Paulo Afonso, no Ano de 1996, por Pequenos Agricultores Entrevistados.....	109
20 Quantidade, Preço Médio e Variação (%) dos Principais Produtos Comercializados pelas Mulheres-Feirantes de Paulo Afonso-BA, nas Feiras Pesquisadas – 1996-1997.....	117

21 Quantidade, Preço Médio e Variação (%) dos Principais Produtos Comercializados pelas Mulheres-Feirantes de Paulo Afonso-BA, nas Feiras Pesquisadas – 1996-1997.....	118
22 Município de Paulo Afonso-BA - Principais Produtos da Pequena Produção Agrícola Adquiridos por Intermediários nas Feiras – 1996-1997.....	124
23 Município de Paulo Afonso-BA - Principais Tipos de Animais Comprados por Intermediários na Feira – 1996-1997.....	126

QUADRO

01 Características Principais dos Intermediários que Comercializam os Produtos da Pequena Produção Agrícola do Município de Paulo Afonso-BA nas Feiras da Região - 1997.....	127
--	-----

RESUMO

Tendo como objeto de análise os pequenos produtores agrícolas do município de Paulo Afonso-BA, este trabalho tem como objetivo apreender os mecanismos que presidem o processo de reprodução social e física da pequena produção agrícola daquele município bem como a reprodução do espaço rural dessa área, elegendo como eixo principal de abordagem a relação desse segmento da agricultura com o circuito de comercialização das feiras da região. Partiu-se do pressuposto de que a articulação da pequena produção em causa com o circuito do capital é o meio pelo qual o sobretrabalho do pequeno agricultor, materializado em produto excedente, é apropriado pelo capital mercantil, representado, no caso em análise, pela intermediação que atua na área. Para realização desse estudo, utilizou-se um vasto material bibliográfico, visando fundamentar a análise tanto do ponto de vista empírico como teórico. No desenvolvimento do estudo utilizou-se, também, informações estatísticas, cartográficas e de pesquisa direta, esta última realizada através de entrevista com pequenos agricultores, com intermediários e com feirantes envolvidos na comercialização dos gêneros produzidos pela pequena agricultura do município. Constatou-se, com a análise, que, na venda da produção ao intermediário, este se apropria de uma parcela significativa do sobretrabalho do pequeno produtor, ao passo que, na venda direta ao consumidor pelo agricultor retalhista e pelas mulheres-feirantes, o pequeno produtor retém uma parcela importante de seu sobretrabalho, representando, portanto, esta última forma de comercialização, a principal estratégia de reprodução social da categoria.

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa se situa na perspectiva da relação campo-cidade, tendo como objeto central de estudo o espaço da pequena produção agrícola em Paulo Afonso - BA e a participação dessa atividade no circuito das feiras da região. Trata-se, portanto, de uma área marcada por condições climáticas e ambientais de semi-aridez cujos reflexos aparecem na estrutura da produção agropecuária e na irregularidade da oferta dos gêneros dessa produção nas feiras da região.

As feiras desempenham importante função de ligação dos pequenos agricultores com a cidade por representarem o lugar em que se dá a venda dos excedentes da produção agropecuária e a compra de gêneros não produzidos pelo agricultor, além de ensejarem o consumo dos diversos serviços que a cidade oferece ou, ainda, por constituírem um espaço onde o pequeno agricultor mantém relações interpessoais, consolidando vínculos sociais e contribuindo para a preservação de elementos sócio-culturais preexistentes.

Do ponto de vista dos vínculos regionais, as feiras fortalecem a centralidade

urbana ao propiciarem a redistribuição de gêneros alimentícios para os municípios integrantes da área de influência das cidades onde ocorrem. Além das feiras de Paulo Afonso, as de Santa Brígida e Macururé, ambas situadas na sede de municípios baianos fronteiriços a Paulo Afonso, também comercializam produtos da pequena produção agrícola desse município tais como feijão, milho, farinha, macaxeira, dentre outros.

Nesse espaço rico de possibilidades, os pequenos agricultores, ao estabelecerem relações econômicas, o fazem sob condições bastante diversas: há desde aqueles que se enquadram na categoria de agricultores comerciantes, até agricultores que freqüentam a feira para venderem aos intermediários o produto do seu trabalho. Nesse contexto, importante papel é reservado à mulher rural, não só pela sua participação na execução das tarefas domésticas mas, também, por sua participação na venda de produtos nas feiras estudadas e em outros locais da cidade de Paulo Afonso, o que, na visão do agricultor chefe de família, proporciona uma renda suplementar a sua.

O período, abrangido pelo estudo, compreende os anos de 1970 a 1996, período em que se intensificou o fluxo migratório de pequenos agricultores, oriundos, principalmente, de municípios dos estados de Alagoas, Sergipe e Pernambuco para a área rural de Paulo Afonso, com reflexos na produção e na articulação da pequena produção agrícola local com o circuito comercial das feiras da região.

Objetivou-se, portanto, com esta pesquisa, compreender o processo de reprodução social do pequeno produtor de Paulo Afonso vinculado á agricultura tradicional, buscando-se, para isso, caracterizar a relação desse segmento com o capital mercantil representado pelo intermediário que atua nas feiras da região, convertendo-se no principal agente de apropriação do trabalho excedente produzido pelo pequeno agricultor.

Numerosos estudos abordam temas relativos à pequena produção agrícola, sobretudo na área das ciências sociais. De modo geral, duas perspectivas são adotadas por esses estudos, visando compreender o funcionamento da pequena produção: aquela que aborda a pequena produção, considerando que os elementos que a constituem podem ser apreendidos em si mesmos enquanto parcela da sociedade que se diferencia da urbana e, até certo ponto, a ela se subordina e aquela que procura compreendê-la a partir do sistema econômico dominante, considerando, assim, que a reprodução da pequena produção é necessária à própria viabilidade das relações capitalistas.

Na geografia, a tradição de estudos que abordam a agricultura e mesmo a pequena produção agrícola, já é antiga. Tais estudos, contudo, privilegiam, apenas, as relações técnicas de produção. Somente a partir da década de 70, com o agravamento da crise nacional e internacional do capital, aquela ciência passou a adotar uma postura mais crítica no trato das questões relacionadas à agricultura e a seus atores sociais.

Abordada segundo essa perspectiva, a pequena produção agrícola reveste-se de singularidades que são próprias das formas como evoluem as relações desse setor com o capital. Tais singularidades estão orientadas, em primeiro lugar, pelas necessidades de garantir à família camponesa os meios básicos de sua sobrevivência. Em segundo lugar, por estar a pequena produção agrícola articulada ao circuito global do capital onde cumpre, entre outros papéis, o de transferir sobretrabalho e “produzir capital”, encontrando-se ligada a este através de sua inserção no circuito de atuação do capital mercantil representado, no caso em análise, pelas feiras. Daí, a afirmação de que os movimentos de conservação e recriação da pequena produção interessam ao capitalismo, porque servem a seus propósitos de extração de sobretrabalho do pequeno produtor agrícola com vistas à produção e reprodução capitalista.

O surgimento de uma área urbana, economicamente dinâmica, desenvolvida a partir da exploração do potencial das cachoeiras de Paulo Afonso, provocou mudanças substanciais no espaço sob sua influencia, na medida em que passou a exigir da pequena produção desse espaço o desempenho do papel que lhe cabe no contexto do capitalismo atual que é o de produtora de gêneros alimentícios a baixo custo, viabilizando, desse modo, a produção/reprodução do capital.

No caso da pequena produção agrícola de Paulo Afonso-BA, as relações sociais e culturais moldam a organização do espaço rural ao mesmo tempo que são viabilizadas por essa organização, seja pela variedade de condições naturais e sociais ali encontradas, seja pela dinâmica interna à pequena produção (pelas relações não-capitalistas que se estabelecem), seja pela articulação que mantém com o circuito comercial. Nesse último caso, a força de trabalho torna-se uma mercadoria cujo valor corresponde ao dos gêneros básicos de que necessita para sua reprodução. Assim, o sobretrabalho materializado nos excedentes comercializados, se torna produto excedente que é, inteiramente, apropriado pelo capital comercial. É, portanto, através deste processo contraditório e dialético que o capitalismo recria e conserva a pequena produção agrícola afim de promover sua própria expansão.

Dessa forma, a pequena produção agrícola, ao constituir-se em resultado do trabalho da família agricultora no contexto das relações capitalistas contemporâneas, produz/reproduz o espaço de forma a permitir a sua reprodução assim, (...) *“a sociedade concreta cria seu espaço geográfico para nele se realizar e reproduzir, para ela própria se repetir (Corrêa, 1991, p. 57).*

É, portanto, nesses pressupostos teóricos que se apoia este estudo, tendo como fundamento a lei do desenvolvimento capitalista, pela qual o espaço é recriado num

processo contraditório e desigual, fruto das relações sociais, que se estabelecem no âmbito do modo de produção capitalista.

Em face das diretrizes centrais adotadas para concretização desta pesquisa, procedeu-se, inicialmente, o levantamento bibliográfico das obras consideradas básicas para sua elaboração, notadamente aquelas referentes à fundamentação teórica do estudo e à caracterização do espaço geográfico do município de Paulo Afonso. Além dessas foram utilizadas fontes estatísticas e cartográficas. Essas fontes foram levantadas em bibliotecas, na Prefeitura de Paulo Afonso, junto ao IBGE e às instituições públicas e particulares do município de Paulo Afonso-BA que atuam no âmbito da pequena produção agrícola. Outra importante fonte de dados utilizada foi a pesquisa direta, realizada através de entrevistas semi-estruturadas com produtores rurais, agrônomos, técnicos agrícolas, presidentes de associações de pequenos agricultores e comerciantes de produtos agrícolas nas feiras da região. Coletadas as informações, os dados foram selecionados, procedendo-se, em seguida, o tratamento, a análise e interpretação dos mesmos, buscando verificar as relações existentes entre elementos estudados, a luz dos pressupostos teóricos adotados.

A presente pesquisa está dividida em quatro capítulos incluindo as considerações finais, onde se faz a sistematização das constatações realizadas ao longo do trabalho.

O primeiro capítulo contém uma caracterização da área objeto do estudo, que inclui tanto a posição geográfica do município de Paulo Afonso, como as características naturais da região no qual o município se encontra inserido. Considerou-se, ainda, nesse capítulo a forma como se deu a estruturação do espaço urbano e rural do município e

como se dá o processo de abastecimento e escoamento dos gêneros agrícolas comercializados no município, evidenciando-se, assim, a centralidade urbana exercido por Paulo Afonso no contexto das cidades vizinhas por ela polarizadas.

No segundo capítulo, analisou-se a organização da pequena produção agrícola no município de Paulo Afonso, visando apreender as implicações de tal organização na articulação da área rural com o mercado (feiras) regional. Procurou-se analisar, ainda, a evolução do quadro rural do município, a fim de identificar as mudanças recentes ali ocorridas, mormente aquelas relativas à modernização da atividade agrícola de pequeno porte.

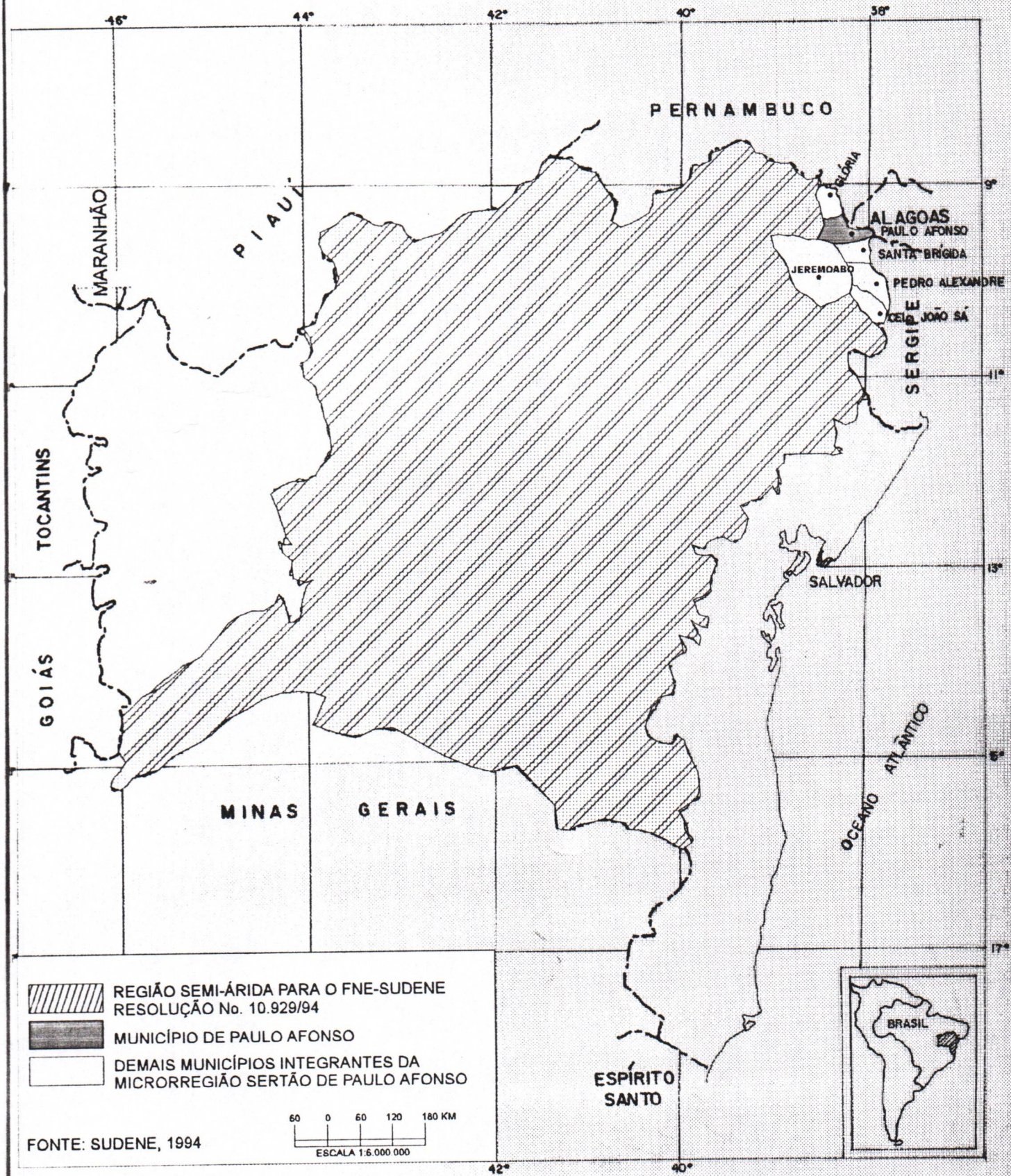
No terceiro capítulo, foi analisado o processo de circulação e apropriação dos excedentes comercializados pelos pequenos agricultores de Paulo Afonso-BA, nas feiras da região, visando-se perceber os mecanismos de inserção dos pequenos agricultores nesse circuito e a importância dessa articulação na reprodução social do pequeno produtor agrícola do município.




Por fim cabe ressaltar que o estímulo para realização desta pesquisa proveio da carência de estudos relativos ao papel da produção e comercialização da pequena produção agrícola na organização do espaço - estudos geográficos - não obstante a gama de trabalhos que buscam analisar os problemas estruturais da sociedade brasileira. Diante desse fato, espera-se possa o presente estudo constituir em rica fonte de informações para balizamento do planejamento das intervenções do setor público na atividade abordada.

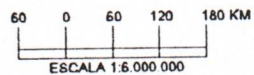
1 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO-BA

O município de Paulo Afonso-BA se insere no Polígono das Secas do Nordeste brasileiro e localiza-se na margem direita do rio São Francisco, na sua porção sub-média, entre os paralelos de $09^{\circ} 39' 27''$ e $9^{\circ} 21' 10''$ de latitude sul e os meridianos de $38^{\circ} 32' 16''$ e $37^{\circ} 59' 52''$ de longitude oeste, ocupando uma área de 1018 km^2 (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 1995, p. 619). Em relação ao Estado da Bahia, o município encontra-se localizado em sua porção nordeste, compondo a microrregião Sertão de Paulo Afonso (MRH-005) da qual fazem parte os municípios baianos: Jeremoabo, Pedro Alexandre, Santa Brígida, Coronel João Sá, Glória e Paulo Afonso. Este último limita-se, ao norte, com o município de Glória-BA, ao Sul com os municípios baianos de Santa Brígida e Jeremoabo, a leste com o rio São Francisco e com o estado de Sergipe e, a oeste, com o município baiano de Rodelas (Mapas 01 e 02).

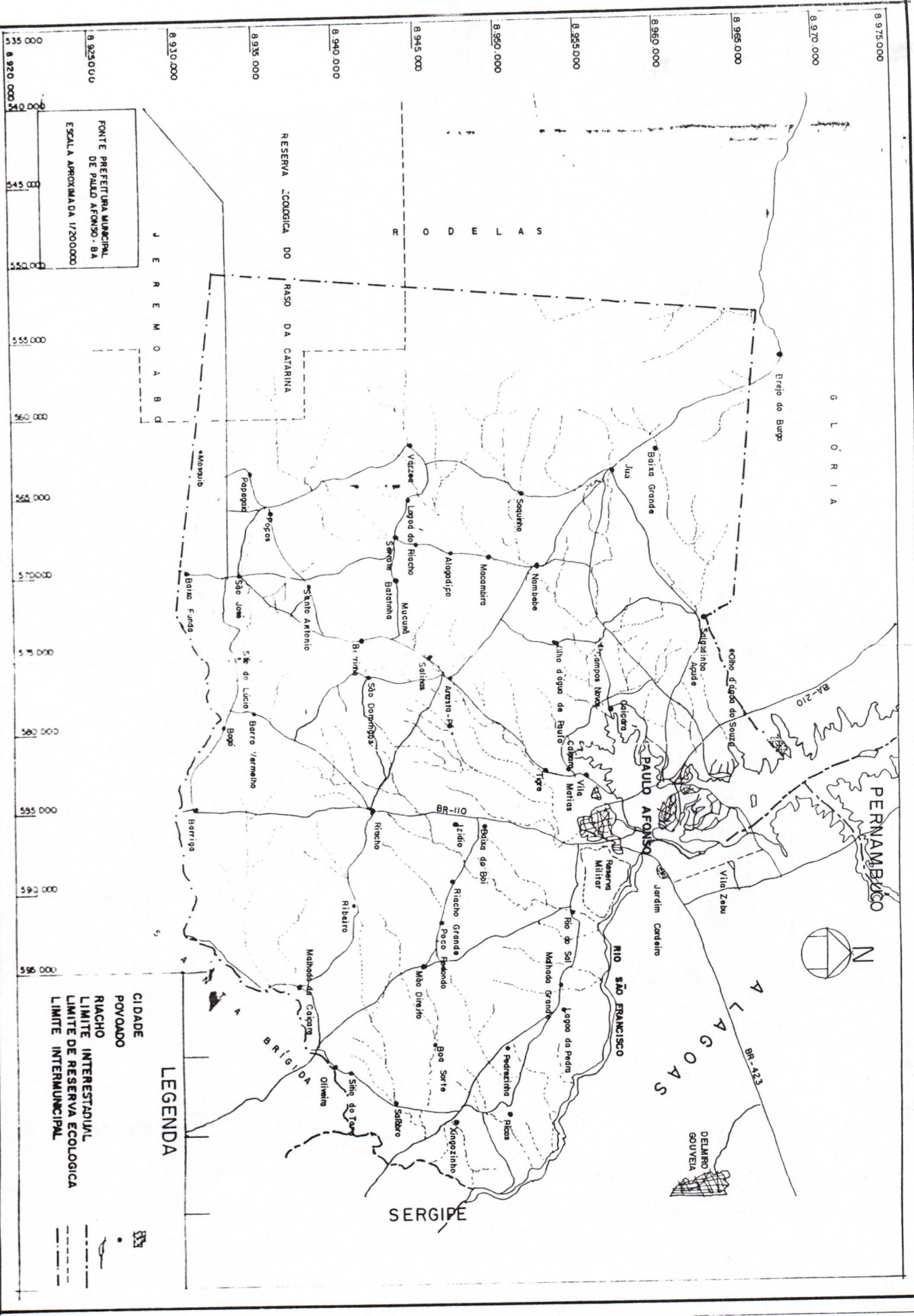
MAPA 01
**LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO SERTÃO DE PAULO AFONSO
 NA REGIÃO SEMI-ÁRIDA DO ESTADO DA BAHIA**



-  REGIÃO SEMI-ÁRIDA PARA O FNE-SUDENE
RESOLUÇÃO No. 10.929/94
-  MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO
-  DEMAIS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA
MICRORREGIÃO SERTÃO DE PAULO AFONSO

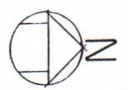


FONTE: SUDENE, 1994



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL
 DE PAULO AFONSO - BA
 ESCALA APROXIMADA 1/200000

LEGENDA
 CIDADE
 POVOADO
 RIACHO
 LIMITE INTERMUNICIPAL
 LIMITE DE RESERVA ECOLÓGICA
 LIMITE INTERMUNICIPAL



8 9 7 5 0 0 0
 8 9 7 0 0 0 0
 8 9 6 5 0 0 0
 8 9 6 0 0 0 0
 8 9 5 5 0 0 0
 8 9 5 0 0 0 0
 8 9 4 5 0 0 0
 8 9 4 0 0 0 0
 8 9 3 5 0 0 0
 8 9 3 0 0 0 0
 8 9 2 5 0 0 0
 8 9 2 0 0 0 0

5 4 5 0 0 0
 5 5 0 0 0 0
 5 5 5 0 0 0
 5 6 0 0 0 0
 5 6 5 0 0 0
 5 7 0 0 0 0
 5 7 5 0 0 0
 5 8 0 0 0 0
 5 8 5 0 0 0
 5 9 0 0 0 0

O relevo dominante no município está constituído por depressões periféricas interplanálticas, integrantes da unidade geomorfológica Pediplano Sertanejo, com cotas altimétricas que variam de 262 e 450m. Caracteriza-se como um modelado de aplanamento do qual faz parte o Raso da Catarina. Tal modelado apresenta elevações residuais e superfícies de erosão escalonadas, com inclinação geral para o Rio São Francisco, evidenciada pela orientação da rede de drenagem. De forma geral, observa-se, nas feições do relevo, a presença de interflúvios rebaixados e modestos boqueirões percorridos por riachos que tendem a cortar transversalmente as direções estruturais. Esses riachos possuem terraços com desníveis que não ultrapassam 2 a 3m cujos leitos, arenosos e pedregosos, são limitados por encostas ravinadas e de fraco declive (Companhia de Engenharia Rural da Bahia, 1988, p. 14; Jatobá, 1992, p. 184). Observa-se, ainda, em direção ao Raso da Catarina, a presença de chapadas de topo aplanado assentadas sobre rochas calcárias.

Os solos, de maneira geral, são poucos desenvolvidos, com predomínio dos seguintes tipos:

a) planossolo solódico eutrófico. Muito suscetível de erosão, esse tipo de solo caracteriza-se por pouca profundidade e drenagem imperfeita, apresentando-se encharcado nos períodos chuvosos e ressecado nos de estiagem. É encontrado em quase todas as áreas desse município, predominando, contudo, na sua porção centro-leste;

b) bruno não cálcico. Varia do moderadamente profundo a raso, possui drenagem deficiente, sendo, portanto, bastante suscetível à erosão. É considerado de alta fertilidade natural, em virtude de se encontrar em sua composição elementos minerais facilmente

assimiláveis pelas plantas, podendo, ainda, apresentar-se pedregoso com abundante presença de pedras e calhaus de quartzo. Ocorre numa pequena parcela da área do município, na sua porção oeste;

c) bruno não cálcico planossólico. Possui características praticamente semelhantes às do tipo anteriormente descrito, diferindo, apenas, por constituir um tipo intermediário para o planossolo. É encontrado em pequenas áreas do município, aparecendo intercalado nas áreas, onde predomina o solo do tipo planossolo solódico eutrófico, já citado.

d) areias quartzosas álicas. Caracterizam-se pela profundidade e drenagem geralmente excessivas, sendo essencialmente quartzosos, ácidos e de baixa fertilidade natural. Predominam na porção do município que integra a reserva ecológica do Raso da Catarina. (RADAMBRASIL, 1983, p. 490 - 515; PROJETEC, 1995, p. 21).

Os solos, acima descritos, não obstante sua utilização pelos pequenos agricultores da área, são considerados de uso restritivo para a atividade agrícola, seja pela pouca profundidade e também pelos riscos de erosão e salinidade que apresentam no caso dos solos de textura excessivamente argilosa, seja pelos problemas de fertilidade natural e pela acidez excessiva. Tais solos são, antes, recomendados para manter a flora e a fauna e como suporte para criação de pequenos e médios animais com a utilização de pastagem natural.

As formações vegetais típicas da área objeto deste estudo são denominados genericamente de caatinga hiperxerófila. São próprias dos ambientes semi-áridos e constituem-se de uma variada gama de espécies que, de forma geral, caracterizam-se

por apresentarem mecanismos de resistência à escassez de água tais como superfície foliar reduzida, transformação das folhas em espinhos no caso das cactáceas, cutículas cerosas nas folhas, armazenamento de água nos órgãos subterrâneos e caducidade foliar. De acordo com o porte e a densidade, tais formações podem apresentar algumas variantes, a saber:

a) caatinga arbustiva densa - apresenta maior adensamento nas áreas mais elevadas, diminuindo esse adensamento na direção das encostas;

b) caatinga arbórea-arbustiva - constitui-se, geralmente, de arvoretas finas com copas pequenas e espaçadas e domina na área centro-leste do município.

Essas fisionomias podem ser acrescidas de, pelos menos, uma outra: a das formações marcadas pela presença da palmeira ouricuri (*Syagrus coronata*) que se apresenta intercalando as formações florísticas dominantes na área.

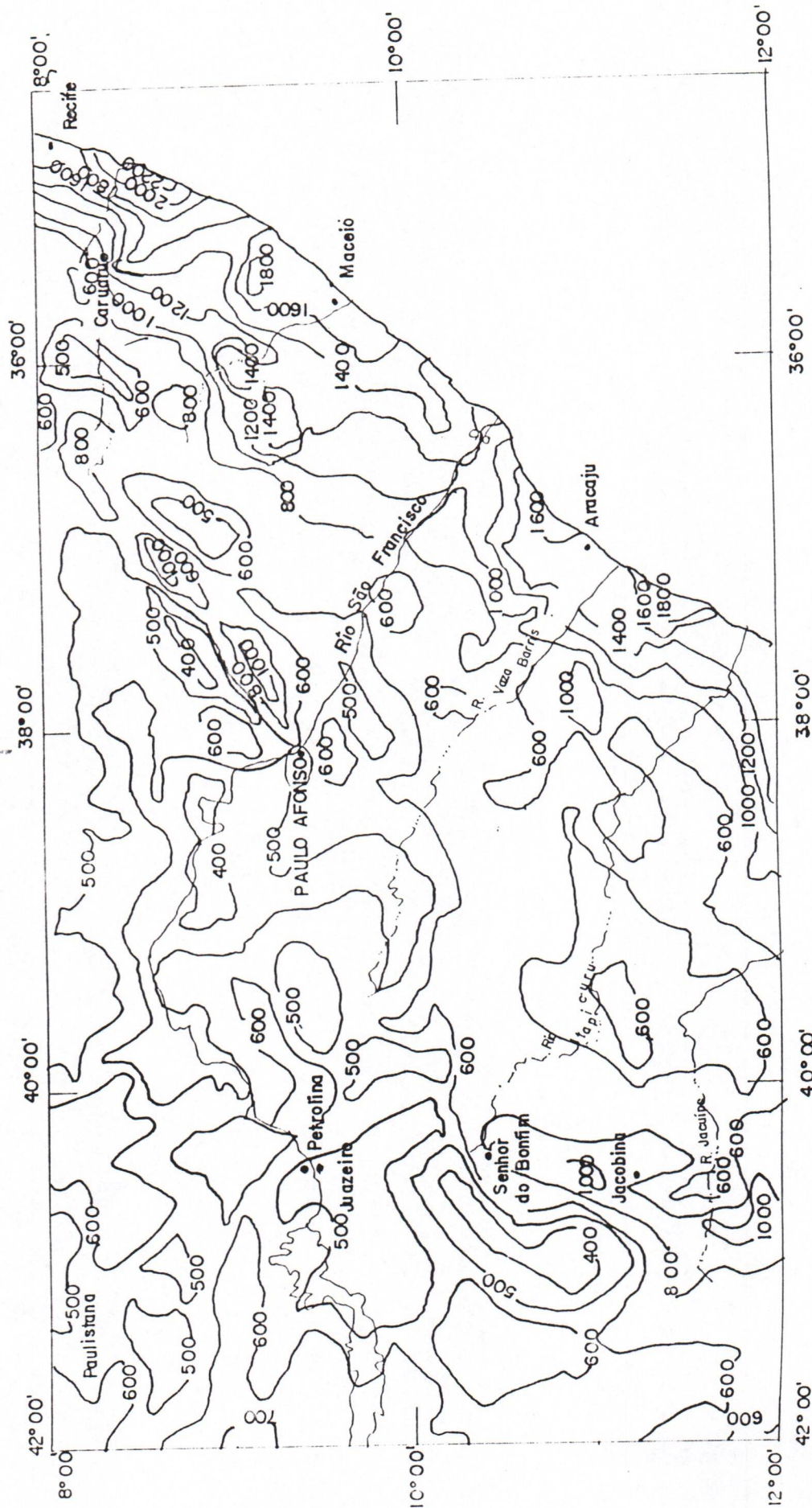
Dentre às inúmeras espécies encontradas, destacam-se pela frequência com que ocorrem: catingueira (*Caesalpinia* sp.), mandacaru (*Cereus jamacaru*), facheiro (*Pilocereus catingicola*), umbuzeiro (*Spondia tuberosa*), baraúna (*Schinopsis brasiliense*), jurema preta (*Mimosa hostilis*), entre tantas outras (PROJETEC, 1995, p. 8; RADAMBRASIL, 1983, p. 600 - 601). Submetidas a um processo de exploração indiscriminada, essas formações florísticas, apresentam-se na área estudada, visivelmente alteradas no seu conjunto, seja pela forma como essas áreas foram historicamente ocupadas, seja pela ação antrópica atual que se caracteriza pela intensa devastação desse recurso.

Incluindo-se entre as áreas deprimidas do sub-médio vale do rio São Francisco, o município de Paulo Afonso-BA, caracteriza-se por apresentar clima semi-árido do tipo BShs, seco, estépico e quente, na classificação de Köppen. Os baixos índices pluviométricos verificados ao longo do ano, resultando numa precipitação média anual de 500 a 600 mm, (Mapa 03) colocam-no entre as áreas mais secas do Nordeste brasileiro, fato que, em parte, se explica pelas dificuldades de penetração das massas de ar que são impedidas de atuarem ou têm a sua ação atenuada pela presença de obstáculos constituídos, em geral, por serras que circundam toda região (RADAMBRASIL, 1983, p. 837).

Analisando-se os dados da estação meteorológica de Paulo Afonso para o período 1969-1987, recolhidos pela Companhia de Engenharia Rural da Bahia, constata-se que a temperatura média anual oscila em torno de $25,6^{\circ}\text{C}$, com máxima de $26,0^{\circ}\text{C}$ nos meses de janeiro e fevereiro e mínima de $21,5^{\circ}\text{C}$ no mês de julho, o que resulta em amplitude térmica de $4,5^{\circ}\text{C}$. As chuvas ocorrem, com maior frequência, entre os meses de janeiro e julho, sendo março o mês mais chuvoso. A média anual de chuva é de 554 mm, com o máximo anual de 900,6 mm, em 1974 e o mínimo anual de 230,7mm, em 1982, observando-se, ainda, que o quadrimestre mais chuvoso corresponde aos meses de janeiro a abril e o menos chuvoso, aos meses de agosto a novembro, abrangendo a estação seca o período de maio a dezembro (Gráfico 01).

Dotada de condições de semi-aridez, a área rural do município está situada próximo ao Raso da Catarina, sendo ocupada, predominantemente por pequenas e médias propriedades, exploradas por agricultores autóctones e imigrantes, provenientes de áreas policultoras de municípios dos vizinhos estados de Alagoas, Sergipe e Pernambuco que,

MAPA 03
 ESTADO DA BAHIA
 PLUVIOMETRIA MEDIA ANUAL - 1983



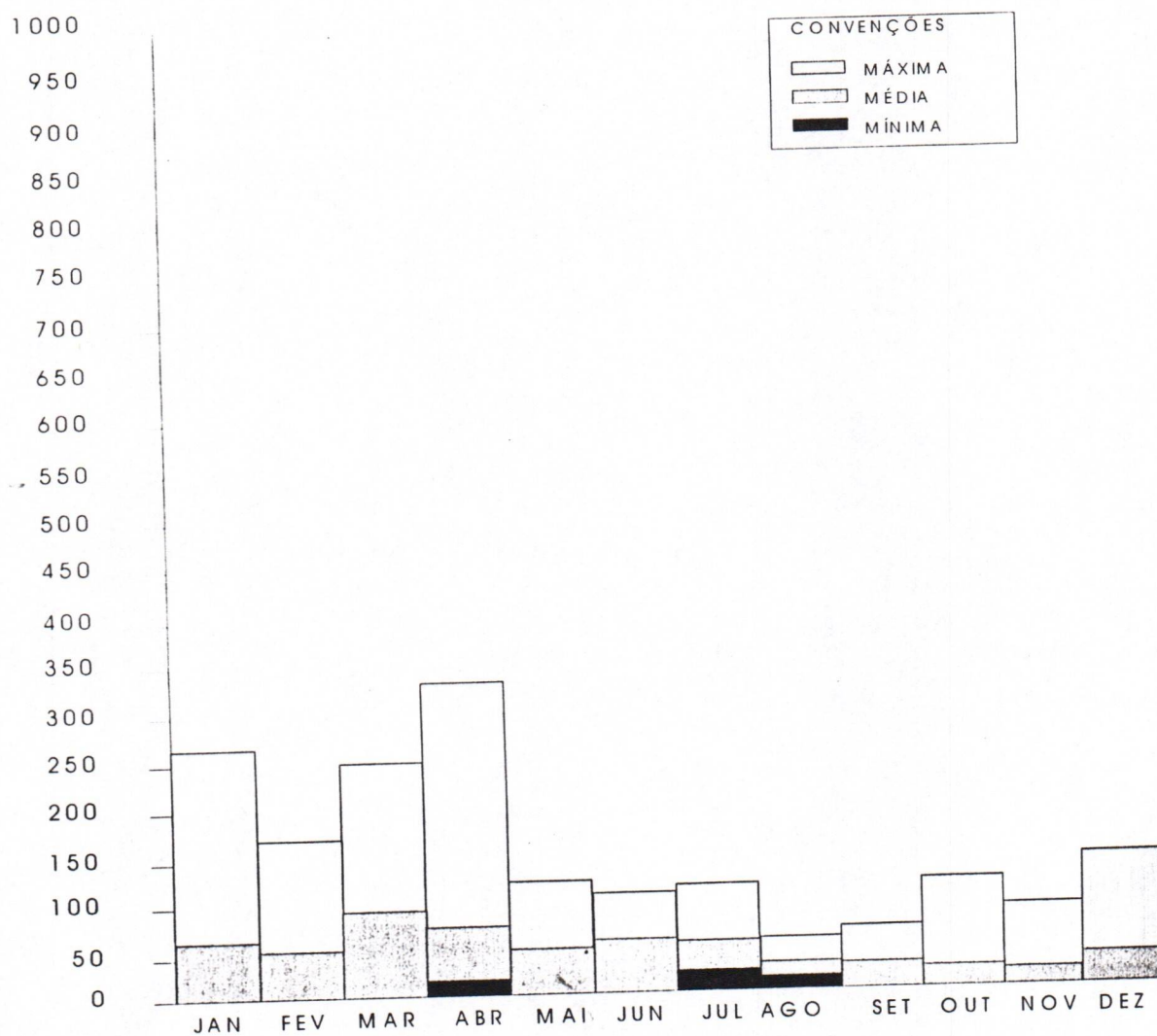
TIPO CLIMÁTICO	CHUVAS / mm
○	SEMI-ÁRIDO
	500-600

FONTE: RADAMBRASIL, 1983.

GRÁFICO 01

MÉDIAS PLUVIOMÉTRICAS DE PAULO AFONSO - BA,
CONSIDERADAS NO PERÍODO DE 1969 - 1987

PRECIPITAÇÃO (mm)



FONTE: CERB: Estudo Hidroclimático do Projeto de Campos Novos -
Paulo Afonso, BA, 1988

para ali, migraram motivados, sobretudo, pela possibilidade de adquirirem terras a preços muito inferiores aos de seus lugares de origem.

Dadas a localização e as características naturais da região de Paulo Afonso, seu povoamento deu-se a partir do século XVII com a penetração da pecuária destinada ao abastecimento de carne, couro e animais de tração dos centros mais dinâmicos do território nordestino. De um modo geral, dado o caráter extensivo do criatório de bovino de corte, a ocupação ocorreu de forma dispersa, resultando em aglomerados humanos pouco expressivos onde a agricultura era praticada, apenas, com intuito de abastecer as fazendas de gado (Prado Junior, 1990, p. 66 -67).

Além do criatório, praticava-se, nas fazendas, o cultivo de alimentos básicos, essencialmente, milho, feijão e mandioca, além de algodão. As roças eram protegidas com cercas de varas de pau-a-pique ou com pedras, sendo, depois da colheita, abertas para que os animais pudessem aproveitar o retolho (Andrade, 1983, p. 39).

É nesse contexto que surge e evolui, lentamente, o povoado Forquilha. Até 1725, as áreas próximas ao Rio São Francisco, integrantes da grande sesmaria da Casa da Torre, constituíam-se de terras pouco exploradas que, ainda nesse ano, passam a pertencer ao sertanista Paulo de Viveiros Afonso (a quem se atribui o nome da cachoeira e da futura cidade de Paulo Afonso). A sesmaria que se torna, então, proprietário abrangia as atuais terras alagoanas da cachoeira, vindo a incluir também algumas ilhas e terras da margem direita do rio São Francisco onde hoje se localiza a cidade de Paulo Afonso-BA (Galdino, 1995, p.20). Assim, o povoado Forquilha, pertencente originalmente ao município de Glória (antigo Santo Antônio da Glória, no estado da Bahia), somente em consequência do início da exploração do potencial hidrelétrico das

cachoeiras, transforma-se em cidade com o nome de Paulo Afonso, vindo a se constituir como município em 28 de julho de 1958.

Ancorada na iniciativa da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), a cidade de Paulo Afonso-BA evolui em função, sobretudo, do grande fluxo migratório motivada pela demanda de mão-de-obra, àquela época requerida para trabalhar na construção das usinas hidrelétricas dos trechos encachoeirados do rio São Francisco naquela área. A CHESF, empresa responsável pela construção e operação desse emergente pólo produtor de energia elétrica, preocupa-se, inicialmente, em dotar a área de infra-estrutura de moradia para seus funcionários. Com esse objetivo, em 1948, inicia a construção de um acampamento, cuja organização espacial revela, claramente, uma espécie de tripartição social, onde as pessoas são distribuídas nos setores residenciais do acampamento de acordo com a função exercida na empresa, encontrando-se desde moradias destinadas aos funcionários que ocupavam cargos de direção até as destinadas aos funcionários mais simples, passando por aquelas destinadas às pessoas que exerciam funções intermediárias. Havia, portanto, uma hierarquia sócio-espacial que refletia o lugar do funcionário dentro da empresa, fato que era evidenciado tanto pelo padrão das residências como por sua localização.

Do outro lado, fora do acampamento, crescia velozmente a vila "Poty" (o nome liga-se, originalmente, ao fato de os barracos, improvisados para moradia, serem cobertos com sacos vazios de cimento Poty). Ocupada principalmente por trabalhadores não qualificados, a vila representava, na realidade, o reverso do acampamento, face à precariedade das habitações, à falta de infra-estrutura mínima de apoio aos seus moradores (água, esgoto doméstico, instalações sanitárias, etc.) e à forma inteiramente desordenada como se estruturava a mesma.

Confiantes no futuro da cidade em formação, comerciantes e prestadores de serviço ali instalados, envolviam-se com toda sorte de negócio e especulações e muitos fizeram fortuna. Nesse contexto, a cidade de Paulo Afonso-BA cresce em ritmo acelerado e, num espaço de tempo relativamente curto (1948 a 1996), a paisagem urbana e, em menor ritmo, a paisagem rural, sofrem substanciais transformações, modificando, sobremaneira, a estrutura sócio-econômica preexistente.

Conforme pode ser observado nos dados do IBGE constantes da tabela 01, já em 1970 o município de Paulo Afonso apresenta um expressivo contingente populacional. Este passa de 46.126 habitantes, naquele ano, para 71.231, em 1980 e 86.594 habitantes, em 1991, sendo a população predominantemente urbana, haja vista

TABELA 01
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
POPULAÇÃO RESIDENTE, TAXA DE URBANIZAÇÃO
E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - 1970-1991

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE			TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./km ²)
	Total	Urbana	Rural		
1970	46.126	38.265	7.861	82,95	45,31
1980	71.131	61.978	9.156	87,13	69,87
1991	86.594	74.326	12.268	85,83	85,06

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 1970,1980 e 1991.

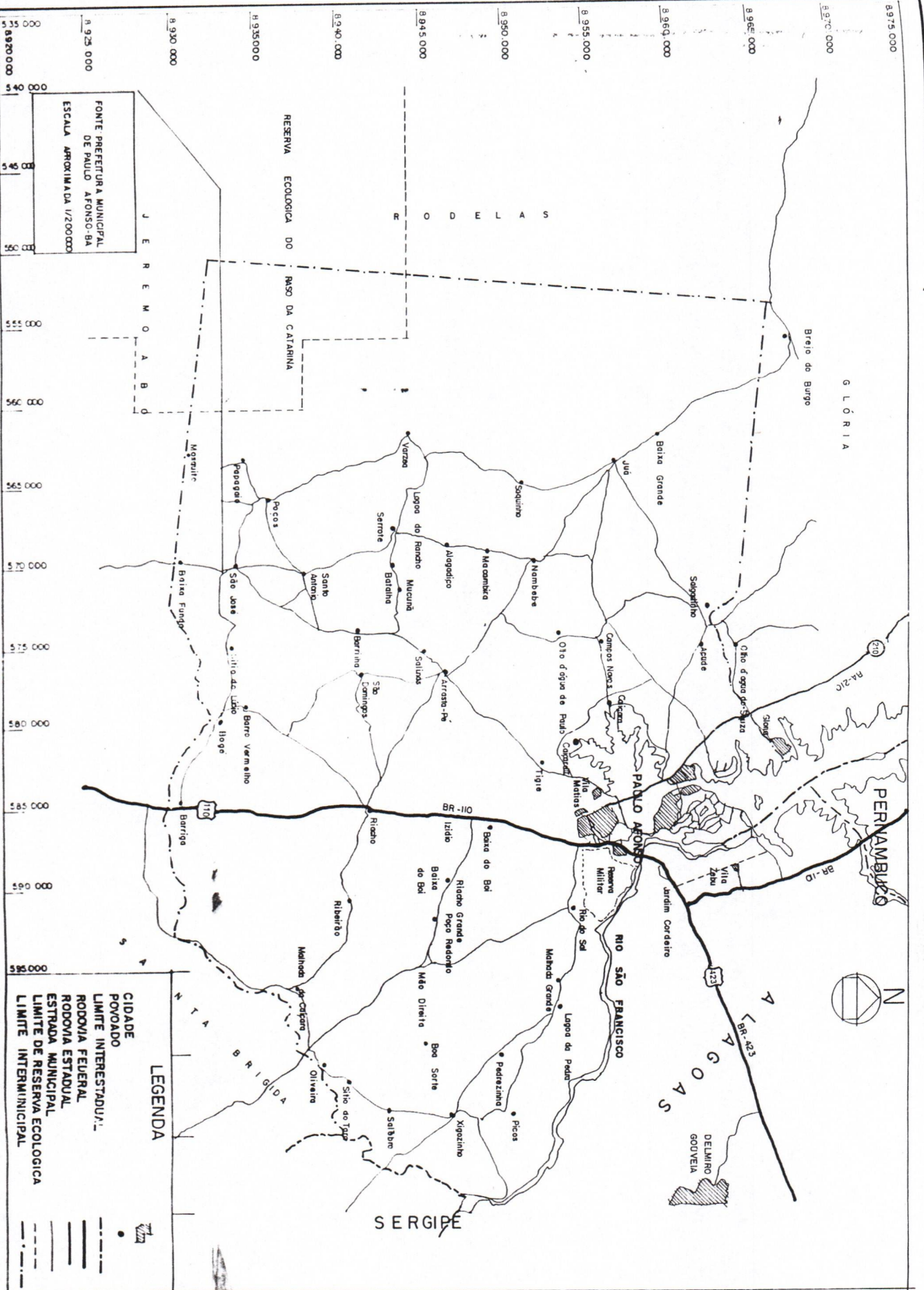
encontrar-se em 1991, 74.326 habitantes em tal condição, o que representa uma taxa de urbanização de 85,83%. Enquanto isso, a população rural, nesse mesmo ano, não passa de 12.268 habitantes e a densidade demográfica do município, de 85,06 hab./km². Ainda com base nos dados da tabela 01, verificou-se que a taxa de urbanização do município teve um incremento de 94,2 % no período 1970-1991, contra um incremento de 56,06 % da população rural, nesse mesmo período. Esse incremento significativo da população urbana, foi, nitidamente, influenciado pelas atividades desenvolvidas pela CHESF, que ocasionaram um grande fluxo de imigrantes proveniente, basicamente, dos estados nordestinos em direção à cidade de Paulo Afonso estimulados pelas crescentes oportunidades de trabalho nos canteiros de obra dessa companhia.

Assim, a partir de uma base econômica e social fundada na exploração das potencialidades hidrelétricas das usinas da CHESF (PA-1,2,3 e 4, Apolônio Sales, Luís Gonzaga e Xingó), a cidade de Paulo Afonso logrou, dos anos 50 aos 90, uma importante função comercial e de prestação de serviços, cuja área de influência cobre, além da porção nordeste do estado da Bahia, parte dos estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco, área essa que tem em comum, a característica de se encontrar ligada a um pólo urbano de importante poder atrativo de negócios (Bahia, 1995, p. 46-47). Característica essa também facilitada por sua localização privilegiada em relação à malha rodoviária que corta o estado, o que permite inúmeras possibilidades de deslocamento de pessoas e de mercadorias. É importante ressaltar também a sua função turística, face aos atrativos proporcionados pelas belezas naturais do Rio São Francisco e pelos aspectos pitorescos das "obras da CHESF", fato que tem repercutido no aumento do número de hotéis, hospedarias e pousadas na cidade.

A feira livre, existente desde 1948, quando foi incentivada pela CHESF (Hauptli, 1994, p.103), reflete esse crescimento, passando a comercializar inúmeros produtos alimentícios provenientes, sobretudo, dos estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Além disso, a cidade passa a oferecer um sem número de serviços demandados pela população rural, contribuindo para que os fluxos de mercadorias e serviços ultrapassem os limites do mercado local, aumentando a função polarizadora de Paulo Afonso que se torna, assim, o principal distribuidor de gêneros alimentícios e de serviços para os municípios vizinhos.

Esta situação é favorecida, inclusive, pela posição estratégica da cidade de Paulo Afonso em relação à malha viária (Mapa 04), uma vez que se encontra à margem da BR-110 que a interliga à rodovia BR-101 e, através desta, à capital do estado - a cidade de Salvador - e aos estados de Pernambuco e Sergipe e, através da BR-423, com o estado de Alagoas. Paulo Afonso é também cortado pela rodovia estadual BA-210 que liga a sede municipal com a cidade de Juazeiro-BA. Além desses eixos, Paulo Afonso conta, ainda, com uma rede bastante densa de estradas vicinais (não asfaltadas) que interligam todos os povoados à sede do município, possibilitando que a população desses povoados, se desloque para aquela cidade em ônibus caminhonetes e caminhões.

A cidade possui um aeroporto de pista pavimentada utilizada, principalmente, pelos aviões da CHESF e por uma companhia aérea particular que mantém vôos diários para a capital baiana e a pernambucana. Quanto aos transportes coletivos que realizam viagens intermunicipais e interestaduais, a cidade é servida por oito empresas de ônibus que ligam, diariamente, Paulo Afonso à maioria das cidades localizadas num raio de até 120 km, além de estar também ligada diretamente a algumas das principais capitais nordestinas e nacionais a saber: Aracaju-SE, Salvador-BA, Recife-PE, Maceió-AL, São Paulo capital e Rio de Janeiro.



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
ESCALA: APROXIMADA 1/200000

LEGENDA

- CIDADE
- POVODADO
- LIMITE INTERESTADUAL
- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL
- LIMITE DE RESERVA ECOLÓGICA
- LIMITE INTERMUNICIPAL

Nesse contexto, a centralidade urbana exercida por Paulo Afonso, sobretudo com relação aos municípios baianos de Jeremoabo, Santa Brígida, Pedro Alexandre e Rodelas funcionam conformando um conjunto territorial cuja base econômica está constituída por uma produção agrícola e pecuária bastante irregular, em decorrência da insuficiência de chuvas e dos prolongados períodos de estiagem. Com objetivo de reverter esse quadro, nos municípios de Glória e Rodelas, atualmente, vêm sendo desenvolvidos, pela CHESF e CODEVASF (Compahia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) alguns projetos de irrigação destinados a absorver a população já realocada nas margens do lago da hidrelétrica de Itaparica, atual Luiz Gonzaga.

Por outro lado, verifica-se que a cidade de Paulo Afonso, a despeito de sua importante função comercial, não tem exercido com a esperada intensidade o papel catalisador da produção agrícola dos municípios de sua área de influência, representado por alguns produtos tradicionais como milho, feijão, mandioca, melão, melancia, tomate e cebola. Esse fato se explica pela forma como está estruturado o sistema regional de comercialização da produção agrícola, tendo como pontos de convergência as grandes centrais de abastecimento -“Ceasas”- das cidades de Itabaiana-SE, Aracaju-SE, Recife-PE, Salvador-BA, Maceió-AL, estas sim, responsáveis, em grande parte, pelo fornecimento dos gêneros agrícolas comercializados nas feiras de Paulo Afonso.

Essa característica do processo de comercialização é comumente associada à figura do “sergipano”, comerciante habilidoso, que se desloca com seu caminhão para a área produtora, onde adquire diretamente do produtor, os gêneros agrícolas que são levados, sobretudo, para as Centrais de Abastecimento de Aracaju e Itabaina, no estado de Sergipe. É também bastante comum surpreender, nesse mesmo ramo de negócio, comerciantes locais que, através de acordos com os negociantes das Centrais de

Abastecimento, escoam importante parcela da produção agrícola da área. Excetua-se desse contexto, o caso da cebola produzida nos municípios de Rodelas e Glória, na Bahia, cuja venda é, na maior parte, feita na central de comercialização de cebola da cidade de Belém do São Francisco-PE.

Desse modo, o abastecimento da cidade Paulo Afonso, em termos de produtos agrícolas, passa a depender, em grande parte, de um complexo sistema de comercialização cujos fornecedores imediatos estão localizados fora de sua área de influência, fato que implica, entre outras conseqüências, na transferência para outros pólos da renda gerada pela atividade agrícola do município.

2 A PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM PAULO AFONSO-BA: EVOLUÇÃO RECENTE DO QUADRO RURAL DA ÁREA

Contrastando com o dinamismo da sede municipal, a área rural do município de Paulo Afonso-BA, apresenta um quadro inteiramente diverso. Trata-se de um município com grande parte do seu território situado no Raso da Catarina e cuja evolução sócio-econômica baseia-se na pecuária praticada em regime ultra-extensivo e, complementarmente, na prática de uma agricultura de subsistência. A análise do contexto em que se realiza essa última atividade bem como das características que lhe são peculiares será desenvolvida na perspectiva da relação campo-cidade, procurando-se perceber as implicações econômicas e sociais dessa relação na organização do espaço da pequena produção agrícola do município.

A pequena produção agrícola em Paulo Afonso reflete em grande parte, o quadro geográfico e social em que a mesma se assenta o qual, por sua vez, confirma as características dessa atividade tais como processo de produção, relações de trabalho, formas de acesso à terra, sendo, relativamente recente, a penetração, na área, de práticas

indicativas de um processo de modernização da atividade agrícola que, embora tímido, vem ocorrendo como resultado das políticas públicas de irrigação, introduzindo mudanças radicais nos processos e nas formas de produção, ali presentes. A análise dessas características torna-se, portanto, imprescindível à compreensão da articulação entre a pequena produção agrícola e o circuito de comercialização das feiras da região na qual se inscreve o município em questão.

2.1 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA DO MUNICÍPIO. AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Descritas as características geográficas do município de Paulo Afonso, passa-se à análise do processo de produção e das relações sociais que presidem a organização da pequena produção agrícola nesse município bem como das transformações recentes da atividade e de seu impacto na organização do espaço rural da área.

Atividade tradicional do município, a pequena produção agrícola tem constituído a base de reprodução física e social do agricultor familiar, destacando-se como principais produtos por ele cultivado a mandioca, o feijão, o milho e o algodão. Associado a essa atividade, pratica o criatório de caprinos, bovinos, ovinos e “galinha de capoeira”. Bem como o extrativismo de espécies da vegetação nativa como umbu, licuri e murici.

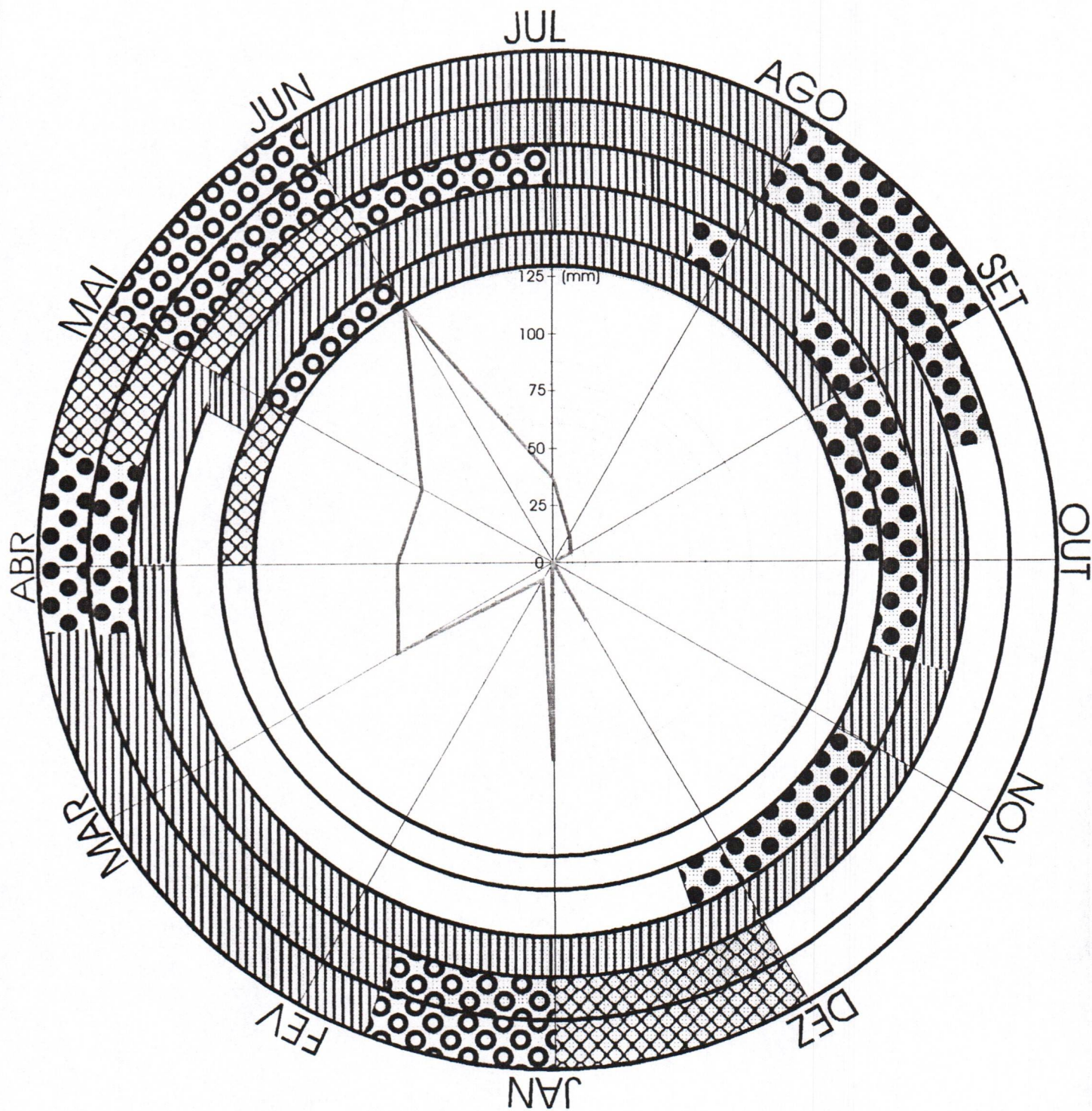
O feijão, produto de cultivo típico da área, é plantado nos meses de dezembro a maio, ocasião em que há uma maior concentração das chuvas. São cultivados, basicamente, dois tipos de feijões: o de feijão-de-arranca - o mulatinho e o carioquinha -


e o feijão-de-corda, também denominado feijão macassar. O cultivo dessas variedades é, em geral, associado ao cultivo do milho, sendo muito comum encontrar-se milho e feijão consorciados. Bastante difundida, essa prática encontra respaldo na necessidade que o pequeno agricultor tem de explorar um espaço limitado, com o maior número possível de produtos, além de constituir uma estratégia para, com o mesmo dispêndio de trabalho atender às diversas etapas (da “broca da terra” à colheita) do processo produtivo de várias culturas. É também uma forma de possuir, no roçado, culturas de diferentes ciclos de maturação, o que favorece a colheita de produtos em diferentes épocas do ano (Heredia, 1983, p. 72), embora o agricultor reconheça que este tipo de manejo enfraquece o solo, diminuindo a produção.

As etapas do processo produtivo dos principais produtos agrícolas do município, obedecem à cadência da distribuição anual das chuvas (gráfico 02). Daí indentificar-se, pelo menos, dois momentos no ciclo produtivo anual: o primeiro, que corresponde aos meses de dezembro a março refere-se ao cultivo da primeira safra de milho e do feijão-de-corda consorciados safra das “trovoadas” – culturas essas preferidas pelos agricultores, por serem de ciclo curto e pela possibilidade de serem colhidas ainda “verdes”, tanto para suprir a necessidade do agricultor como para venda desses produtos na feira; o segundo momento, que se estende de abril a setembro, corresponde ao de maior regularidade na distribuição das chuvas, nele ocorrendo o cultivo do feijão de arranca e da nova safra de milho.

Nos meses de dezembro e janeiro, período das “trovoadas”, caso ocorram chuvas com a frequência esperada, o agricultor prepara o solo (dezembro) e inicia o cultivo de feijão-de-corda e do milho (janeiro). De janeiro a março são realizados as limpas, sendo o milho e o feijão-de-corda, em geral, colhidos nos meses de março e abril. Em abril é feito

GRÁFICO 02
 MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
 CALENDÁRIO AGRÍCOLA DAS CULTURAS DE
 FEIJÃO, MILHO, MANDIOCA E ALGODÃO - 1994



- | | | | |
|---|----------|---|-----------------|
|  | Feijão |  | Preparo do Solo |
|  | Milho |  | Plantio |
|  | Mandioca |  | Limpa |
|  | Algodão |  | Colheita |

CHUVA: 1 CM = 25 mm

o preparo do solo para as culturas do milho (2ª safra) e do feijão-de-arranca que são plantados, no mês de maio. As limpas ocorrem durante os meses de junho e julho, realizando-se a colheita do feijão-de-arranca e do milho verde no mês de agosto ao passo que a colheita de milho seco estende-se até meados de setembro (gráfico 02).

Quanto à mandioca, as variedades preferidas na área são “chandinha”, “criamenina” e “craibeirinha”, genericamente denominadas de mandioca preta. Plantada em associação com o milho e o feijão, a mandioca é cultivada nas áreas onde predominam solos arenosos. Seu ciclo de produção dura, em média, 12 meses, podendo, contudo, se estender por 2 ou 3 anos, dependendo das condições climáticas e das necessidades de consumo da família agricultora. No caso da mandioca, o preparo do solo ocorre no mês de maio e o plantio no mês de junho, quando também começa a ser colhida a safra de mandioca do ano anterior. As limpas são realizadas durante um ano com intervalos médios de setenta dias. A colheita, inicia-se em junho do ano seguinte prolongando-se, em condições normais, até novembro, podendo excepcionalmente se estender até meados de dezembro (gráfico 02). Quanto ao algodão, a variedade cultivada na área é o herbáceo, de ciclo curto. No caso dessa cultura, em geral, o preparo do solo acontece em abril e o plantio em maio. As limpas vão de junho a agosto e a colheita é feita em setembro (Gráfico 02).

Com base na análise dos dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1985, constantes da tabela 02, verifica-se que, no período 1970-1985, tanto a produção como a área plantada com milho e feijão cresceram consideravelmente. Esse último produto experimentou um crescimento na produção de 7533,3 % naquele período, ao passo que o milho apresentou uma variação de 41860,0 % no mesmo período. Este expressivo

TABELA 02
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
VARIACÃO (%) DA QUANTIDADE PRODUZIDA E DA ÁREA DOS PRINCIPAIS
PRODUTOS AGRÍCOLAS - 1970-1985

PRODUTOS AGRÍCOLAS	QUANTIDADE PRODUZIDA EM (T)			ÁREA (HA)			VARIACÃO (%) 1970/1985	
	1970	1980	1985	1970	1980	1985	Quantidade	Área
ALGODÃO	6	0	176	41	1	531	2833,3	1195,1
FEIJÃO	21	44	1603	88	288	4405	7533,3	4905,7
MILHO	5	60	2098	20	230	4277	41860,0	21285,0
MANDIOCA	172	530	1129	61	53	192	556,4	215,0

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 1970, 1980 e 1985.

crescimento observado na produção de milho e de feijão no período considerado pode ser, em parte, explicado por uma certa ascensão do volume de chuvas no período 1971-1985 (265,5 mm, em 1971, e 1141mm, em 1985) bem como pelo fato de a década de 70 ter sido favorável à expansão do crédito agrícola para o pequeno produtor.

Por outro lado, analisando-se os dados do IBGE para Produção Agrícola Municipal, constantes da tabela 03, verifica-se que, no período 1974-87, manteve-se a tendência de crescimento da área plantada e da produção, já esboçada nos dados da tabela 02, ao passo que, no período de 1987-1995, observa-se uma ligeira queda da produção de feijão (-3,2 %) e uma queda acentuada na produção de milho de (-61,2 %), produto que tem apresentado grandes oscilações anuais no período considerado, queda essa acompanhada, inclusive, pela sensível redução da área plantada com esses dois produtos. Essa evolução diversa nos dois períodos explica-se pela insuficiência de chuva ocorrida nos anos de 1990-94 (173,9 mm em 1990 e de 513 mm em 1994) e pela ausência, quase total, do crédito agrícola, principalmente de custeio, destinado aos pequenos produtores, como poderá ser verificado no tópico que trata das políticas públicas de crédito e investimento dirigidas à pequena produção.

Já o algodão, historicamente considerado um produto de grande importância na formação do espaço agrário do Nordeste brasileiro, tem experimentado, nas últimas décadas, um declínio bastante acentuado na sua produção. A Bahia, por exemplo, estado que concentra a maior parcela da produção de algodão do Nordeste, experimentou, no período de 1986-1994, um decréscimo de -41,25 % da produção (Hidros, 1996, p. 28). No município de Paulo Afonso-BA, ele é cultivado consorciado com as culturas de milho e feijão, encontrando-se, ali, quase que unicamente as variedades herbáceas. Verifica-se,

TABELA 03
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO-BA
VARIÇÃO (%) DA QUANTIDADE PRODUZIDA E DA ÁREA
DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - 1974-1995

PRODUTOS AGRÍCOLAS	QUANTIDADE PRODUZIDA (T)										ÁREA (HA)			
	Número Absoluto					Variação (%)					Número Absoluto			Variação (%)
	1974	1977	1987	1990	1995	1974/87	1987/95	1974	1977	1987	1990	1995	1974/87	1987/95
ALGODÃO	515	100	116	-	2	-77,5	-98,3	490	100	290	-	5	-40,8	-98,3
FEIJÃO	108	130	434	65	420	302,0	-3,2	90	260	1810	308	700	1911,1	-61,3
MILHO	90	218	1300	200	504	1344,4	-61,2	90	250	1900	740	700	2011,1	-63,1
MANDIOCA	1200	200	900	663	5000	-25,0	455,5	40	33	90	78	500	125,0	455,5

FONTE: IBGE. Produção Agrícola Municipal, 1974, 1977, 1987, 1990 e 1995.

contudo, pelas tabelas 02 e 03 e pela fonte acima que o decréscimo de sua produção no município de Paulo Afonso é superior ao registrado para o Estado da Bahia. No município de Paulo Afonso, essa tendência de queda na produção, constatada já no período 1974-1987 (-77,5 %), acentua-se, ainda mais, de 1987 a 1995 quando atinge -98,3 %. Essa situação deve-se, em boa parte, às mudanças mais recentes que se operaram no parque industrial têxtil brasileiro, face à tendência de substituição do algodão pelas fibras sintéticas, mais baratas. Atualmente, o algodão apresenta-se como um produto cujo cultivo é pouco atraente para o pequeno produtor do município pois, aos problemas conjunturais da indústria têxtil, associam-se o fato de essa cultura ter sido bastante atingida pela praga do “bicudo”, a baixa produtividade do algodão cultivado em áreas secas (em média 300 kg/ha contra uma produtividade esperada do algodão irrigado da ordem de 1200 kg/ha) e, finalmente, como consequência dos fatores já mencionados, o baixo preço do produto *in natura* que, em março de 1997, era de cerca de R\$ 0,45 o quilo, no mercado da cidade.

Com relação à mandioca, tanto os dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1985, quanto os da Produção Agrícola Municipal para o período de 1974-1995 constantes, respectivamente, das tabelas 02 e 03, atestam o crescimento da quantidade produzida e da área plantada com essa cultura. Esse crescimento foi da ordem de respectivamente 556,4 %, e de 215,0 % pelos dados dos Censos Agropecuários (período de 1970-85), de 455,5 % pelos dados da Produção Agrícola Municipal, para o período de 1987-1995, e de 125,0 % e 455,5 % pelos dados da mesma fonte, para os períodos de 1974-1987 e 1987-1995. Desse contexto, excetua-se, apenas, o período 1974-1987, onde se observou um ligeiro decréscimo na quantidade produzida da ordem de -25 %. É preciso, contudo, considerar que essa tendência ascensional da produção de mandioca está relacionada, em grande parte, à expansão da área plantada com esse

produto, principalmente após 1990, quando a mesma saltou de 78 ha naquele ano para 500 ha em 1995, expansão essa impulsionada pela mecanização das casas-de-farinha cujo o aumento da capacidade de beneficiamento motivou o forte crescimento da área plantada com essa cultura. Informações coletadas no campo, indicam que os preços médios alcançados com a comercialização da farinha, variaram de R\$ 23,00, o saco de 50 kg, no primeiro semestre de 1997, a R\$ 17,50 no segundo semestre do mesmo ano.

Tendo no regime de ajuda mútua ou mutirão, regra socialmente consolidada, o beneficiamento da mandioca ou farinhada (nome que designa o conjunto das etapas do fabrico da farinha), é realizado segundo dois processos: o manual e o mecânico. O primeiro processo, utilizado geralmente em casas-de-farinha particulares, resulta numa farinha de baixa qualidade que se destina, principalmente, ao autoconsumo, sendo o excedente dessa produção comercializado na feira de Macururé-BA. As fases e etapas da produção de farinha, na área, são semelhantes às descritas por Freire (1987, p. 120), segundo o qual as raízes são arrancadas, raspadas, prensadas e a massa, por fim, cozida em forno de lenha.

Segundo dados coletados no campo, em 1996 a produção, das casas-de-farinha particulares situadas, em geral, nas localidades mais distantes da sede do município, não passou de cerca de 8 toneladas, deduzidos desse total 10 % da produção destinados ao proprietário da casa-de-farinha - no caso do dono das raízes de mandioca arcar com as despesas do combustível do cevador que funciona a óleo diesel - e 20% quando essas despesas correm por conta do proprietário da casa-de-farinha.

Com a implantação de casas-de-farinha comunitárias, o produtor arca apenas com 10 %, referentes as despesas de manutenção dos equipamentos. Essas casas-de-farinha são mecanizadas, possuem equipamentos mais sofisticados (cevadadores ou

trituradores automáticos, fornos automáticos, classificadores e desintegradores movidos a energia elétrica, além de prensas manuais grandes). Embora as etapas de raspagem das raízes e de prensagem da massa sejam realizadas manualmente, o produto resultante desse processo é muito mais elaborado, destinando-se tanto ao autoconsumo como à comercialização no mercado da principal feira de Paulo Afonso, sendo também comercializado nas feiras dos municípios baianos de Santa Brígida e Macururé.

A partir de 1989, essas casas-de-farinha passam a ser uma realidade no município, apesar de, naquela ocasião, ainda funcionarem precariamente, seja pelas dificuldades iniciais do produtor em operar equipamentos ainda desconhecidos, seja pela necessidade de expandir as áreas plantadas face a uma maior capacidade de produção das novas casas-de-farinha. Dados censitários do IBGE registram para o município de Paulo Afonso uma produção de farinha de 56 toneladas em 1970, de 11 toneladas em 1980 e de 54 toneladas em 1985.

Os dados da tabela 04 relativos à produção das casas-de-farinha mecanizadas do município de Paulo Afonso no período 1990-1996, indicam principalmente no período 1993-1996, o aumento do número de povoados que passaram a utilizar o processo mecanizado na produção de farinha, destacando-se, nesse mesmo período, a produção das casas-de-farinha dos povoados São José, Serrote, Salgadinho e Juá, resultando num incremento global para o período considerado, da ordem de 8,44 %, descontados dessa produção os 10 % referentes à manutenção das casas-de-farinha. Enquanto isso, as casas-de-farinha dos povoados Barrinha, Lagoa do Rancho e Várzea, tiveram no mesmo período, suas produções reduzidas em -18,97 %, -52,97 % e -64,87 % respectivamente. Esse declínio na produção das casas-de-farinha citadas reflete,

TABELA 04
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
PRODUÇÃO DAS CASAS-DE-FARINHA MECANIZADAS, NO PERÍODO 1990-1996

CASAS DE DE FARINHA	NÚMERO DE PRODUTORES E QUANTIDADE PRODUZIDA						VARIACÃO (%) DA PRODUÇÃO 1993/1996
	1990		1993		1996		
	Produtores (nº)	Produção (t)	Produtores (nº)	Produção (t)	Produtores (nº)	Produção (t)	
JUÁ	120	58,59	81	15,90	73	18,45	16,04
SALGADINHO	63	29,95	39	14,65	29	17,45	19,11
ARRASTA/PÉ	-	-	28	6,72	*	9,14	36,01
BARRINHA	-	-	123	16,18	24	13,11	- 18,97
VÁRZEA	-	-	66	28,69	25	10,08	- 64,87
LAGOA DO RANCHO	-	-	77	42,23	27	19,86	- 52,97
SÃO JOSÉ	-	-	168	44,10	103	78,43	77,84
SERROTE	-	-	18	13,50	52	20,42	51,25
RIACHO	-	-	-	-	10	10,40	100,00
TOTAL	183	88,54	600	181,97	343	197,34	8,44

FONTE: Prefeitura Municipal e pesquisa de campo realizada em nov./dez. de 1996.

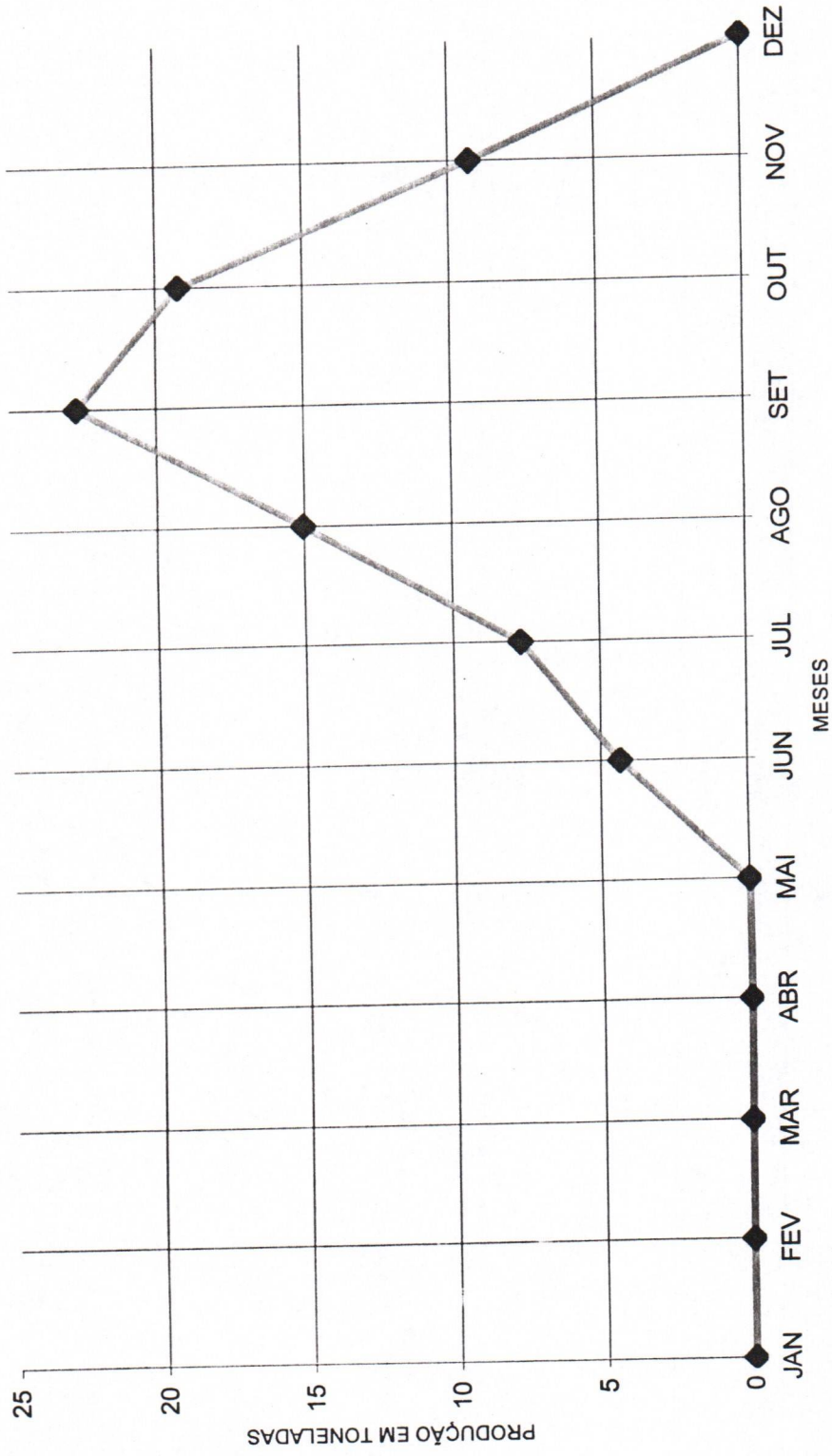
* Dado inexistente e/ou não localizado.

essencialmente, o problema de escassez de chuva, naquelas localidades, nos períodos que precedem os anos considerados ruins para as farinhadas.

Outro elemento é, ainda, importante para caracterizar a produção de farinha no município. Tomando-se como referência a produção anual da casa-de-farinha do povoado São José, (78,43 toneladas) em 1996 (tabela 04 e gráfico 03), observa-se que as farinhadas iniciam-se com uma produção bastante reduzida, atingindo 4,29 toneladas no mês de junho, ocasião em que a produção visa atender tão somente às necessidades de autoconsumo da família agricultora, visto que, de dezembro a junho (período passível de ocorrerem chuvas) as raízes de mandioca encontram-se “cheias de água”. Dessa forma, dado o baixo percentual de matéria seca das raízes no período, a farinha resultante desse processo é pouca e de baixíssima qualidade. Com isso, o pico da produção é atingido somente no mês de setembro, com 22,7 toneladas do produto. Daí em diante, a produção começa a decrescer chegando a zero no mês de dezembro. Somente em condições excepcionais, pode-se registrar alguma produção no mês de dezembro.

No caso das comunidades cujos povoados não possuem casas-de-farinha, a maior parte da mandioca produzida é beneficiada nas casas-de-farinha comunitárias mecanizadas dos povoados próximos. Tal é o caso das comunidades Baixa Funda, Sítio do Lúcio e Mosquito que fazem uso da casa-de-farinha do povoado São José ou, ainda, da comunidade de Bonomão que utiliza a casa-de-farinha do povoado Arrasta-pé. A outra parte da produção dessas comunidades é beneficiada em casas-de-farinha particulares (manuais). Constata-se também o surgimento de novas casas-de-farinha, a exemplo do que se verifica em Baixa Funda e Campos Novos, fato que, certamente, motivará a ampliação da área plantada com mandioca no município.

GRÁFICO 03
 DISTRIBUIÇÃO MENSAL DA PRODUÇÃO DA CASA-DE-FARINHA DO POVOADO SÃO JOSÉ EM 1996



FONTE: Prefeitura Municipal e pesquisa de campo realizada em nov./dez. de 1996.
 produção mínima - 0 t. no mês de janeiro
 produção máxima - 22,7 t. no mês de setembro

Dadas as características geográficas da área, a pequena produção agrícola associa-se a pecuária, sobretudo, de médio e de pequeno porte. Analisando-se a estrutura da pecuária do município de Paulo Afonso-BA em 1985, (tabela 05), observa-se um forte predomínio do efetivo avícola (41,76 %) e um equilíbrio entre os efetivos bovino (18,97 %) e caprino (18,95 %), seguidos, de perto, pelo efetivo ovino (16,85 % do total). Quanto ao efetivo suíno verificou-se que este representava no período considerado apenas 3,47 % do total. Comparada à de 1970, essa estrutura do efetivo é diversa, sendo, então, forte a predominância do efetivo caprino (41,64 % do total) seguido, a distância, pelos efetivos bovino (25,05 %), ovino (21,38 %) e aves (9,79 %), situando-se, em último lugar os suínos com uma participação de apenas 2,14 % no total.

No tocante à evolução dos efetivos da pecuária do município, no período 1970-1985 (tabela-05), verifica-se entre 1970 e 1980 o crescimento de todos os efetivos a saber: 82,83 % para os bovinos, 43,43 % para os caprinos, 72,50 % para os ovinos, 206,06 % para os suínos e de 700,21 % para as aves. Enquanto isso no período seguinte (1980-85), observa-se o crescimento atenuado dos rebanhos bovino (23,82 %) e ovino (36,56 %) e o declínio (-5,14 %) do rebanho caprino, enquanto os suínos e aves apresentam crescimento mais alto (58,97 %) e (59,40 %) no período. Isto resulta num crescimento global atenuado (31,55 %) quando comparado ao do período anterior (127,27 %).

Por outro lado, os dados da Produção Pecuária Municipal, constantes da tabela 06, reafirmam essa tendência ascensional de crescimento dos principais tipos de rebanho do município no período 1974-87. No período seguinte (1987-95), constatou-se uma tendência inversa, com queda de quase todos os efetivos ou seja: -32,37 % para os bovinos; -41,00 % para os caprinos; -43,69 % para os ovinos e -64,92 % para as aves. Observações de campo e entrevistas feitas com produtores

TABELA 05
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
PRINCIPAIS EFETIVOS DA PECUÁRIA - 1970-1985

TIPOS DE REBANHO	NÚMERO DE CABEÇAS								VARIACÃO (%)	
	1970		1980		1985		1970/80	1980/85		
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%				
BOVINO	7156	25,05	13084	20,16	16201	18,97	82,83	23,82		
CAPRINO	11891	41,64	17056	26,28	16179	18,95	43,43	- 5,14		
OVINO	6106	21,38	10533	16,23	14384	16,85	72,50	36,56		
SUINO	610	2,14	1867	2,87	2968	3,47	206,06	58,97		
AVES	2795	9,79	22366	34,46	35653	41,76	700,21	59,40		
TOTAL	28558	100,00	64906	100,00	85385	100,00	127,27	31,55		

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 1970, 1980 e 1985.

TABELA 06
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
PRINCIPAIS EFETIVOS DA PECUÁRIA - 1974-1995

TIPOS DE REBANHO	NÚMERO DE CABEÇAS												VARIÇÃO (%)	
	1974		1979		1987		1990		1993		1995		1974/87	1987/95
	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%		
BOVINOS	8217	24,39	14100	11,45	17550	12,03	21604	13,03	19962	18,20	11869	16,97	113,58	- 32,37
CAPRINOS	12783	37,94	24600	19,98	27840	19,08	33154	19,99	27601	25,17	16423	23,49	117,78	- 41,00
OVINOS	6948	20,62	15510	12,59	15920	10,91	19224	11,59	15071	13,75	8963	12,82	129,13	- 43,69
SUINOS	795	2,36	3850	3,13	3042	2,08	4060	2,45	5093	4,64	4050	5,79	282,64	33,13
AVES	4950	14,69	65083	52,85	81584	55,90	87800	52,94	41934	38,24	28616	40,93	1548,16	- 64,92
TOTAL	33693	100,00	123143	100,00	145936	100,00	165842	100,00	109661	100,00	69921	100,00	-	-

FONTE: IBGE. Produção Agrícola Municipal, 1974, 1979, 1987, 1990, 1993 e 1995.

da região revelam que, no caso dos efetivos de grande e de médio porte, essa tendência está ligada, principalmente, ao fato de, nos últimos anos, ter sido bastante restringida a área comunitária de pastoreio, em decorrência do cercamento das médias e grandes propriedades.

A esse fator, juntam-se os seguidos anos de estiagem do período de 1990-95, a não utilização de inovações tecnológicas, devido, entre outras causas, à dificuldade de acesso ao crédito pelos grandes proprietários criadores de bovino; o fracionamento da terra por herança nas pequenas propriedades; o reduzido número de operações de crédito de custeio para aquisição, principalmente, de caprinos e ovinos, no período. Com relação a esse último fator, é importante ressaltar, como se verificará mais adiante, uma retomada recente das operações de crédito para aquisição, sobretudo, de bovinos, devendo esse fator resultar, ainda no período de 1996-97, em ligeiro acréscimo do efetivo bovino municipal. Excetua-se desse contexto o rebanho suíno que no período 1987-1995 cresceu 33,13 %. Tal situação, se explica, pelo fato desses animais, no município, serem criados principalmente por donos de supermercados, de açougue e de restaurantes, que utilizam, para alimentação dos suínos, restos de alimentos provenientes de seus estabelecimentos comerciais.

Quanto às aves, cujo efetivo, em 1970 era baixo, sabe-se tratar-se, de um criatório, até então, quase que restrito aos pequenos produtores agrícolas do município que o faziam tanto para o autoconsumo como para venda direta na feira, abastecendo o mercado local com, “galinhas-de-capoeira”, “galinholas”, perus e ovos. De acordo com informações levantadas junto à avicultores do município prevalecia, àquela época, a preferência pelo consumo da “galinha-de-capoeira” em relação ao do galeto refrigerado, ainda não difundido entre os consumidores. O aumento expressivo das aves após 1970 (tabela 05) se explica em face do

surgimento das modernas granjas de criação e abate de aves no município. De acordo ainda com informações de avicultores a queda do efetivo de aves, no município, no período 1987-1995 se explica, em parte, pela crise econômica dos primeiros anos da década de 90, que contribuiu para a redução do número de estabelecimentos dedicados a essa atividade no município de Paulo Afonso, atingindo, particularmente, aqueles que praticavam ao criatório avícola em pequena escala.

Além do criatório de pequenos animais, os pequenos produtores agrícolas de Paulo Afonso recorrem à extração, na vegetação nativa, de produtos como murici, ouricuri, umbu, dentre outros. Infelizmente, os dados estatísticos relativos à essa atividade parecem subestimar essa produção, constando nos Censos Agropecuários apenas uma produção de 125 toneladas de ouricuri, em 1980 e de 34 toneladas de umbu, em 1985. No capítulo relativo à articulação dos excedentes da pequena produção ao circuito de comercialização das feiras da região (capítulo 3), essa atividade será abordada com base em informações atualizadas, obtidas através de pesquisa direta.

Encontra-se, ainda, entre pequenos agricultores do município, o cultivo de espécies forrageiras, a saber: a palma, alguns tipos de capim e a algaroba utilizados para complementar a alimentação dos rebanhos sobretudo durante a estiagem. Verificou-se, pelos dados do Censo Agropecuário de 1980 uma produção de 4837 toneladas de palma e 8416 toneladas de capim para o município, naquele ano. Quanto à algaroba, constatou-se pelo Censo Agropecuário de 1985, a existência de 2000 algarobeiras no município.

No tocante às relações de trabalho vigentes nos estabelecimentos agropecuários de Paulo Afonso, observa-se na tabela 07 a forte participação da categoria Responsável e Membros não Remunerados da Família que evolui de 5746

(97,39 %) em 1970, para 6207 (92,50 %) pessoas ocupadas dessa categoria em 1985. Quanto aos empregados permanentes, o número é bastante reduzido, sendo de 163 pessoas ocupadas em 1985, enquanto que o número de empregados temporários, embora não tenha grande expressão, sofreu uma evolução considerável no período, passando de 31 pessoas, em 1970, para 301, em 1985, o que indica um aumento de 871 % dessa categoria na área rural de Paulo Afonso.

TABELA 07
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO- BA
CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO NOS
ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - 1970-1985

CATEGORIAS	1970		1980		1985		VARIACÃO (%) 1970 - 1985
	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)	
RESPONSÁVEL E MEMBROS NÃO REMUNERADOS DA FAMÍLIA	5746	97,39	4041	84,89	6207	92,50	8,02
EMPREGADOS PERMANENTES	123	2,08	278	5,84	163	2,43	32,52
EMPREGADOS TEMPORÁRIOS	31	0,53	434	9,12	301	4,49	871,00
PARCEIROS	-	-	-	-	5	0,07	100,00
OUTRA CONDIÇÃO	-	-	7	0,15	34	0,51	100,00
TOTAL	5900	100,00	4760	100,00	6710	100,00	-

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 1970, 1980 e 1985.

Quanto aos parceiros e outra condição constatou-se que o número de pessoas nessas categorias é bastante reduzida, sendo, de 5 e de 34 respectivamente em 1985.

É interessante observar também a evolução do pessoal ocupado em algumas microrregiões do Estado da Bahia (tabela 08). Comparando os dados das demais microrregiões com as do Sertão de Paulo Afonso, Percebe-se, que o número de pessoas na categoria Responsável e Membros não Remunerados da Família é bastante elevado nas três microrregiões consideradas - Cacaueira,

TABELA 08

MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
 PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE
 ALGUMAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DA BAHIA - 1970-1985

CATEGORIAS DE PESSOAL OCUPADO	MICRORREGIÕES																	
	Cacaueira				Recôncavo Baiano				Sertão de Paulo Afonso									
	1970		1980		1985		1970		1980		1985		1970		1980		1985	
Nº Absol.	%	Nº Absol.	%	Nº Absol.	%	Nº Absol.	%	Nº Absol.	%	Nº Absol.	%	Nº Absol.	%	Nº Absol.	%	Nº Absol.	%	
RESPONSÁVEL E MEMBROS NÃO REMUNERADOS DA FAMÍLIA	62360	54,08	84191	38,76	91668	37,98	98207	87,78	93858	84,18	112035	82,77	32471	91,43	34408	88,19	44747	88,06
EMPREGADOS PERMANENTES	29446	25,53	83861	38,61	101883	42,21	5463	4,88	7164	6,43	8064	5,96	712	2,00	1199	3,07	1224	2,41
EMPREGADOS TEMPORÁRIOS	21945	19,03	47363	21,80	45061	18,67	5608	5,01	9064	8,13	13572	10,03	1957	5,51	3255	8,34	4047	7,96
PARCEIROS	436	0,38	470	0,22	184	0,08	682	0,61	376	0,34	323	0,24	29	0,08	91	0,24	111	0,22
OUTRA CONDIÇÃO	1131	0,98	1323	0,61	2565	1,06	1921	1,72	1028	0,92	1362	1,00	347	0,98	61	0,16	683	1,35
TOTAL	115318	100,00	217208	100,00	241361	100,00	111881	100,00	111490	100,00	135356	100,00	35516	100,00	39014	100,00	50812	100,00

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 1970, 1980 e 1985.

Recôncavo Baiano e Sertão de Paulo Afonso - percebendo-se, contudo, nas duas primeiras, tanto em 1970 como em 1985, um elevado número de pessoas enquadradas nas categorias Empregados Permanentes e Empregados temporários, principalmente na microrregião Cacaueira onde, em 1985, o número de Empregados Permanentes e Empregados Temporários superava, e muito, o dos Responsáveis e Membros não Remunerados da Família, fato que não se verifica na microrregião do Sertão de Paulo Afonso, onde o número de pessoas das duas primeiras categorias representa apenas 10,37 % do total de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários. Estes dados reforçam, ainda mais, a importância da pequena produção agrícola no município, visto ser a mão-de-obra familiar um indicador seguro da importância desse segmento no espaço agrário municipal.

2.2 FORMAS DE ACESSO À TERRA

Essa estrutura de produção da área apoia-se em relações de trabalho e formas de acesso à terra tradicionais, cuja reprodução tem-se dado sob os auspícios do capital mercantil. A penetração do capital na agricultura da área objeto deste estudo, é recente e vem-se fazendo via projeto de irrigação pelo poder público em alguns pontos selecionados. Nesses pontos, a modernização da atividade agrícola estabelece novos vínculos e, portanto, novas formas de subordinação da produção ao capital. Ali, relações sociais tradicionais e modernas coexistem na figura do “morador” e do assalariado temporário ou “trabalhador alugado”, para utilizar uma expressão bastante comum entre os pequenos agricultores do município.

No que se refere à condição do produtor, a tabela 09 mostra a estrutura dos produtores da área no período 1970-1985, assim constituída:

TABELA 09
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR - 1970, 1980 e 1985

CATEGORIAS DE PRODUTORES	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS								
	1970			1980			1985		
	Número	Área (ha)	Área Média (ha)	Número	Área (ha)	Área Média (ha)	Número	Área (ha)	Área Média (ha)
PROPRIETÁRIO	1318	16860	12,79	1891	40911	21,63	1855	45360	24,45
ARRENDATÁRIO	-	-	-	3	55	18,33	3	7	2,33
PARCEIRO	-	-	-	9	29	3,22	4	12	3,00
OCUPANTE	-	-	-	79	1409	17,83	22	171	7,77

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 1970, 1980 e 1985.

- proprietário, produtor que explora terras de sua propriedade utilizando, seja mão-de-obra familiar, no caso dos pequenos proprietários, seja mão-de-obra contratada, no caso dos médios e grandes proprietários. Essa categoria constituía, no período estudado, a grande maioria dos agricultores do município, tendo os estabelecimentos por ela explorados apresentado, no período em análise (1970-85), uma expansão da ordem de 40,7 % do número e 169,0 % da área com forte incremento da área média desses estabelecimentos (12,79 ha, em 1970 e 24,45 ha em 1985);
- arrendatário, categoria que explora terras de terceiros, tendo, em contrapartida, de pagar quantia em dinheiro ou em espécie, pela utilização temporária da terra, é uma categoria pouco expressiva no município, não ocorrendo em 1970. Em 1985, somente três estabelecimentos incluíam-se nessa categoria;
- parceiro, categoria que explora terras de terceiros pagando a renda da terra em quota-parte da produção. Constitui, na área, uma categoria de produtor típica das áreas ribeirinhas do São Francisco. Nessa relação, o parceiro recebe do proprietário, a terra, a água e demais insumos necessários ao cultivo, devendo dividir com este o resultado da produção, após serem deduzidas as despesas de água e insumos e, muitas vezes, até os juros referentes a esses gastos. No período considerado, o parceiro era pouco comum na área, existindo, em 1985, apenas quatro estabelecimentos da categoria;
- ocupante, categoria de produtor que explora terras devolutas ou de terceiros, sem nada pagar pela exploração. Caracteriza-se pela instabilidade da posse da terra, tratando-se, em geral, de antigas posses obtidas por herança, sem que, no entanto, se concretizasse a legalização das mesmas. Esta categoria explorava, em 1985, uma área total de, apenas, 171 ha, tendo apresentado forte declínio no período de que existe registro.

Esse quadro da condição do produtor guarda estreita relação com a estrutura fundiária do município (tabela 10) que, em 1992, se caracterizava pelo predomínio de minifúndios, representando 92,38 % do número total de imóveis e 52,39% da área total cadastrada, seguido da pequena propriedade com 6,42 % dos imóveis e 26,53 % da área e da média propriedade, cuja participação é de apenas 1,20 % do total de imóveis, e 21,08 % do total da área cadastrada.

Conforme mostra, ainda, a tabela 10, dentre os imóveis cadastrados, não se verificou a existência de grandes propriedades, no município, ou seja de propriedade medindo mais de 15 módulos fiscais, o que corresponde aos imóveis rurais com área igual ou superior a 1050 ha. Essa estrutura dos imóveis, em linhas gerais, guarda semelhança com a dos estabelecimentos rurais cuja maior área se situa em torno de 1100 ha.

TABELA 10
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO – BA
CATEGORIA DE IMÓVEIS RURAIS - 1992

CATEGORIA DE IMÓVEIS	NÚMERO DE IMÓVEIS		ÁREA (HA)	
	Absoluto	%	Absoluta	%
MINIFÚNDIO ⁽¹⁾				
NÃO IDENTIFICADOS	35	2,34	-	-
ATÉ 0,5	1179	78,75	13532,00	32,03
MAIS DE 0,5 ATÉ 1	169	11,29	8603,10	20,36
SUBTOTAL	1383	92,38	22135,10	52,39
PEQUENA PROPRIEDADE ⁽²⁾	96	6,42	11206,86	26,53
MÉDIA PROPRIEDADE ⁽³⁾	18	1,20	8906,00	21,08
TOTAL GERAL	1497	100	42247,96	100

FONTE: INCRA. Cadastro de Propriedades Rurais, 1992.

- (1) Até 1 módulo fiscal, (2) Mais de 1 até 4 módulos fiscais, (3) Mais de 4 até 15 módulos fiscais.
- Obs: o Módulo fiscal na área em apreço corresponde a 70 ha.

Tomando-se como base os dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1985, constantes da tabela 11, verificou-se o expressivo crescimento dos estabelecimentos agropecuários no município de Paulo Afonso naquele período, os quais passaram de 1318 em 1970 para 1884 em 1985, (variação de 42,94 %), o que indica o intenso processo de ocupação a que foi submetida a área rural desse município, ao mesmo tempo que a área total dos estabelecimentos passa de 16860 ha em 1970 para 45551 ha em 1985 (variação de 170,17 %).

Este expressivo crescimento do número de estabelecimentos agropecuários e da respectiva área, observado no período de 1970-85, coincide com o período de maior afluxo de pequenos agricultores imigrantes provindos, em grande parte, dos municípios dos vizinhos estados de Pernambuco, Sergipe e, principalmente, de Alagoas, que se dirigiam para a área rural do município de Paulo Afonso. Nesse período, enquanto os estabelecimentos de menos de 10 ha, mantiveram o número e ampliaram a área total, verificou-se um crescimento bastante significativo dos estabelecimentos agropecuários da classe de 10 a menos de 100 ha, cujo número passou de 135 em 1970 para 652 estabelecimentos em 1985 e cuja área total passou de 3923 ha, em 1970, para 19777 ha, em 1985. Bastante ilustrativo desse fato pode ser considerada a evolução do povoado Barrinha que surgiu na década de 70 e deve sua existência, em grande parte, à presença dos "alagoanos" que se deslocaram das áreas serranas de vocação policultora dos municípios alagoanos de Santana do Ipanema, Palmeira dos índios e Minador do Negrão, para aquele povoado.

Não obstante a importância numérica dos estabelecimentos de menos de 100 ha, um dos traços característicos da estrutura fundiária do município é a área absorvida pelos estabelecimentos na classe de 100 a menos de 1000 ha que correspondia, em 1970, a 50,61 % e em 1985 a 43,72 % da área total dos estabelecimentos agropecuários. Trata-se, a exemplo de outras áreas nordestinas, de

TABELA 11
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1970-1985

A N O S	GRUPOS DE ÁREA TOTAL (HA)																		
	TOTAL			MENOS DE 10			10 A MENOS DE 100			100 A MENOS DE 1000			1000 A MENOS DE 10000						
	(%)	Área (ha)	Estabelecimentos	(%)	Área (ha)	Estabelecimentos	(%)	Área (ha)	Estabelecimentos	(%)	Área (ha)	Estabelecimentos	(%)	Área (ha)	Estabelecimentos	(%)	Área (ha)	Estabelecimentos	
1970	100,0	16.860	100,0	1.146	86,94	3.303	19,59	135	10,24	3.923	23,26	36	2,73	8.533	50,61	1	0,075	1.100	6,52
1980	100,0	42.405	100,0	1.306	65,89	5.060	11,93	594	29,97	17.103	40,33	80	4,03	17.963	42,36	2	0,1	2.279	5,37
1985	100,0	45.551	100,0	1.146	60,83	4765	10,46	652	34,60	19.777	43,42	85	4,51	19.915	43,72	1	0,053	1.089	2,39

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 1970, 1980 e 1985.

um legado do período colonial, radicado na formação da fazenda e no domínio do coronel, chefe político que, apoiado no controle da propriedade da terra, patrocinava a perpetuação de verdadeiros clãs familiares no poder (Andrade, 1983, p. 42-43). Essa situação começa a mudar a partir da década de cinquenta com a instalação da CHESF e, hoje, encontram-se principalmente nas mãos de funcionários daquela companhia e de altos comerciantes estabelecidos no município.

No tocante à área média dos estabelecimentos agropecuários do município, a tabela 12 mostra que no extrato de menos de 10 ha, a área média passou de 2,88 ha em 1970 para 3,87 ha em 1980 e para 4,16 ha, em 1985, ao passo que, no extrato de 100 a menos de 1000 ha, praticamente não houve variação no tamanho médio dos estabelecimentos que passou de 237,03 ha, em 1970 para 234,29 ha, em 1985, o mesmo ocorrendo com o extrato de 1000 ha e mais.

Observando-se os dados do IBGE contidos na tabela 13, referentes à área média dos estabelecimentos por classe de atividade econômica para o município de Paulo Afonso nos anos de 1980-1985, verifica-se, nesse período, um aumento expressivo da área média dos estabelecimentos dedicados à agricultura (de 12,78 ha para 19,11 ha) em contraposição à dos estabelecimentos voltados para pecuária que, no mesmo período, sofreu redução de 34,67 ha para 30,88 ha. Essa evolução positiva da área média dos estabelecimentos agrícolas no período de 1980-85, acredita-se tem-se dado em decorrência da redução do número de pequenos agricultores imigrantes que se dirigiram para o município, no período, quando o número total de estabelecimentos agropecuários experimentou ligeira variação, passando de 1982 em 1980, para 1884 estabelecimentos em 1985. (tabela 11) Quanto aos estabelecimentos dedicados à pecuária, observa-se que tanto o número quanto a área média desses estabelecimentos experimentaram um ligeiro declínio, no período considerado, o que pode ser, em parte, explicado pela redução dos

TABELA 12
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO-BA
ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO GRUPOS
DE ÁREA TOTAL 1970-1985

ANOS	TOTAL		GRUPO DE ÁREA TOTAL. (ha)			Área Média (ha)	
	Estabelecimentos	Área (ha)	MENOS DE 10 A MENOS DE 100		100 A MENOS DE 1000		
			Área Média (ha)	Área Média (ha)			
1970	1318	16.860	12,79	2,88	29,5	237,03	1100,00
1980	1982	42.406	21,39	3,87	28,80	224,54	1139,50
1985	1884	45.551	24,17	4,16	30,33	234,29	1089,00

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 1970, 1980 e 1985.

TABELA 13
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS, POR CLASSE DE ATIVIDADE ECONÔMICA - 1980-1985

A N O S	TOTAL				CLASSE DE ATIVIDADE ECONÔMICA						OUTROS ⁽¹⁾	
	Nº de Estabelecimentos	Área (ha)	área Média (ha)	Nº de Estabelecimentos	AGRICULTURA			PECUÁRIA			Nº de Estabelecimentos	Área (ha)
					Área (ha)	Área Média (ha)	Nº de Estabelecimentos	Área (ha)	Nº de Estabelecimentos	Área Média (ha)		
1980	1982	42404	21,39	1139	14558	12,78	698	24200	34,67	145	3646	
1985	1884	45548	24,18	1095	20932	19,11	677	20905	30,88	111	3711	

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 1980 e 1985.

(1) Na categoria outros estão incluídas agropecuária, horticultura ou floricultura, avicultura e extração vegetal.

efetivos caprinos da ordem de $-5,14\%$, no período de 1980-85 (tabela 05), em virtude da tendência de cercamento das médias e grandes propriedades do município e do regime tipicamente extensivo do criatório desses animais.

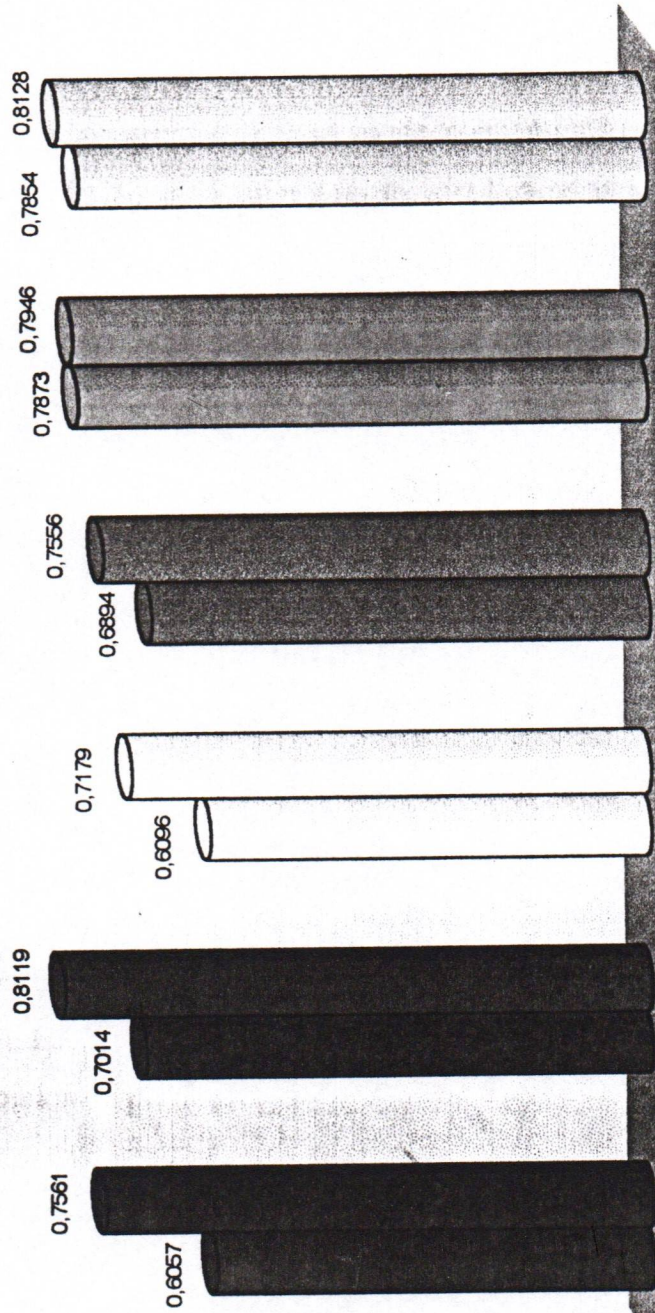
Ao analisar-se os dados relativos à concentração fundiária, medida pelo índice de Gini, (tabela 14 e gráfico 04), constata-se ter sido pouco expressivo o aumento da concentração fundiária na microrregião na qual se insere o município de Paulo Afonso, no período de 1970-80, quando o referido índice passou de 0,7873 para 0,7946. Esses índices, calculados pelo IBGE para os estabelecimentos agropecuários apresentaram, no período considerado, uma variação menor que o do Estado da Bahia onde esse índice, no decênio 1970-80, saltou de 0,7854 para 0,8128, verificando-se, ainda, que nas microrregiões de maior dinamismo desse estado a evolução percentual de tais índices foi bastante elevada destacando-se, nesse aspecto, as microrregiões: Litorânea do Extremo Sul, onde o citado índice passou de 0,6057 para 0,7561, Chapadões do Rio Corrente,

TABELA 14
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
ÍNDICE DE GINI DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS DE ALGUMAS
MICRORREGIÕES DO ESTADO DA BAHIA - 1970-1980

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	ANOS E ÍNDICES	
	1970	1980
CHAPADÕES DO RIO CORRENTE	0,7014	0,8119
LITORÂNEA DO EXTREMO SUL	0,6057	0,7561
INTERIORANA DO EXTREMO SUL	0,6096	0,7179
CORREDEIRAS DO SÃO FRANCISCO	0,6894	0,7556
SERTÃO DE PAULO AFONSO	0,7873	0,7946
ESTADO DA BAHIA	0,7854	0,8128







FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 1970, 1980.

GRÁFICO 04
 MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
 EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO DA TERRA
 EM ALGUMAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DA BAHIA - 1970-1980



FONTE: Censo Agropecuário, 1970, 1980.

LEGENDA

-  LITORÂNEA DO EXTREMO SUL
-  CHAPADÕES DO RIO CORRENTE
-  SERTÃO DE PAULO AFONSO
-  INTERIORANA DO EXTREMO SUL
-  CORREDEIRAS DO SÃO FRANCISCO
-  ESTADO DA BAHIA

de 0,7014 para 0,8119, e Interiorana do Extremo Sul e Corredeiras do São Francisco que apresentaram, respectivamente, uma evolução de 0,6096 para 0,7179 e de 0,6894 para 0,7556. Essa última é contígua à do Sertão de Paulo Afonso e um dos municípios que a compõem, o de Rodelas-BA, limita-se, a oeste com Paulo Afonso. A pequena variação do índice de concentração fundiária, constatada na microrregião do Sertão de Paulo Afonso, explica-se pela reduzida expressão da pecuária nos municípios que a integram, principalmente se cotejada com aquelas microrregiões onde ocorreu um forte processo de expansão da fronteira agrícola, tendo como eixos econômicos as monoculturas e a criação extensiva de gado de corte.

2.3 A MOBILIDADE DO TRABALHADOR RURAL NO MUNICÍPIO

O fenômeno das migrações temporárias dos pequenos agricultores do município de Paulo Afonso-BA, assim como dos demais municípios da hinterlândia semi-árida do Nordeste brasileiro, continua a constituir uma alternativa a que recorrem aqueles agricultores para fazer face às adversidades do meio social e físico em que vivem. Esse tipo de migração é regulado pela temporalidade e espacialidade diversas dos ciclos de produção.

(...)“freqüentemente porém, as próprias condições de trabalho que mantiveram as migrações impedem o cumprimento da finalidade subjetiva da migração temporária, que é de produzir recursos econômicos adicionais para a família camponesa” (Martins, 1986. P. 60).

Conforme o gráfico 02 (calendário agrícola), que representa, esquematicamente, os ciclos de produção dos principais cultivos do município em 1994, os períodos de maior concentração de chuvas correspondem aos meses de março a julho, quando também são realizadas quase todas as etapas da produção agrícola da área: (preparo do solo, plantio limpas e colheita das lavouras de ciclo curto). A colheita é feita nos meses de agosto a setembro, quando os índices de chuva começam a declinar rapidamente. É, precisamente, a partir daí que se intensifica a saída da população rural do município, dirigindo-se, principalmente, para São Paulo e Rio de Janeiro. Embora não se disponha de dados relativos à saída de pequenos agricultores do município, a dimensão desse fluxo de pessoas pode ser estimada se considerado o número de viagens realizadas, diariamente, pela única empresa de ônibus que liga Paulo Afonso aos dois mais importantes centros econômicos do país: sete viagens ao longo da semana, podendo chegar a oito, nos períodos de maior saída de migrantes (setembro à novembro). Daí em diante, quando as chuvas ocorrem com mais frequência, registra-se o fluxo inverso, ou seja, o retorno dessa população que então, passa a dedicar-se ao trabalho no roçado.

Contrariando o sentido geral do fluxo até agora analisado, um outro tipo de migração e de migrantes também passa a integrar a mobilidade demográfica no município, desta feita através do processo de entrada de população de outros municípios. Aliás, o próprio crescimento populacional da área rural de Paulo Afonso (tabela 01), deveu-se, em grande parte, à entrada de famílias inteiras de pequenos agricultores, provenientes principalmente de áreas policultoras serranas dos municípios alagoanos de Santana do Ipanema, Palmeiras dos Índios, Minador do Negrão e Olho d'Água das Flores, observando-se, também, embora em menor escala, o afluxo de pequenos agricultores dos municípios pernambucanos próximos ao de Paulo Afonso-BA tais como Bom Conselho, Petrolândia e Tacaratu, ou, ainda, dos municípios sergipanos de Canindé do São Francisco e Porto da Folha. Diante dessa

constatação indaga-se: que motivos poderiam justificar a saída de pequenos agricultores de suas áreas de origem (úmidas ou subúmidas) para outra que se caracteriza, por condições climáticas adversas e pela conseqüente instabilidade de produção? Algumas evidências podem ajudar a compreender essa realidade. Em primeiro lugar, é preciso considerar-se que as áreas de emigração desses agricultores são aquelas em que vem ocorrendo, em larga escala, incorporação pela pecuária bovina de corte, de terras, anteriormente dedicadas à produção de gêneros de primeira necessidade, reduzindo, assim, a ocupação da força de trabalho rural. Isto porque,

“(...) a sua penetração [da pecuária bovina] nas frentes de expansão expulsa as atividades relacionadas à produção de alimentos devido às incompatibilidades que lhe são próprias, forçando assim o deslocamento da chamada ‘economia do excedente’ - cujos participantes dedicam-se principalmente à sua própria subsistência - para regiões mais distantes (...)”
(Graziano da Silva, 1981, p. 116).

Soma-se a esse fator, o fato de a terra no município de Paulo Afonso ser menos valorizada, se confrontados os preços desta com aqueles praticados nos locais de onde procedem esses imigrantes, e que pode ser constatado na fala de um dos entrevistados que conta Ter vendido sua propriedade de 3,6 ha no município de Olho D’água das Flores-AL, por CR\$ 3.000,00 em 1992, e comprado, nesse mesmo, ano o equivalente a 30 ha de terras no povoado Bonomão, no município de Paulo Afonso, por CR\$ 1.400,00, adquirindo, assim, por menos da metade do preço, uma área oito vezes maior do que aquela que fora vendida em seu local de origem. Justifica o entrevistado:

“ vim trabalhar há alguns anos atrás nas obras da CHESF e gostei do local. Lá onde eu morava tem muita gente espremida. A terra é pouca. Se plantar mandioca não dá; se plantar milho e feijão do mesmo jeito (...) As terras é mais para os fazendeiros”.

Também influenciou esse fluxo migratório o fato de que esses agricultores viam, na mudança, a oportunidade de se radicarem próximo a uma cidade grande onde, acreditavam, as chances de conseguirem emprego eram muito maiores. Anteviam também a tendência de valorização das terras recém-adquiridas face à possibilidade de investimento público num município que, apesar das limitações de ordem climática, apresenta inclinação para expansão de suas atividades econômicas, sobretudo aquelas voltadas para o abastecimento urbano deste e das áreas vizinhas.

2.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO E INVESTIMENTO E AS MUDANÇAS RECENTES NA AGRICULTURA DE PAULO AFONSO

O processo de expansão do contingente populacional verificado nas últimas décadas na área rural do município de Paulo Afonso-BA face à presença de pequenos agricultores imigrantes, teve como consequência mais imediata o surgimento de inúmeros povoados onde, no passado, havia sede de fazendas com, no máximo, duas ou três casas. Este é o caso, de povoados como os de Barrinha, Bonomão, Papagaio etc.

Esse relativo adensamento da população rural no município motivou uma maior presença do Poder Público no campo, o que se dá em alguns povoados principalmente a partir dos anos oitenta, através de algumas ações de caráter mais abrangente, tais como: construção de estradas, de barragens, de cisternas, de poços artesianos e de escolas em alguns povoados. A essas medidas, associa-se a implementação de algumas ações objetivando, sobretudo a melhoria do setor agropecuário. Essas ações são favorecidas pela política de expansão do crédito agrícola nos primeiros anos da década de oitenta e estão a cargo de instituições tais como a Prefeitura municipal, o BN (Banco do Nordeste), o Banco do Brasil, o BANEH - (Banco do Estado da Bahia), a EBDA (Empresa Bahiana de Desenvolvimento Agrícola) e a CAR (Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional).

Diante da agudeza dos problemas sociais porque passam os pequenos produtores locais, até agora tem sido pouco eficaz a atuação, sobretudo do Poder Público federal e estadual. Segundo o que se pôde apreender em entrevistas com os técnicos do setor de fomento agropecuário da Prefeitura, somente o apoio creditício maciço à pequena produção seria capaz de elevar a produção agrícola, ampliar a oferta de gêneros alimentícios e, conseqüentemente, barateá-los.

O crédito agrícola, tanto o de investimento quanto o de custeio, só passou a ser uma realidade na área estudada a partir de 1966, quando foi instalada a agência do Banco do Brasil na sede do município, tomando novo impulso com a criação, em 1969, do seguro agrícola Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) que, em caso de frustração de safra em decorrência de acidentes climáticos ou de ataque de pragas e doenças desconhecidas no meio rural, oferecia garantia tanto aos agricultores como ao Banco. (Andrade, 1983, p.110).

Os dados da tabela 15 mostram a evolução do número e do valor dos financiamentos agropecuários no município de Paulo Afonso no período 1970-1985. Os dados indicam que houve uma expansão do crédito agrícola no período mencionado, fato que demonstra que, nesse período, a área em estudo se beneficiou da tendência geral de expansão do crédito agrícola subsidiado no país, embora os valores destinados às lavouras dos pequenos agricultores representasse, naquele período, a parcela menor quando comparada com os valores destinados a outros tipos de cultivo e a outras finalidades. Neste sentido, *Castro (1979, p. 152-157)*, assinala que, no “(...) Nordeste, em 1976, a cana-de-açúcar obteve 47,6 % do custeio total da região, (...) enquanto que produtos como o feijão (5,68 %), a mandioca (2,38 %) e o milho (5,4 %) nomearam uma participação de (13,4 %)”, Revela ainda esse autor que a política de crédito agrícola subsidiado

“(...) tem criado mecanismos que favorecem a capitalização da grande propriedade. (...) Dessa forma, o crédito rural, intensificado a partir da década dos 70, adquire papel fundamental na viabilização de todo um setor industrial - máquinas, implementos e insumos industriais - por um lado, ao garantir demanda para seus produtos e, por outro, ao permitir particularmente à produção agrícola capitalista garantir um nível maior de rentabilidade e de condições de concorrência em relação à produção capitalista não agrícola”.(1979, p. 154-155)

TABELA 15
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
NÚMERO E VALOR DOS FINANCIAMENTOS - 1970-1985

ANOS	NÚMERO E VALOR DOS FINANCIAMENTOS	
	Número de Financiamentos	Valor em Mil Cruzeiros
1970	10	674,00
1980	214	20.734,00
1985	260	974,00 *

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 1970, 1980 e 1985.

* em Mil Cruzados

Embora a tabela 15 não discrimine os dados relativos ao crédito para o setor agropecuário, tem-se informação de que, no período, este foi em sua maior parte direcionado para a pecuária, variando, *“o tipo de pecuária estimulada, pois os recursos alocados, por exemplo, na formação de pastagens e forrageira, são voltados para um tipo de pecuária intensiva, que vem substituir o antigo sistema de pecuária extensiva preexistente na região”* (Sales, 1982, p. 58).

Em 1985, ocorreu um declínio no volume total de crédito alocado, devendo-se tal situação ao fato de ter sido esse período marcado pela desaceleração de investimentos no país, atingindo, principalmente, o mecanismo do crédito subsidiado. Como revelam os dados da tabela 16, o período de 1990-96, embora tenha se caracterizado também como de desaceleração de investimento na agropecuária, o Estado continua a priorizar o setor pecuário, a exemplo da atuação do Banco do Nordeste que responde pela quase totalidade dos investimentos destinados à agropecuária municipal, dirigindo, no período em apreço, 84,43 % do volume total dos recursos para o subsector pecuário. A

maior parte desses recursos destina-se às maiores propriedades, enquanto o subsetor agrícola da área, constituído em grande parte de pequenas unidades de produção, ficou com apenas 15,56 % do montante das operações de crédito concretizadas pelo BN no período considerado.

Dispondo-se a contribuir com a política de aquisição de matrizes e reprodutores bovinos, caprinos e ovinos para repovoar as pequenas propriedades com esses animais, o governo estadual, através do Banco do Estado da Bahia, o BANEBA, destinou recursos para o programa "Gado no Pasto" sem, no entanto, obter êxito face ao pequeno volume de crédito disponível para essa finalidade. Além disso, sabe-se que as razões do declínio dos efetivos dos rebanhos verificado nesse município vão além dos efeitos da seca, ligando-se também, como já mencionado, à tendência de cercamento das médias e grandes propriedades que reduzem, sensivelmente, a área de pastoreio comunitário, atingindo, principalmente, os rebanhos caprino e ovino. Dessa forma, "Tanto as políticas gerais quanto as políticas específicas têm favorecido grupos determinados e minoritários dentro da agricultura nordestina especialmente os médios e grandes pecuaristas" (Sorj, 1980, p. 106), como, ora, se vem, constatando no município objeto deste estudo.

TABELA 16
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
REPARTIÇÃO DO VOLUME DE CRÉDITO DESTINADO AO SETOR AGROPECUÁRIO - 1990-1996

INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE PODUTORES ATENDIDOS	VOLUME DE CRÉDITO LIBERADO (EM MIL REAIS)	DESTINAÇÃO DOS VALORES EM (MIL REAIS)			REPARTIÇÃO (%) DA DESTINAÇÃO DO FINANCIAMENTO		
			AGRICULTURA	PECUÁRIA	INFRAES-TRUTURA	AGRICULTURA	PECUÁRIA	INFRAES-TRUTURA
BN	591	11.144,00	1.734,60	9.409,40	-	15,56	84,43	-
CAR	26*	245,50	-	-	245,50	-	-	100,00
BANEBA	800	800,00	-	800,00	-	-	100,00	-
VALOR TOTAL DOS FINANCIAMENTOS (EM MIL REAIS) - 12.189,5								

FONTE: Banco do Nordeste; Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia e Banco do Estado da Bahia, 1997.

*Número total de associações de pequenos produtores.

A partir de meados da década de 80, o Banco do Brasil passou a reduzir sensivelmente as operações financeiras com o crédito agrícola destinado aos pequenos produtores, chegando a não mais destinar recursos para qualquer tipo de crédito agrícola já a partir de 1989. Contribuíram para isto o fato de os juros, àquela época, serem considerados elevados para uma atividade de alta imprevisibilidade ao longo de todo o processo que vai da produção à comercialização. Além disso, ocorrendo a frustração de safra, pouco se pode esperar dos produtores como garantia do empréstimo contraído. É também bastante discutível a eficácia do seguro Proagro, do ponto de vista de constituir uma garantia efetiva para o banco, uma vez que os valores objeto desse tipo de seguro, nem sempre são restituídos, pelo Governo Federal, ao banco que realizou a operação de crédito. Verificou-se, porém, a reabertura, nesse banco, do crédito para o custeio da safra de mandioca de 1997, tendo sido, contudo, pequeno o volume de recursos disponibilizado para essa finalidade.

Constitui, no entanto, uma exceção à regra até agora verificada no tocante à atuação das instituições financeiras ligadas à agropecuária municipal, a atuação da CAR - Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional. Esse órgão, ligado à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, é responsável pelo controle, normatização e destinação dos recursos aplicados nos programas destinados aos pequenos produtores das áreas rurais desse estado. O principal deles é o *Produzir*, cujos recursos são, em grande parte, oriundos do Banco Mundial e repassados à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, através da SUDENE que, por sua vez, implementou o *Programa de Apoio ao Pequeno Produtor - Papp* - reformulado para ser executado no exercício 1993-94, tendo como objetivo financiar esse setor através de recursos não reembolsáveis, destinados a

“(...) investimentos comunitários para recuperação, melhoramento e operação da infra-estrutura, como: água potável, escolas, postos de saúde, drenagem, pavimentação de ruas, estradas vicinais, pequenas pontes, passagens molhadas, eletrificação rural e fontes alternativas de energia; e investimentos direcionados a aumentar os níveis de emprego e renda dos pequenos produtores, através de projetos produtivos” (SUDENE, 1993, p. 11).

As fontes das quais provêm os recursos para aplicação do programa CAR/Produzir, são assim distribuídas: 60 % do Banco Mundial que, como já se assinalou, foi repassado pelo Papp ao Governo do Estado da Bahia; 30 % de recursos próprios desse Estado; e 10 %, de recursos dos beneficiários do Programa. Como se trata de projetos comunitários, os beneficiários entram, nesse caso, com a parte correspondente à mão-de-obra, sendo, nesse particular, ajudados pela Prefeitura Municipal que se encarrega da contratação de trabalhadores para a construção da infra-estrutura (casas-de-farinha, moinhos de fubá, postos telefônicos, dentre outros) a ser incorporada à pequena produção. É importante notar, ainda, que a maior parte desses investimentos foi realizada no período de 1993-94 que corresponde ao período de execução do Papp-Reformulado, tendo sido o período de 1995-96 suprido com verbas correspondentes aos “resíduos” de recursos do período anterior de vigência desse programa.

Observando-se ainda os dados da tabela 16, constata-se que, se cotejados com o volume de recursos direcionados pelo BN e pelo BANEBA para o setor pecuário, os investimentos realizados pela CAR no período de 1990-96 foram inferiores aos daquelas agências de financiamento do setor agropecuário do município. Verifica-se, contudo, que apesar do baixo volume de recursos aplicados

na pequena produção agrícola de Paulo Afonso pela CAR, estes têm provocado efeitos que se, não têm sido suficientes para solucionar os problemas estruturais da pequena produção agrícola, têm, pelo menos, possibilitado a implantação de alguns tipos de infra-estrutura como poços artesianos, eletrificação rural, casas-de-farinha, moinhos-de-fubá, postos telefônicos, a aquisição de implementos agrícolas para tratores, de trituradores de ração e a implantação de uma fábrica de beneficiamento de caju - esta não tendo-se apresentado como um investimento viável até o momento visto que a produção local de caju tem-se mostrado insuficiente para manter o seu funcionamento.

Analisando-se os dados da tabela 17, percebe-se que um outro tipo de efeito tem surgido como conseqüência das políticas de investimento na pequena produção agrícola do município. Trata-se do razoável número de associações de pequenos produtores que têm sido criadas a partir de 1987, na área rural do município, criação essa intensificada, no período de 1993-95, em virtude do maior volume de recursos aplicados na pequena produção agrícola, sobretudo pelo programa *Produzir* da CAR. Nesse caso, a própria efetivação do contrato de liberação de recursos passa a vincular-se à existência de uma organização comunitária formalmente constituída, devendo, portanto, essas organizações ser capazes de identificarem, selecionarem e executarem os projetos que lhe são destinados, esperando-se, com isso, um maior fortalecimento dessas organizações, e a conseqüente participação das mesmas na tomada de decisões por parte do governo estadual e municipal e pelas comunidades rurais carentes, organizadas (SUDENE, 1993, p.12).

De uma outra perspectiva, é preciso considerar também que a existência de associações de pequenos produtores em quase todos os povoados do município, ao propiciar a organização desses agricultores, pode levá-los a exercitar a prática de participar, reivindicar, negociar e, sobretudo, possibilitar-lhes a apreensão crítica do

TABELA 17
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
ANO DE FUNDAÇÃO E NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS
PRODUTORES RURAIS - 1987-1996

POVOADOS	ANO DE FUNDAÇÃO	NÚMERO DE SÓCIOS EM 1996
RIACHO	1993	-
XINGOZINHO	1995	57
SALÔBRO	1994	-
BAIXA FUNDA	1994	52
ARRASTA-PÉ	1994	66
JUÁ	1994	130
SALGADINHO	1988	-
VÁRZEA	1988	140
LAGOA DO RANCHO	1987	30
BARRIGA	1995	41
TIGRE	1994	66
RIO DO SAL	1994	102
SÃO JOSÉ	1994	103
OLHO D'ÁGUA DO PAULO	1995	53
ALTO DA ESPORA	1995	64
SÍTIO DO LÚCIO	1994	-
CAMPOS NOVOS	1994	84
RIACHO	1994	119
SÍTIO DO TARÁ	1993	28
AÇUDE	1993	-
MALHADA GRANDE	1994	-
SERROTE	1988	39
ALGADIÇO	1995	90
BONOMÃO	1994	40
BATATINHA	1995	93
BARRO VERMELHO	1995	41

NÚMERO TOTAL DE ASSOCIAÇÕES - 26

FONTE: Prefeitura Municipal e pesquisa de campo realizada em outubro de 1996.

- Dado inexistente e/ou não localizado.

seu mundo (Gyzybowski, 1987, p. 59-60), embora se verifique que a atuação de tais associações está limitada à reivindicação de infra-estrutura básica de apoio a suas atividades, principalmente construção de casas-de-farinha mecanizadas com crédito oficial.

A exceção é a Associação dos Produtores de Lagoa do Rancho que tem demonstrado um maior nível de organização, haja vista ter conseguido, através dos incentivos creditícios, além da casa-de-farinha e de uma pequena fábrica de beneficiamento de caju, um trator e um caminhão. Essa maior organização coloca a comunidade em situação mais favorável, se comparada às outras comunidades, principalmente quanto às facilidades para os agricultores transportarem os pequenos excedentes que comercializam nas feiras, além de lhes garantir uma maior independência na escolha das feiras para comercializarem seus produtos.

As mudanças que, nos últimos anos, vem ocorrendo no perfil da pequena produção agrícola de Paulo Afonso prefiguram, na verdade, um reflexo da atuação do Estado e são parte do processo porquê vem passando a agropecuária no Nordeste desde a década de 70, particularmente no tocante às modificações que visam suplantam o atraso tecnológico do setor - embora sem grandes preocupações com o bem-estar social - a exemplo da introdução da agricultura irrigada na área do Sub-Médio São Francisco, dotada de eficiência técnica-produtiva e de racionalidade econômica.

“(...) nesse caso, a presença do estado foi fundamental, uma vez que montou a maior parte da infra-estrutura de captação e distribuição de água. Constatou-se o cultivo cada vez maior de produtos de elevado valor comercial, destinados tanto a venda “in natura” para os

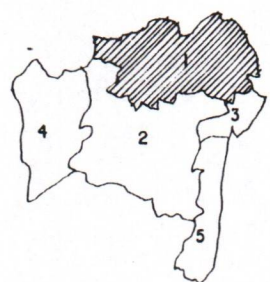
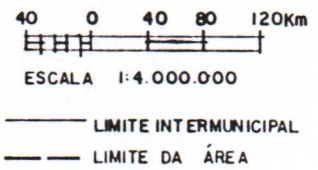
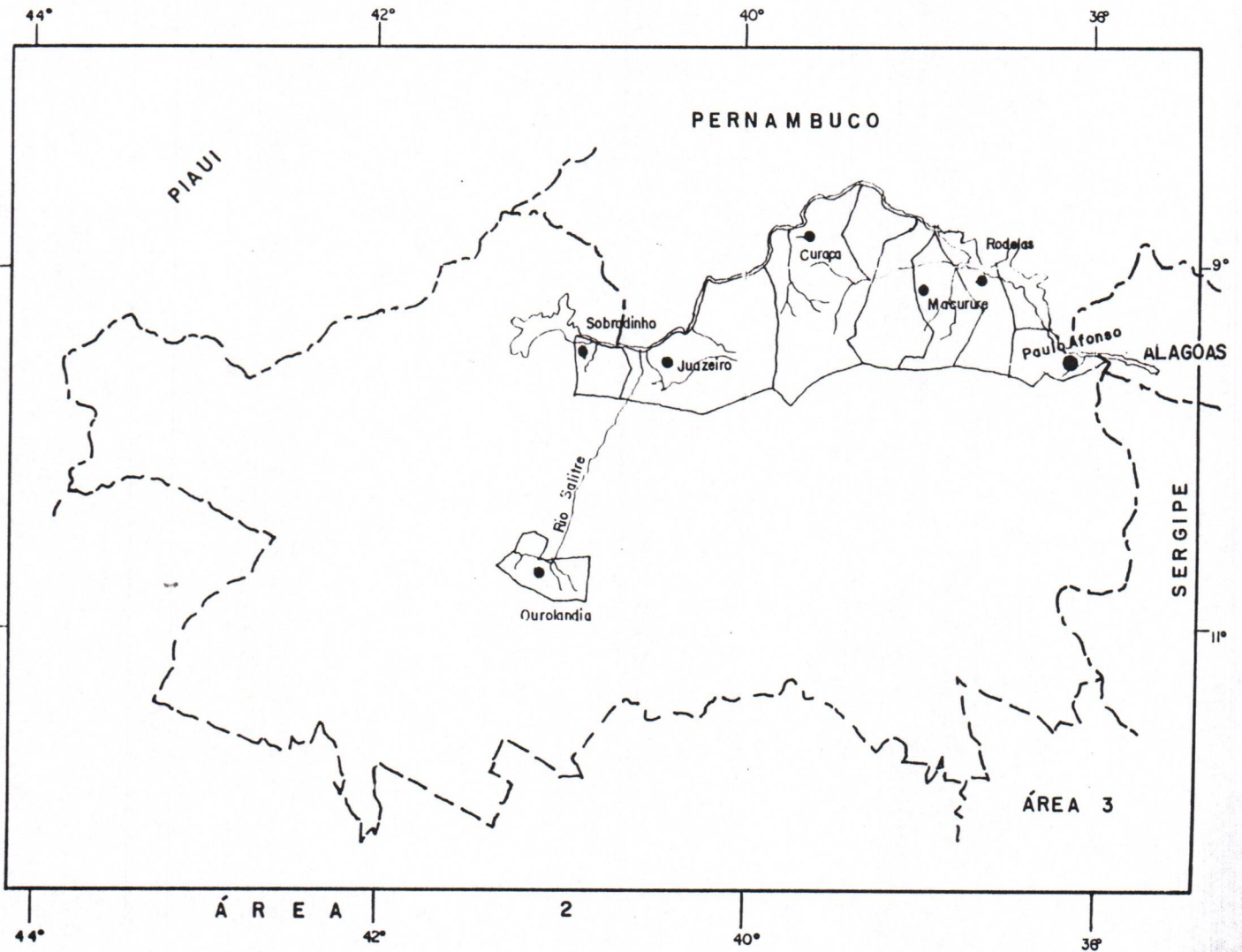
mercados de maior poder aquisitivo, externo inclusive, quanto ao processamento local em planta industrial” (Araújo 1995, p.135).

Mesmo antes do surgimento do Programa Plurianual de Irrigação no Estado da Bahia, com vigência no período de 1995-98, o município de Paulo Afonso estava incluído nos programas de irrigação destinados à Região Administrativa das Águas do Sub-Médio São Francisco (Mapa 05) que, no caso de Paulo Afonso, não foram implementados. Em 1988, o Estado da Bahia já dispunha de um estudo de viabilidade técnica e econômica, que visava à instalação de um projeto de irrigação no povoado Campos Novos objetivando beneficiar 58 famílias com lotes de 1,5 ha de área-média. Contudo, tal projeto ficou na fase do planejamento, face às dificuldades de dotação de recursos para sua concretização pois, naquele momento, o Estado ressentia-se da falta de verbas para investimentos, em decorrência das dificuldades criadas pela crise econômica.

Recentemente, porém, foi implantado no município o projeto de irrigação da Caiçara. Esse projeto, cuja fonte de financiamento são os recursos públicos municipais, encontra-se com os serviços básicos de infra-estrutura (estação de bombeamento de água, tubulações, caixas elevatórias, sistema de irrigação parcelar, etc.) concluídos, abrangendo uma área útil irrigável de 100 ha, tendo sido destinado um lote de 2,5 ha a cada uma das 40 famílias daquele povoado (Mapa 06).

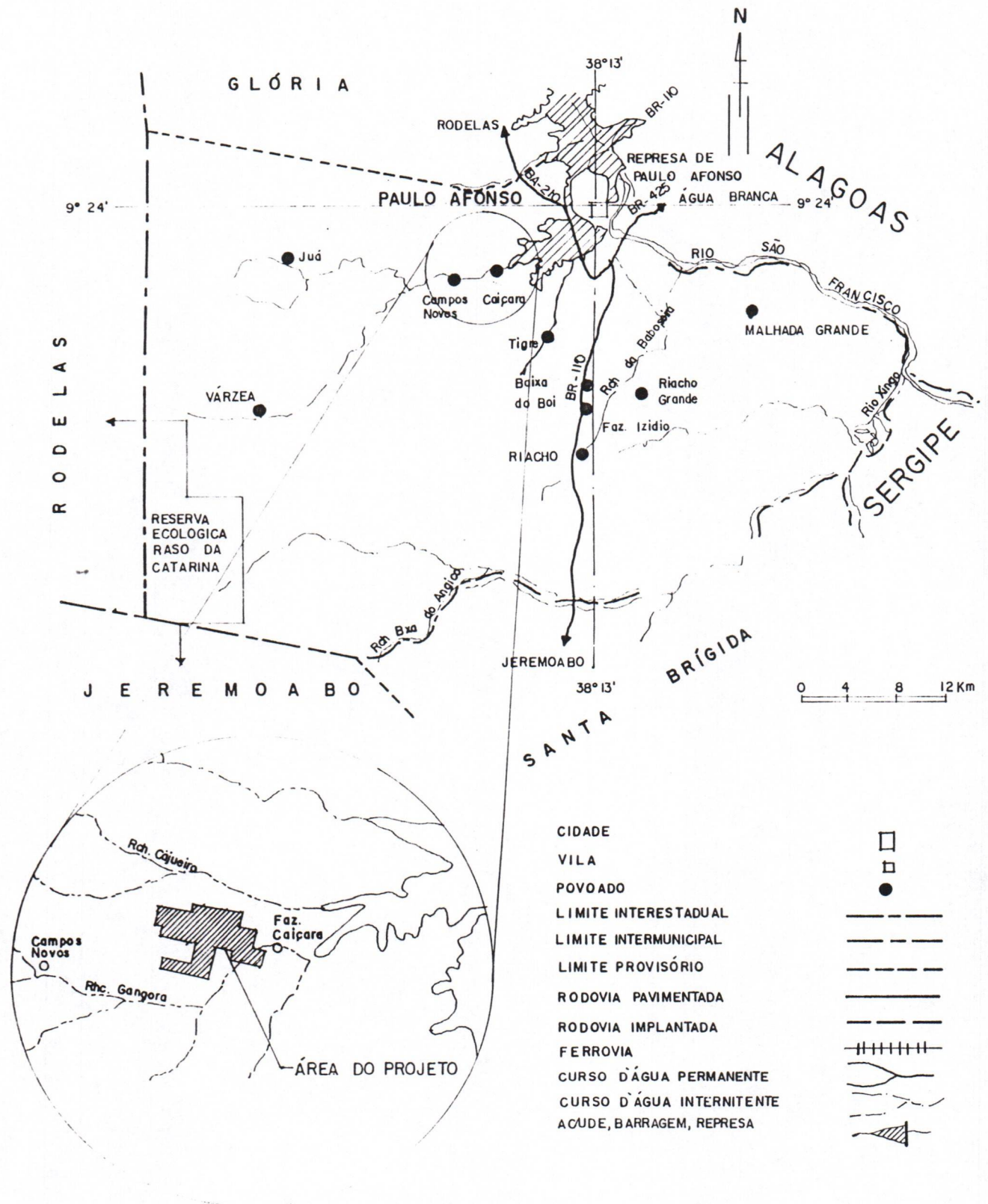
As culturas que deverão integrar o plano de cultivo desse projeto são: uva, quiabo, mamão, melancia, banana, maracujá, tomate, cebola e feijão-de-corda. O feijão-de-arranca, o milho e a mandioca não estão incluídos no referido plano, uma vez que, face aos custos de produção, não apresentam retorno econômico. O feijão-de-corda foi incluído para ser cultivado intercalado às fruteiras e, assim, proporcionar uma maior racionalidade na utilização da área irrigada e também por

MAPA 05
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO – BA
LOCALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO DA REGIÃO
ADMINISTRATIVA DAS ÁGUAS DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO -1995.



FONTE: SEI. 1995.

MAPA 06
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO – BA
LOCALIZAÇÃO DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO
DA CAIÇARA – 1996



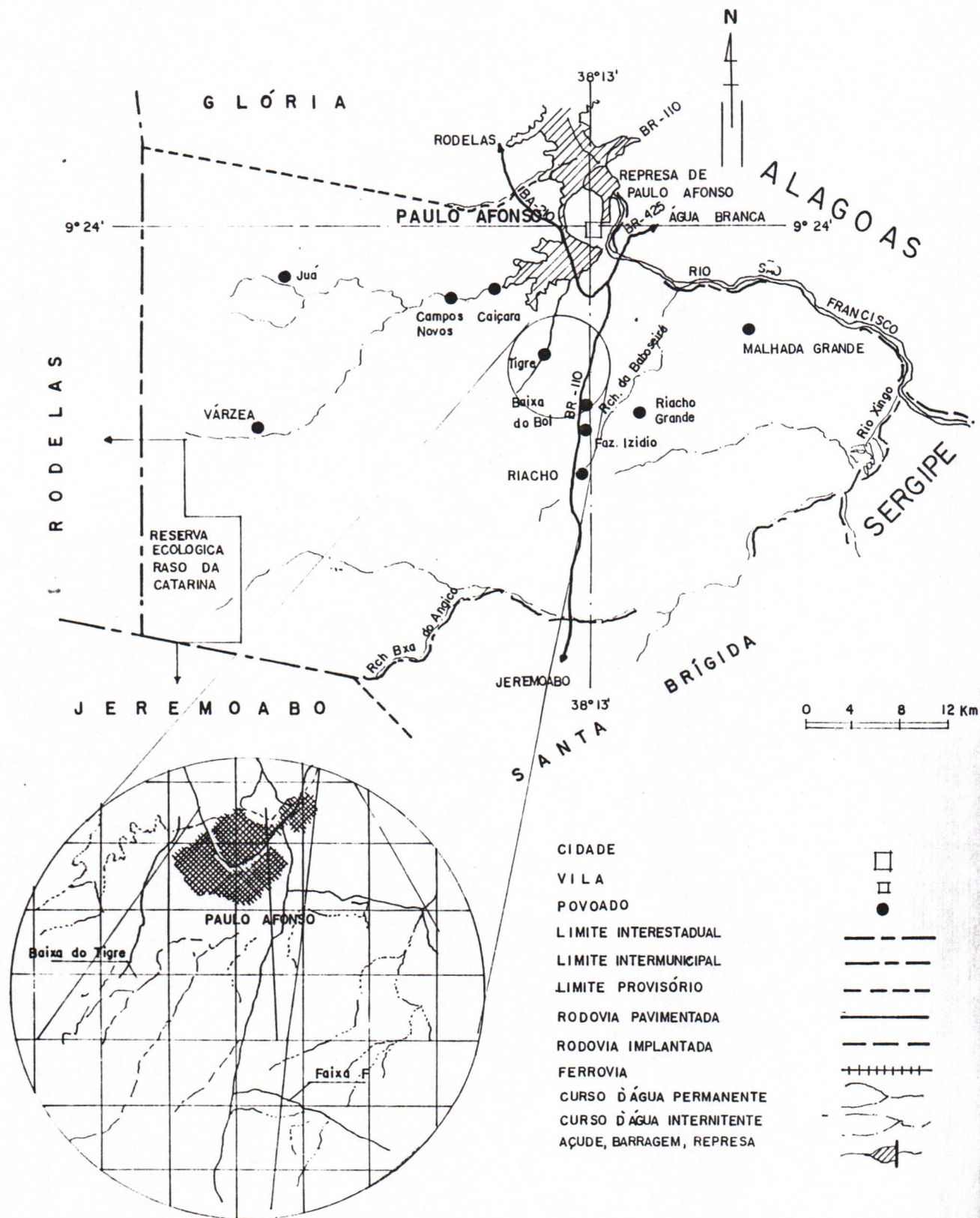
FONTE: Centro de Estatística e Informação do Estado da Bahia. DSG.
Folhas Topográficas na Escala: 1:100.000 - 1994

essa cultura ser considerada fonte natural de fornecimento de nitrogênio para os outros cultivos. Prevê-se, contudo, dificuldades no desenvolvimento das atividades de cultivo nesse projeto. Essas dificuldades estão relacionadas, principalmente, aos entraves à efetivação dos contratos de crédito agrícola junto às agências bancárias que operam com esse tipo de financiamento no município, pois *“os agricultores são pobres descapitalizados. A maioria não dispõe do mínimo de equipamentos necessários para operar o lote, tais como: um animal de trabalho, um cultivador, uma plantadeira-adubadeira e uma carroça”* (Azevedo, 1993, p.34), além de se encontrarem despreparados para efetivação das recomendações técnicas que lhe são propostas.

Outro fator importante para concretização do crédito agrícola, enquanto instrumento eficaz para a atividade agrícola junto aos pequenos produtores rurais, são as modificações nos rumos da política de crédito agrícola brasileira, afim de que se estabeleça a relação direta entre o valor da produção e seus reais custos, através do sistema de equivalência preço/produto, pois a experiência com os pequenos agricultores reassentados nas áreas remanescentes à formação do lago da Hidrelétrica Luiz Gonzaga, tem demonstrado que estes *“preferem restringir sua área de cultivo e aplicar doses mínimas de fertilizantes a correr o risco do crédito agrícola, cujo custo financeiro não tem relação com o comportamento [dos preços] dos produtos cultivados”* (Azevedo, 1993, p. 35).

Está sendo prevista também a execução de um projeto de irrigação nas áreas próximas aos povoados Tigre, Baixa do Boi e Riacho (Mapa 07). (Projeto de Irrigação Paulo Afonso). Esse projeto, cujos estudos básicos já se encontram executados, possui características muito próximas das dos projetos anteriormente mencionados, devendo atender a 20 famílias de pequenos agricultores daquela área, cada uma das quais deverá receber um lote de 4,7 ha, abrangendo um total de 564,2

MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO – BA
 LOCALIZAÇÃO DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO
 DE PAULO AFONSO – 1996



ONTE: Centro de Estatística e Informação do Estado da Bahia. DSG.
 Folhas Topográficas na Escala: 1:100.000 - 1994

ha. Há, no entanto, algumas diferenças. A principal é que este projeto prevê como uma das atividades a serem desenvolvidas o criatório e engorda de peixes em tanques apropriadamente construídos para essa finalidade, com o objetivo de complementar a renda gerada pela atividade agrícola. Além disso, proporcionará a introdução, junto aos pequenos produtores, da concepção de diversificação de atividades, objetivando um maior aproveitamento dos recursos existentes na unidade produtiva.

Chama a atenção também, nesse projeto, o fato de se incluir no elenco de plantios recomendados o cultivo do algodão que, embora a desfavorável conjuntura atual do mercado nacional, apresenta-se, no caso do cultivo irrigado, *“altamente viável pois a elevada produtividade e a alta qualidade da fibra (comprimento e coloração), possibilitam uma boa classificação do produto e a obtenção de preços mais compensadores”*(Hidros, 1995, p.15).

Atuam no apoio aos programas de irrigação do município, a EBDA – (Empresa Bahiana de Desenvolvimento Agrícola), a Bahia Pesca e o INTERBA (Instituto de Terras da Bahia). A primeira realiza o trabalho de assistência técnica e extensão rural, concentrando, atualmente, suas atividades na elaboração de projetos para obtenção de créditos destinados aos produtores da microrregião na qual atua. Quanto à segunda, preocupa-se com o aproveitamento do potencial piscícola das áreas de contenção de água das hidrelétricas construídas pela CHESF no município, visando atender aquelas comunidades que habitam as áreas próximas a essas barragens. Quanto à atuação do INTERBA, pouco tem feito para a regularização fundiária no município, existindo apenas um escritório de representação desse órgão na cidade de Paulo Afonso.

3 CIRCULAÇÃO DO EXCEDENTE DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: ARTICULAÇÃO COM AS FEIRAS DA REGIÃO

A análise das formas de organização da pequena produção agrícola de Paulo Afonso (capítulo 02), possibilita a compreensão dos mecanismos de geração, circulação e apropriação dos excedentes comercializáveis da atividade. Com esse objetivo, o presente capítulo abordará a circulação e a comercialização dos excedentes da pequena produção agrícola do município nas feiras da região, ao mesmo tempo que buscará identificar o papel dessa inserção no processo de reprodução social do produtor agrícola em apreço.

3.1 AS FEIRAS DA REGIÃO: CARACTERÍSTICAS GERAIS E IMPORTÂNCIA

Dentre as formas de comercialização dos produtos agrícolas no Brasil, as feiras livres representam a modalidade que melhor se ajusta à realidade nacional. Dado o

seu caráter periódico, as feiras livres se beneficiam de algumas facilidades ao livrar os comerciantes que delas participam de certas despesas próprias do comércio permanente, tais como imobilização de equipamentos, construção de instalações, despesas com água, energia e outros custos que são próprios do comércio varejista fixo. Além disso, constituem também a forma mais econômica de comercialização *in natura* de produtos de alta perecibilidade.

A origem da feira, no Brasil, recua à época colonial, tendo sido incorporada à realidade nacional - na medida em que se dava a expansão da fronteira econômica - pela tradição portuguesa que já as utilizava desde a época medieval. No sertão nordestino, porém, a sua existência está relacionada às famosas feiras de gado que contribuíram, no século passado, para o desenvolvimento de importantes praças comerciais (Jesus, 1992, p. 96), como é o caso de Caruaru - PE e Feira de Santana - BA, dentre outras.

Em Paulo Afonso, a importância das feiras livres como forma efetiva de comércio, ocorreu mesmo antes de sua emancipação política - a partir de 1948 - quando a CHESF iniciou os trabalhos de construção das usinas hidrelétricas, motivando, na área, a formação de um importante contingente consumidor que passou a demandar, em quantidade jamais vista antes, uma grande variedade de produtos, sobretudo hortifrutigranjeiros.

A participação de pequenos agricultores é uma característica encontrada em todas as feiras da região, seja como vendedores de produtos da roça diretamente ao consumidor seja para vendê-los aos intermediários e, assim, adquirirem gêneros dos quais não são produtores. Constata-se, ainda, com bastante frequência, nessas feiras, a participação ativa das mulheres de pequenos agricultores de alguns povoados do município, a exemplo de Juá, Nambebé, Várzea, dentre outros, embora a

comercialização de produtos na feira seja atribuição dos homens (Garcia Jr. 1990 p. 120). Essa participação, no entanto, tem como objetivo a venda de produtos cultivados na roça e colhidos ainda verdes como é o caso do feijão-de corda e do milho verde, juntamente com produtos coletados na vegetação nativa, como umbu, licuri e murici e daqueles provenientes da caça e do criatório de pequenos e médios animais. No período de entressafra, essas mesmas mulheres adquirem frutas e hortaliças na feira para serem revendidas na “calçada do Supermercado Pesqueira”, no centro da cidade de Paulo Afonso (Foto 01).



Foto 01 – Mulheres da zona rural do município de Paulo Afonso comercializando gêneros agrícolas próprios e/ou adquiridos de terceiros para serem revendidos na “Calçada do Supermercado Pesqueira”, no centro da cidade.

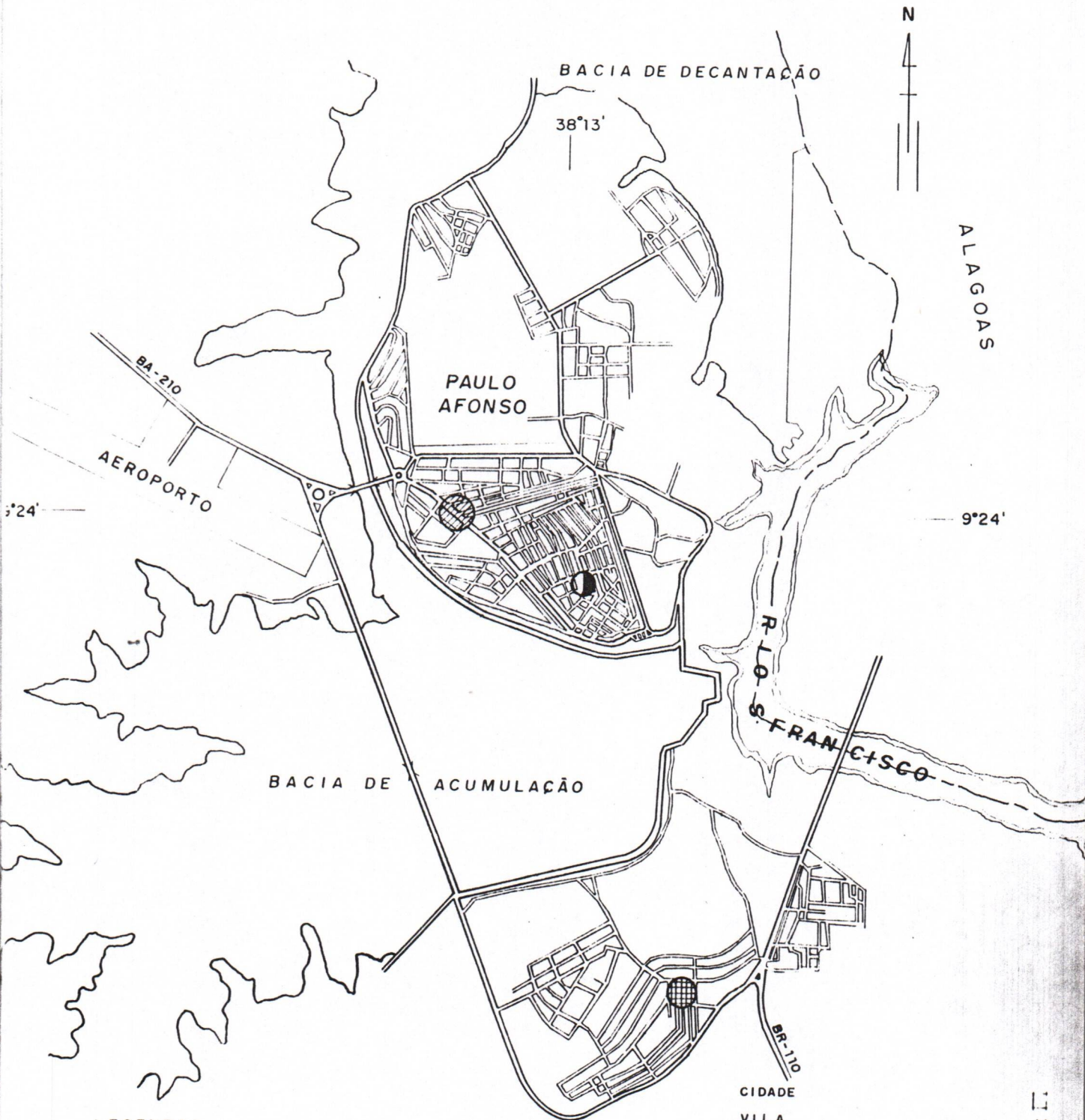
Ao fazer-se uma análise mais detalhada das funções das feiras da região, observa-se que estas exercem um importante papel de ligação do campo com a cidade. No que se refere à participação de pequenos agricultores de Paulo Afonso nessas feiras, tal importância é evidenciada pela diferença dessa participação, entre o período chuvoso (março a julho) - quando se intensifica a presença desse tipo de feirante - e o período seco (de agosto e fevereiro), correspondente à entressafra, quando se verifica uma redução efetiva do número de pequenos agricultores comercializando seus produtos nas feiras. No itinerário de deslocamento dos pequenos agricultores de Paulo Afonso, incluem-se cinco feiras, que configuram o circuito de comercialização dos gêneros da pequena produção agrícola municipal, a saber:

1) a “feirona” - principal feira da cidade. Essa feira realiza-se às sextas e sábados, localizando-se em área próxima ao centro da cidade (Mapa 08). Sua importância extrapola a esfera do abastecimento local, alcançando o circuito do abastecimento regional, no qual exerce o papel de redistribuidora de gêneros alimentícios aos municípios que integram a região polarizada por Paulo Afonso. Abriga cerca de 700 bancas e, mais ou menos, 200 pequenos agricultores no período de safra e 100 no de entressafra que comercializam seus produtos no chão do local onde se realiza essa feira (Foto 02). Nesse segundo grupo de vendedores, destacam-se as mulheres de agricultores que expõem suas mercadorias no chão e vendem diretamente ao consumidor os produtos que trazem do roçado e/ ou coletam no campo. A “feirona” é também o lugar onde os pequenos agricultores encontram-se com os intermediários para comercializarem os pequenos excedentes trazidos da roça;




2) a “feirinha”. Comporta cerca de 300 bancas e está situada em área um pouco mais afastada do centro da cidade (Mapa 08). É realizada durante toda semana, tendo

LOCALIZAÇÃO DAS FEIRAS NA CIDADE DE PAULO AFONSO - BA - 1997

ESCALA : 1 / 50.000



LEGENDA :

-  FEIRONA
-  FEIRINHA
-  FEIRA DO MULUNGU

- CIDADE
- VILA
- POVOADO
- LIMITE INTERESTADUAL
- LIMITE INTERMUNICIPAL
- LIMITE PROVISÓRIO
- RODOVIA PAVIMENTADA
- RODOVIA IMPLANTADA
- FERROVIA
- CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE
- ACUDE BARRAGEM REPRESA

FONTE: ME. Diretoria de Serviço Geográfico, 1988.

contudo, como principal dia o domingo. Nela os açambarcadores de feira (Castro, 1979, p. 210) comercializam os gêneros alimentícios que sobraram da “feirona” (Foto 03). Atuam, também, ali, sobretudo no período de safra, um razoável número de mulheres-feirantes principalmente do povoado Juá, que retalham, nas terças, quartas e quintas feiras, produtos de pequena monta;



FOTO 02 – Vista do local da “feirona” onde são comercializados, no chão, produtos da pequena produção agrícola do município.

3) a “feira do Mulungu”. Realizada em bairro do mesmo nome, localizada ao sul da cidade, abriga cerca de 300 bancas (Mapa 08). Essa feira acontece também aos domingos e se distingue das demais por constituir um espaço predominantemente de

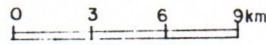
comercialização de carnes, roupas e outros congêneres (fotos 04 e 05). Os pequenos agricultores freqüentam-na, sobretudo, no período de safra, quando possuem produtos em quantidade suficiente para justificar seu deslocamento;



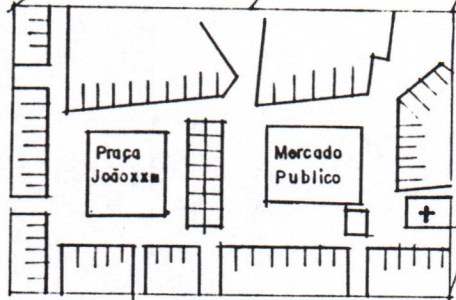
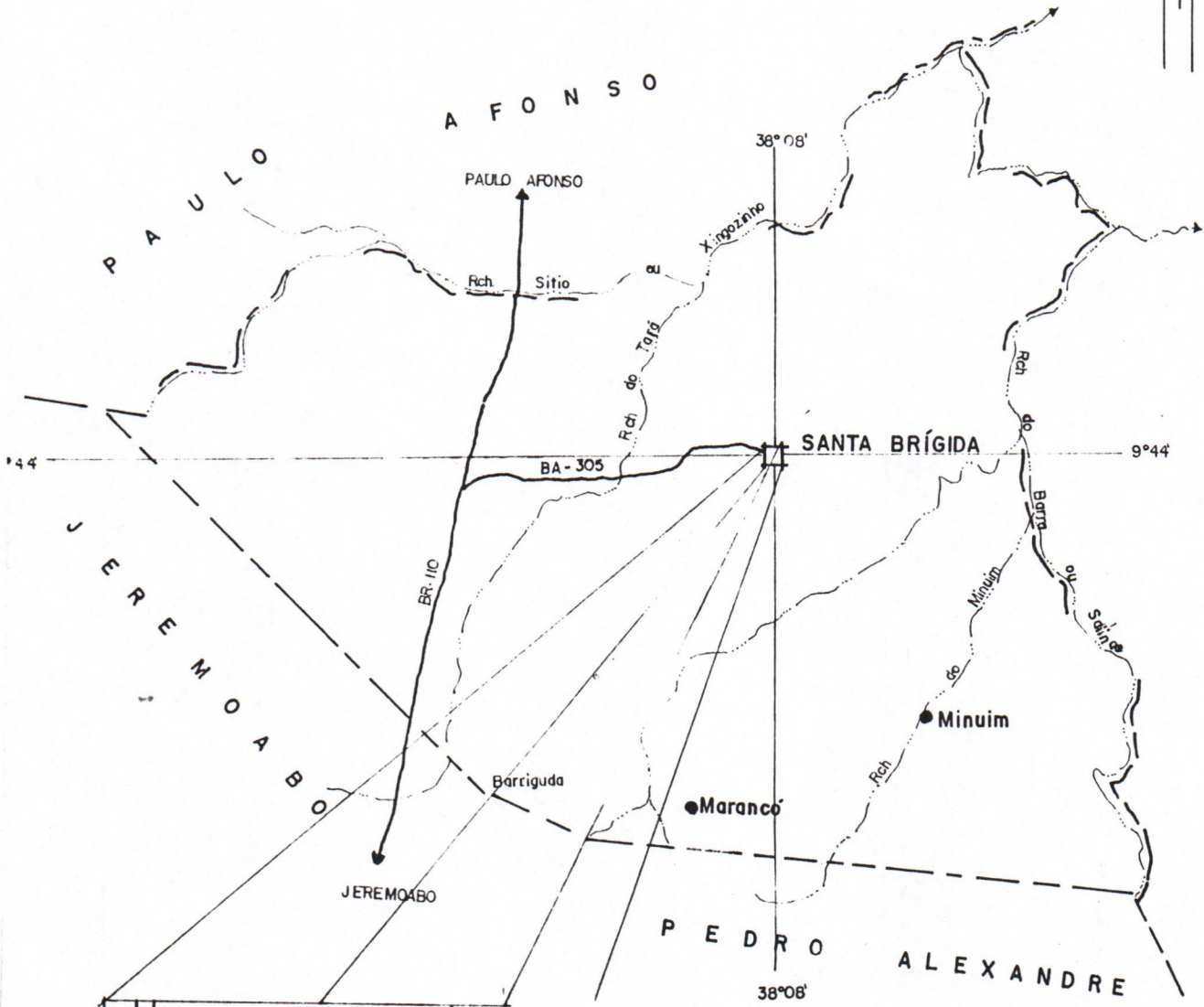
FOTO 03 – Produtos que sobraram da “feirona” sendo revendidos na “feirinha”.

4) a “feira de Santa Brígida” - (BA) - acontece às segundas feiras, num município fronteiro ao de Paulo Afonso (Mapa 09). Santa Brígida é um pequeno núcleo rural que, a exemplo de tanto outros, (...) *“via de regra, tem determinado o dia de feira, de modo a não conflitar com o da feira regional da localidade central a que a mesma está subordinada”* (Corrêa, 1988, p. 74). De modo geral, os pequenos agricultores desse município e dos municípios vizinhos freqüentam-na, para comercializarem feijão, farinha e milho aproveitando-se, principalmente, de sua realização, em um único dia - o dia da feira - no qual se concentra a demanda dos produtos comercializáveis e aquela cidade passa a exercer alguma centralidade; (Foto 06)

MAPA 09
 LOCALIZAÇÃO DA FEIRA NA CIDADE DE SANTA BRÍGIDA-BA - 1997

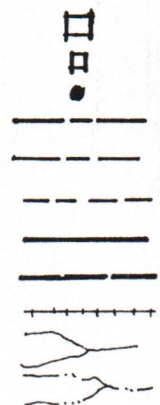


S
E
R
G
I
P
E



ÁREA DA FEIRA

- CIDADE
- VILA
- POVOADO
- LIMITE INTERESTADUAL
- LIMITE INTERMUNICIPAL
- LIMITE PROVISÓRIO
- RODOVIA PAVIMENTADA
- RODOVIA IMPLANTADA
- FERROVIA
- CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE



FONTE: Centro de Estatística e Informação do Estado da Bahia. DSG.
 Folhas Topográficas na Escala: 1:100.000 - 1994



FOTO 04 - Comercialização de carnes na "feira do mulungu".



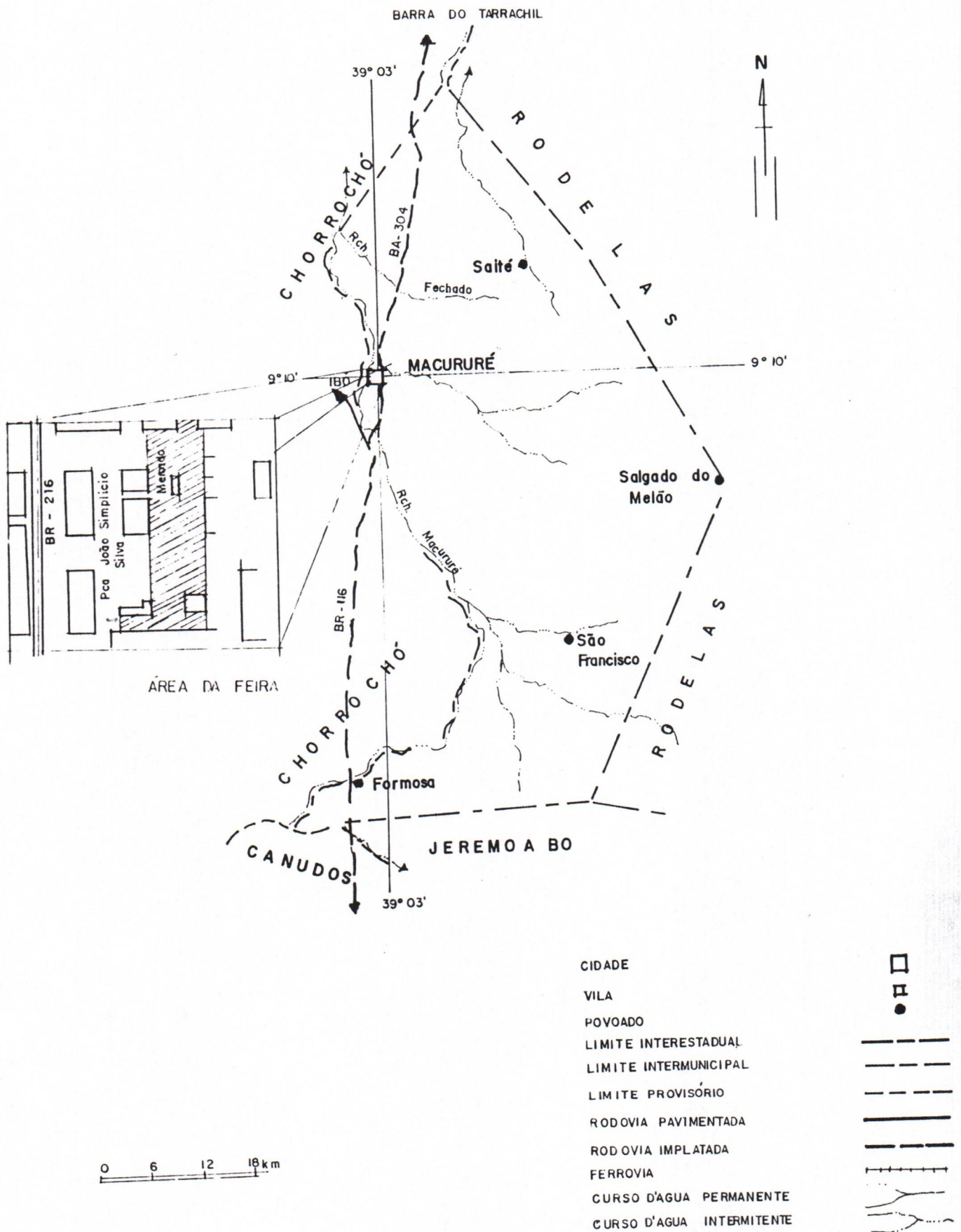
FOTO 05 - Comercialização de roupas e outros gêneros na feira do "mulungu".



FOTO 06 – Vista geral da feira de Santa Brígida - BA.

5) a “feira de Macururé”. Com características próximas às da feira anteriormente mencionada, a feira de Macururé (Mapa-10) é realizada às terças feiras. Distingue-se, contudo, das demais por ser uma feira cujos negócios giram, na sua maior parte, em torno da comercialização de caprinos, visando ao abastecimento regional (Foto 07) e em menor escala da comercialização de mel, requeijão e manteiga, sendo estes três últimos produtos encontrados somente nos períodos em que as chuvas são frequentes ou seja nos meses de março a maio. É freqüentada pelas mulheres-feirantes de um dos povoados do município de Paulo Afonso, o de Juá, interessadas ora em adquirir produtos do município de Macururé, próprios do período chuvoso e ofertados a baixos preços na feira dessa cidade, ora em venderem produtos por elas cultivados, coletados ou fabricados - macaxeira, licuri, beiju,

MAPA 10
LOCALIZAÇÃO DA FEIRA NA CIDADE DE MACURURÉ-BA - 1997



FONTE: Centro de Estatística e Informação do Estado da Bahia. DSG.
Folhas Topográficas na Escala: 1:100.000 - 1994



FOTO 07 – Local onde ocorre a comercialização de caprinos na feira de Macururé - BA.

dentre outros. É nessa feira também que é comercializada, através de um caminhoneiro/ajuntador, importante parcela da produção de farinha do município de Paulo Afonso-BA.



3.2 A INSERÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO DE PAULO AFONSO NAS FEIRAS

Descritas, as características gerais das feiras da região nas quais são comercializados os excedentes da pequena produção agrícola do município de Paulo Afonso - BA, cabe, neste capítulo analisar o modo como se dá a inserção dos pequenos agricultores no circuito de comercialização constituído por essas feiras. Embora se verifique, o predomínio do feirante profissional na comercialização dos produtos da pequena agricultura, é significativa a participação de pequenos agricultores na venda, sobretudo, de produtos de baixo valor unitário, o que, de certa forma, contribui para a persistência de uma articulação (produtor-consumidor) hoje pouco encontrada nas feiras nordestinas cujo espaço de atuação tem sido cada vez mais ocupado pelo intermediário, agente do capital mercantil.

A participação crescente da produção rural de Paulo Afonso-BA no abastecimento das feiras da região, deve-se à rapidez com que se processou o crescimento populacional nesse município, provocando um aumento tanto da demanda quanto da oferta de gêneros essenciais. Esse aumento, no entanto, oscila, de acordo com o tipo de produto e o extrato de renda que o consome pois, segundo Armando Barros, citado por Castro (1979, p. 233), nas camadas de renda superior o consumo de alimentos é bastante rico e diversificado, enquanto que nas camadas inferiores esse consumo restringe-se a um pequeno número de produtos, limitando-se, essa camada, a consumir geralmente gêneros de valor calórico.

Os pequenos agricultores do município de Paulo Afonso participam dos circuitos de comercialização das feiras da região, comprando e vendendo produtos, sendo, contudo, relativamente pequena a participação de seus produtos nas feiras da

cidade. Nesse caso, os pequenos excedentes comercializados complementam, apenas, o abastecimento dos gêneros alimentícios demandados pela população que se abastece na cidade. Na verdade, a maior parte dos gêneros comercializados nas feiras locais provém das mais diversas áreas policultoras do Nordeste e até de outras regiões como é o caso da farinha que, no período de entressafra, é adquirida no Paraná.

O volume da produção agropecuária comercializado pelos pequenos agricultores do município nas feiras da região, varia bastante ao longo do ano, o que se explica pela influência de fatores limitantes dentre os quais se destaca o regime de chuvas da área, com média pluviométrica anual baixa (554 mm) e concentradas num período curto de tempo.

À tabela 18 cujos dados foram obtidos através de entrevistas semi-estruturadas feitas com 108 pequenos agricultores do município de Paulo Afonso, mostra que o volume de produtos comercializados ao longo do ano oscila segundo o semestre e os ciclos de produção. Assim, no primeiro semestre do ano, a quantidade de produtos comercializados se reduz sensivelmente, visto ser esse o período em que os pequenos agricultores colhem a safra das trovoadas, em geral de pequena monta em decorrência do volume reduzido e da irregularidade das chamadas "chuvas das trovoadas" que ocorrem na área de dezembro a março. Enquanto colhe essa safra o agricultor se prepara para os cultivos seguintes - os de inverno - cuja safra ocorrerá nos meses de agosto a setembro, estendendo-se até novembro, no caso da produção da mandioca para o fabrico da farinha e do beiju. (Gráfico 02)

É no segundo semestre, portanto, que se dá a comercialização da maior parte dos produtos da pequena produção de Paulo Afonso, apresentando, do primeiro para o segundo semestre, uma variação percentual, da ordem de 144,73%, na

TABELA 18
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO-BA
QUANTIDADE DOS GÊNEROS PRODUZIDOS E COMERCIALIZADOS
PELOS PEQUENOS AGRICULTORES NAS FEIRAS DA REGIÃO, EM 1996

PRODUTOS	QUANTIDADE TOTAL PRODUZIDA (T)	QUANTIDADE COMERCIALIZADA (T)		VOLUME DA PRODUÇÃO RETIDO PARA CONSUMO E/OU VENDAS FUTURAS (T)	PREÇO MÉDIO DE VENDA (R\$) POR SACO DE 60 kg		VARIÇÃO (%) DA QUANTIDADE COMERCIALIZADA DO 1º PARA O 2º SEMESTRE	VARIÇÃO (%) DO PREÇO MÉDIO DE VENDA DO 1º PARA O 2º SEMESTRE
		1º Semestre	2º Semestre		1º Semestre	2º Semestre		
FEIJÃO	200,58	41,85	102,42	56,31	31,16	27,75	144,73	-10,94
MILHO	216,81	2,31	125,79	88,71	11,35	8,41	5345,45	-25,90
FARINHA ⁽¹⁾	79,20	7,80	45,78	25,62	23,16	17,46	486,92	-24,61
ALGODÃO	1,23	0,10	1,13	-	25,80	25,20	1030,00	-2,32
UMBU	4,12	3,51	0,61	-	8,40	14,40	- 82,62	71,43
MELANCIA	0,35	0,35	-	-	6,00	-	-	-
CASTANHA DE CAJU	0,24	-	0,24	-	-	18,00	-	-
MEL	0,10	0,10	-	-	36,00	-	-	-
TOTAL	502,63	56,02	275,97	170,64	-	-	-	-

FONTE: Pesquisa de campo realizada em maio de 1997.

(1) No caso da farinha, o saco é de 50 kg.

quantidade do feijão, e de 5345,45 %, 486,92 % e 1030,00 % para os casos do milho, da farinha e do algodão, respectivamente. Comportamento diverso apresentam o umbu, o mel, a melancia e a castanha-de-caju: o primeiro um produto extrativo, cuja produção e comercialização estão concentradas no primeiro semestre, o segundo e o terceiro produzidos e comercializados apenas no primeiro semestre e o quarto, produzido e comercializado apenas no segundo semestre.

Outro dado que reflete o caráter sazonal da venda dos produtos da pequena produção, diz respeito à variação semestral dos preços praticados nas feiras da região. Conforme pode ser observado também na tabela 18, essa variação foi de -10,94 % para o feijão, -25,90 % para o milho e de -24,61 % para a farinha e de, apenas, -2,32 % para o algodão. Neste último caso, a pequena variação semestral constatada deve-se à estabilização dos preços desse produto no mercado regional, mormente nos dois últimos anos. Quanto ao umbu, verificou-se, do primeiro para o segundo semestre, uma tendência inversa, com crescimento de 71,43% no valor de venda. Essa expressiva variação resulta do fato de tratar-se de um produto extrativo de alta perecibilidade cuja coleta, dependendo da intensidade das chuvas, concentra-se no período de dezembro a março. A partir de então, a diminuição de sua oferta nas feiras motiva a elevação do preço, tanto no retalho, quanto no atacado, situação que se prolonga e intensifica por quase todo o segundo semestre. Os demais produtos - a melancia, a castanha-de-caju e o mel - constantes da tabela 18, não apresentaram variação semestral de preço, visto que, de acordo com o exposto, os mesmos são produzidos e comercializados apenas em um semestre.

Constitui-se também prática generalizada entre os pequenos agricultores do município, a manutenção de estoques de produtos como milho, feijão e farinha, seja como reserva para o consumo da família nos períodos críticos de desabastecimento

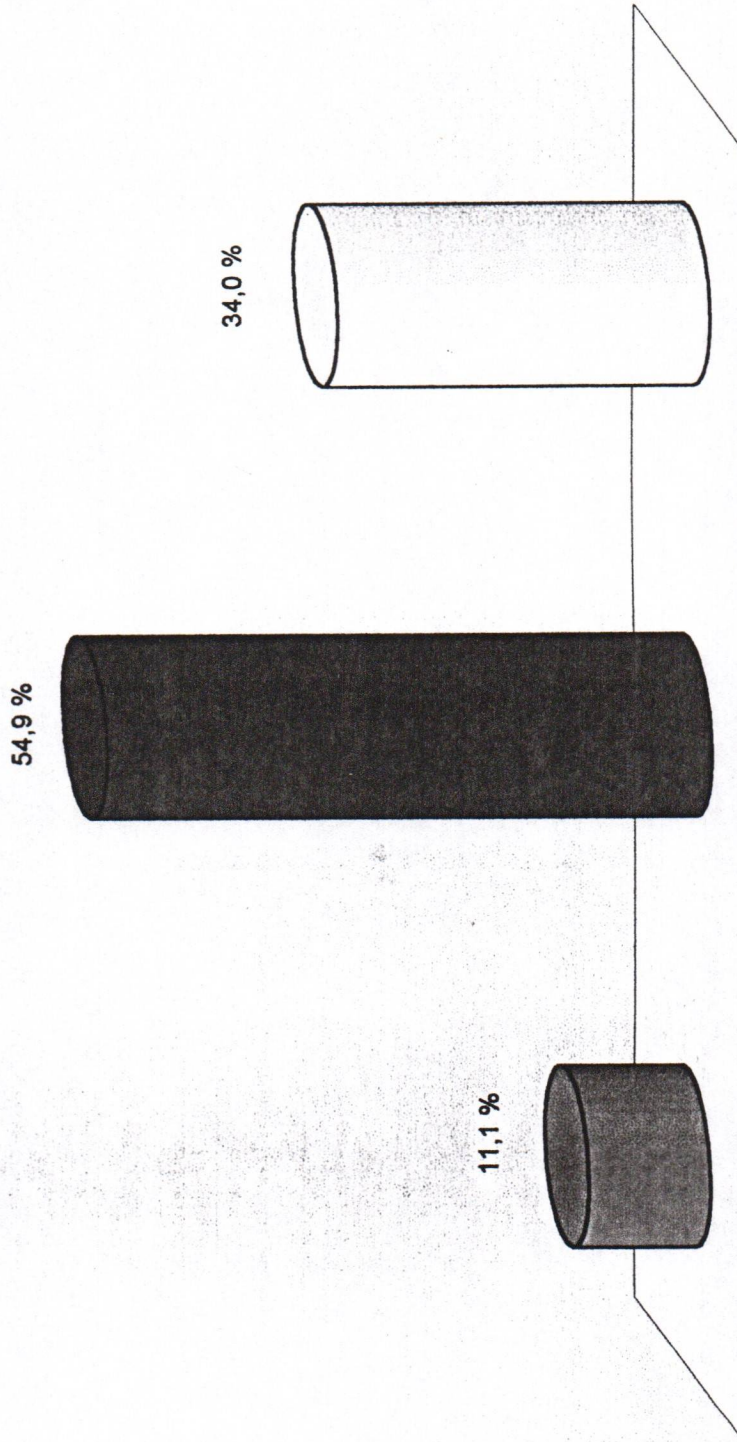
seja para vendas futuras, quando os preços forem mais compensadores.

“Note-se também que se o negócio proporciona uma renda suficiente para fazer face ao consumo doméstico, a venda dos produtos do sítio e do roçado pode ser adiada para o momento em que se julga dar o melhor preço, aumentando-se a renda líquida com a agricultura”. (Garcia Jr. , 1990, p. 105)

Se confrontados com o volume de produtos comercializados, esses estoques são relativamente elevados, sendo de 56,31 toneladas para o feijão, de 88,71 toneladas para o milho e de 25,62 toneladas para a farinha (Tabela 18). O gráfico 05 ilustra este fato ao mostrar que, do total produzido em 1996, apenas 66,0 % foram comercializados pela pequena produção nas feiras da região, sendo 11,1% vendidos no primeiro e 54,9 % no segundo semestre. No caso específico do milho, além de servir aos propósitos de venda e de consumo da família, é também utilizado para alimentação dos animais, principalmente, galinhas. Já no caso da farinha, a menor quantidade de produto estocada se explica, de um lado, pelo fato de a finalidade principal da mesma ser o auto-abastecimento e, de outro, pela perda de qualidade do produto quando estocado por um período mais longo. Contribui, também, para isso, o fato de a farinha produzida no município ser considerada de baixa qualidade, principalmente se comparada à farinha produzida em Sergipe que, no mercado local, detém a preferência dos consumidores.




Outro aspecto importante a ser analisado, visando à compreensão da reprodução da família agricultora é o papel do pequeno criatório na unidade produtiva, visto que, além do alimento, este oferece a possibilidade de mulheres e

GRÁFICO 05
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
VOLUME DOS PRODUTOS DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
COMERCIALIZADO POR SEMESTRE E ESTOCADO DURANTE O ANO DE 1996



FONTE: Pesquisa de campo realizada em maio de 1997.

LEGENDA

-  Volume comercializado no 1º semestre
-  Volume comercializado no 2º semestre
-  Volume estocado durante o ano

crianças, com sua venda, adquirirem os objetos pessoais de que necessitam ou assegurarem a cobertura de despesas de caráter emergencial.

Entretanto, a tabela 19 mostra ser relativamente pequena a quantidade de animais efetivamente vendida em 1996 pelos pequenos agricultores nas feiras do município de Paulo Afonso, totalizando 67 animais para um conjunto de 108 pessoas entrevistadas. Esse fato deve-se à redução (já referida) do efetivo de rebanhos, principalmente de caprinos e ovinos, que vem-se verificando nos últimos anos nesse município.

TABELA 19
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
ANIMAIS VENDIDOS NA FEIRA DE PAULO AFONSO, NO ANO DE 1996,
POR PEQUENOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS

TIPO DE ANIMAIS	QUANTIDADE VENDIDA	PREÇO MÉDIO POR ANIMAL VENDIDO (R\$)
BOVINOS	29	319,23
CAPRINOS	10	35,00
OVINOS	13	31,50
AVES	15	5,00
TOTAL	67	-

FONTE: Pesquisa de campo realizada em maio de 1997.

Quanto ao preço médio de venda desses animais na feira, ocorre variação sazonal, a exemplo da já assinalada para os produtos agrícolas. De maneira geral, observou-se que o preço médio por animal vendido foi de R\$ 319,23 para os

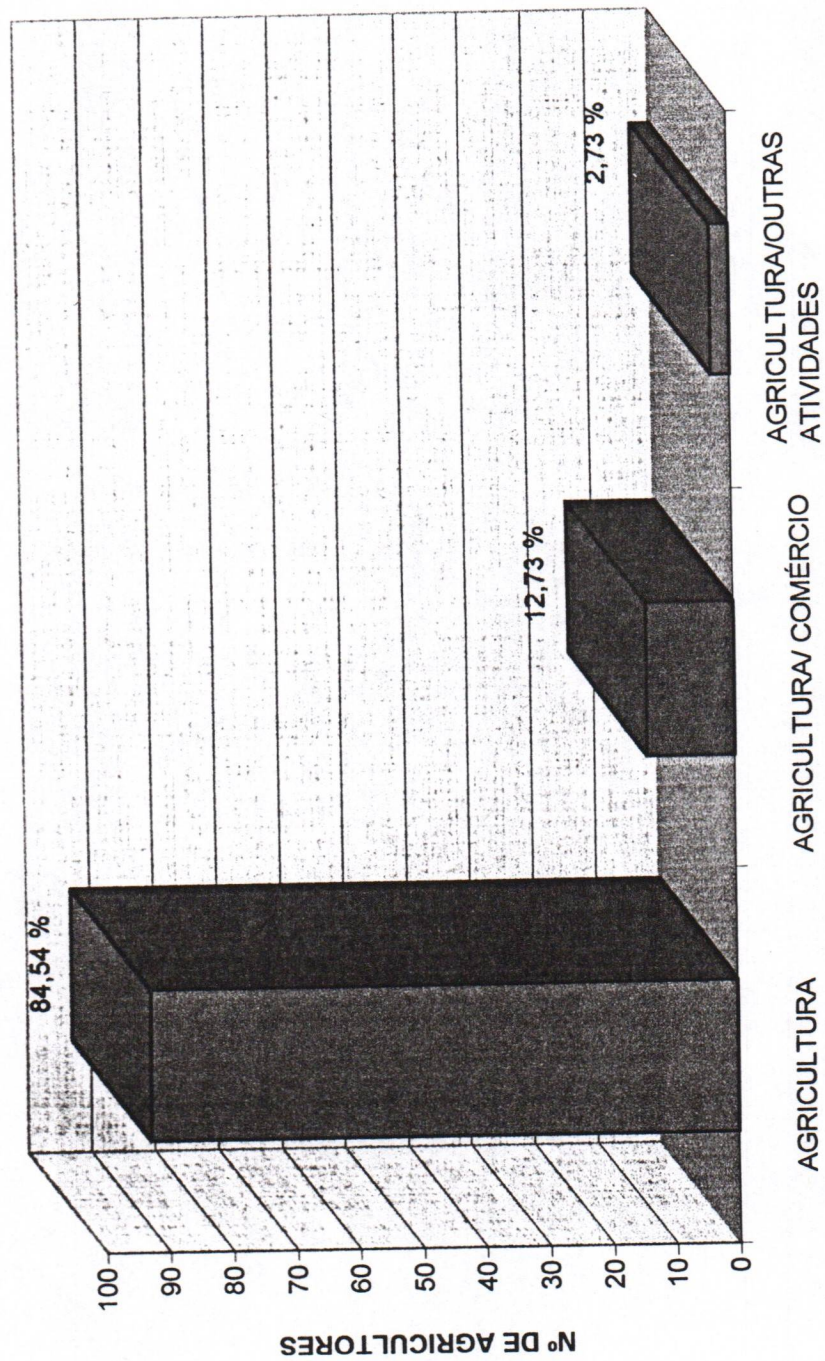
bovinos, de R\$ 35,00 e R\$ 31,50 para caprinos e ovinos, respectivamente, e de R\$ 5,00 para as aves. Quanto a esse último tipo de animal, como se verá adiante, a venda é feita pelas mulheres feirantes de forma direta ao consumidor, sendo baixíssimo número de pequenos agricultores negociando com este tipo de animal nas feiras pesquisadas. Já o preço médio relativamente baixo dos bovinos se explica por tratar-se de animais mestiços e poucos desenvolvidos, o que resulta no baixo valor comercial dos mesmos.

Um outro mecanismo de reprodução social adotado pelo pequeno agricultor do município de Paulo Afonso, diz respeito a outras ocupações exercidas pelos mesmos além da prática da atividade agrícola. Os dados do gráfico 06 revelam que a quase totalidade, dos agricultores pesquisados (84,54 %) dedica-se somente à agricultura e apenas 12,73 % do total associam à atividade agrícola com a venda, na feira, de produtos do roçado, o que geralmente fazem em balaios ou mesmo no chão da principal feira da cidade - a feirona, sendo em número bastante reduzido, aqueles que possuem bancas onde vendem, além dos produtos trazidos do roçado, alguns "mangaios", (banana, laranja, maracujá, limão etc) adquiridos para revenda. Os 2,73 % restantes associam o trabalho no roçado a outras atividades do tipo motorista, tratorista, funcionário público.

Com relação ao local onde se dá a comercialização dos produtos da pequena produção (gráfico 07), constatou-se que: 82,18% dos entrevistados vendem seus produtos na Feirona, aos intermediários que transacionam com cereais e legumes, 2,97 % vendem na Feirona e direto na roça, em ambos os casos, ao intermediário; 9,90 % na Feirona e na Feira de Santa Brígida, Também ao intermediário; e 4,95 % na Feirona, direto ao consumidor. Com referência àqueles que freqüentam, além da Feirona, a feira de outros municípios - o caso dos que vendem também na feira de Santa Brígida - isto se dá pelo fato de o referido município encontrar-se

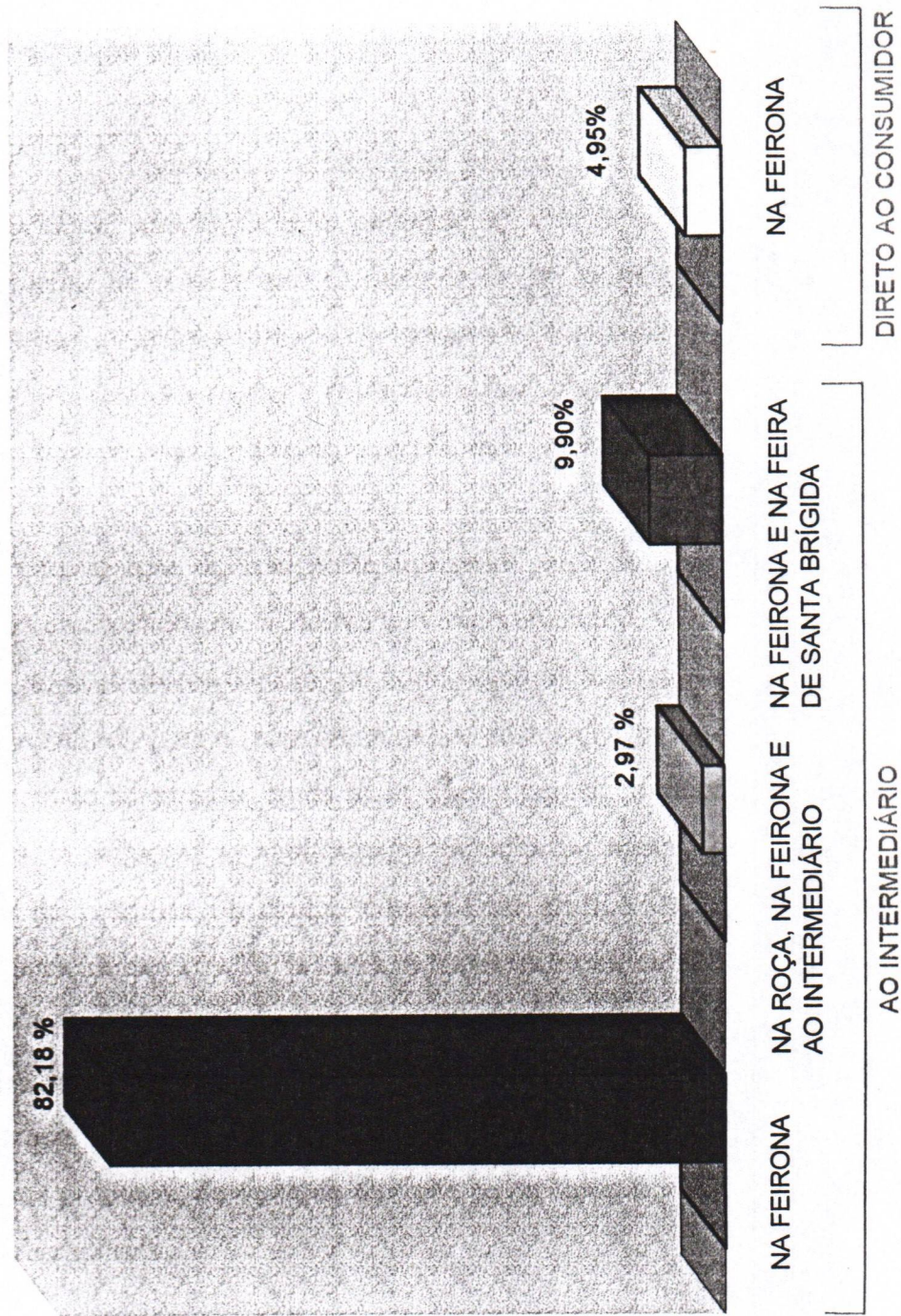
GRÁFICO 06

MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
DISTRIBUIÇÃO (%) DOS TIPOS DE OCUPAÇÃO DOS
PEQUENOS AGRICULTORES PESQUISADOS - 1996



FONTE: Pesquisa de campo realizada em maio de 1997.

GRÁFICO 07
 MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
 LOCAL DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA PEQUENA
 PRODUÇÃO PELOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS - 1996



FONTE: Pesquisa de campo realizada em maio de 1997.

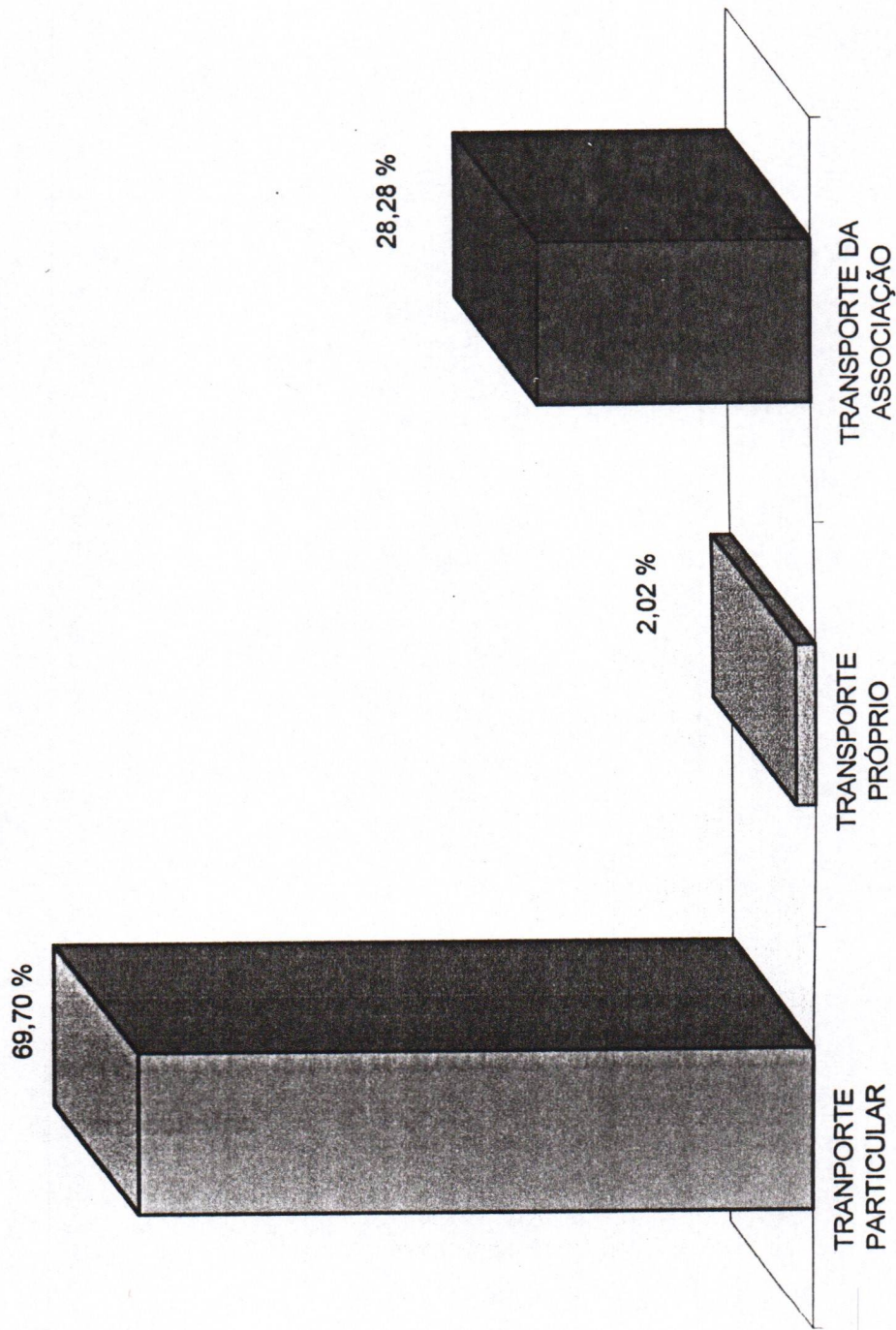
em área fronteira à de Paulo Afonso - BA, permitindo, assim, a incorporação da feira desse município ao circuito de deslocamento dos pequenos agricultores de Paulo Afonso. Além disso,

“A diminuição relativa dos preços dos transportes, sua qualidade, diversidade e quantidade, cria uma tendência ao aumento de movimento. O número de produtos, mercadorias e pessoas circulando cresce enormemente. E como consequência a importância das trocas é cada vez maior, pois elas não apenas se avolumam como se diversificam.” (Santos, 1994, p. 51)

De fato, o tipo de transporte utilizado pelos agricultores para levar suas mercadorias dos roçados até as feiras tem experimentado, sobretudo nos últimos dez anos, uma notável diversificação, incluindo caminhões, camionetas e até ônibus, o que tem contribuído para o rebaixamento dos custos de transporte. Recentemente, tal tendência tem-se acentuado, ainda mais, com a aquisição de caminhão por algumas associações de pequenos agricultores do município. Constata-se, entretanto, através dos dados da pesquisa de campo contidas no gráfico 08, que a maioria desses pequenos agricultores (69,70 %) utiliza transporte particular, apenas uma pequena parcela se desloca em transporte próprio (2,02 %), ao passo que 28,28% utilizam caminhões das associações. A elevada parcela de pequenos agricultores do município que faz uso do transporte particular, tem onerado duplamente o custo final de seus produtos, de vez que têm que pagar tanto a própria passagem como o frete das mercadorias.

Com relação ao preço do transporte, observa-se que o valor da passagem varia, em média, de R\$ 2,00 a R\$ 5,00, de acordo com a distância percorrida, enquanto que o frete das mercadorias é de R\$ 1,00 por saco para o caso dos

GRÁFICO 08
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
PROPRIEDADE DO TRANSPORTE UTILIZADO PELOS PEQUENOS AGRICULTORES
PARA LEVAR OS PRODUTOS AGRÍCOLAS ATÉ A FEIRA - 1996



FONTE: Pesquisa de campo realizada em maio de 1997.

produtos transportados ensacados, variando para outros tipos de mercadorias cujo frete é cobrado por unidade de produto transportado, como no caso da melancia, que é de R\$ 0,10 a unidade (valores em vigor no mês de maio/97). Na volta da feira que, em geral, se dá no início da tarde, o agricultor para não pagar frete de retorno dos produtos não vendidos entrega-os aos intermediários que se beneficiam dessa circunstância, impondo ao primeiro os preços que lhes convém.

A participação da mulher na venda de produtos agrícolas nas feiras é mais uma estratégia de reprodução social do pequeno produtor agrícola de Paulo Afonso.

Embora, de modo geral, caiba ao homem assegurar à família agricultora o atendimento de suas necessidades básicas, adquirindo na feira semanal aqueles produtos dos quais não é produtor (Heredia, 1979, p.117), é comum encontrar-se nas feiras da região mulheres rurais desempenhando a função de vendedoras de hortaliças e frutas. Adicione-se a isso o fato de que o pequeno agricultor e sua família tendem a ver o negócio nas feiras como uma alternativa para fugir do assalariamento e adquirir alguma autonomia, que lhe assegure ter um maior controle sobre sua própria vida (Sigaud, 1979, p. 191). No caso estudado é, sobretudo, no primeiro semestre (período de março a maio), que as mulheres se empenham na comercialização da safra das trovoadas e os outros membros da família agricultora encontram-se absorvidos pelas tarefas relativas aos cultivos de inverno cuja colheita ocorrerá no segundo semestre.

Nesse caso, a renda obtida com a venda dos produtos nas feiras assume um caráter adjuvante, visto ser revertida na obtenção de utensílios para casa como panelas, louças, etc, ou, ainda, para aquisição de objetos de uso pessoal do grupo familiar como roupas e sapatos.

Os dados das tabelas 20 e 21, obtidos através de 75 entrevistas com mulheres-feirantes, mostram a participação dessas mulheres no circuito comercial das feiras da região. Como se pode observar nessas tabelas, é relativamente extensa a lista de produtos comercializados pela mulher nas feiras, sendo, na grande maioria, produtos provenientes da própria roça como é o caso do feijão-de-corda verde, da macaxeira, dos ovos, do milho verde, entre outros, somando-se a estes produtos coletados na vegetação nativa, como umbu, licuri, mel, etc. e produtos adquiridos para revenda, como o caso do tomate e a laranja. Nos períodos de entressafra e/ou de falta de produtos do roçado, estes são comprados para revenda. Isso ocorre entre um razoável número de mulheres-feirantes, especialmente entre aquelas que participam o ano inteiro do negócio nas feiras, face à necessidade de repor semanalmente o seu estoque de venda e de assegurar, durante todo o ano, o atendimento a sua clientela.

O gráfico 09 relativo à participação sazonal das mulheres nas feiras pesquisadas mostra que, do total de mulheres-feirantes 56,0 % comercializam nas feiras no período de safra das trovoadas (março a abril) e 44,0 %, comercializam no período da safra de inverno e na entressafra (meses de julho a fevereiro).

Essa variação acompanha a da quantidade dos produtos comercializados no primeiro e no segundo semestre (tabelas 20 e 21) que foi superior a 400 % para milho verde e a pinha; de 200 % a 400 % para feijão-de-corda verde, licuri, murici e a melancia; de 100 % a menos de 200 % para macaxeira; até 100 % para laranja tomate, limão e ovos de galinha de capoeira; e negativo para caju (-50,00 %), para banana (-32,29 %) e a galinha-de-capoeira (-25,00 %). Com esse último produto a tendência de crescimento da quantidade comercializada no segundo semestre, deve-se ao fato do criatório de aves ser favorecido nesse semestre pela colheita do milho seco, seu principal alimento.

TABELA 20
 QUANTIDADE, PREÇO MÉDIO E VARIÇÃO (%) DOS PRINCIPAIS
 PRODUTOS COMERCIALIZADOS PELAS MULHERES-FEIRANTES DE PAULO AFONSO - BA,
 NAS FEIRAS PESQUISADAS - 1996-1997

PRODUTOS	P R O D U Z I D O S	E X T R A T I V O S	C O M P R A D O S	QUANTIDADE COMERCIALIZADA POR SEMANA (EM 1000 kg)		PREÇO MÉDIO DE VENDA (POR kg DE PRODUTO COMERCIALIZADO (R\$))		VARIÇÃO SEMESTRAL DA QUANTIDADE COMERCIALIZADA (%)	VARIÇÃO DO PREÇO MÉDIO DE VENDA (%)
				2º Semestre/1996	1º semestre/1997	2º semestre/1996	1º semestre/1997		
TOMATE	-	-	♦	0,13	0,25	1,05	0,91	92,30	-13,33
FEIJÃO-DE-CORDA VERDE	♦	-	♦	0,40	1,33	0,73	0,46	232,50	-36,98
MURICI	-	♦	-	0,002	0,01	2,00	1,25	400,00	-37,50
LICURI	-	♦	-	0,006	0,02	1,35	1,13	233,33	-16,29
MACAXEIRA	♦	-	-	0,21	0,55	0,70	0,50	161,90	-28,57
UMBU	-	♦	-	0,05	0,05	0,50	0,33	0,0	-34,00
MEL	-	♦	-	-	0,01	-	0,50	-	-
ACEROLA	♦	-	♦	-	0,02	-	0,33	-	-
TOTAL	-	-	-	0,798	2,24	-	-	-	-

FONTE: Pesquisa de campo realizada em maio de 1997.

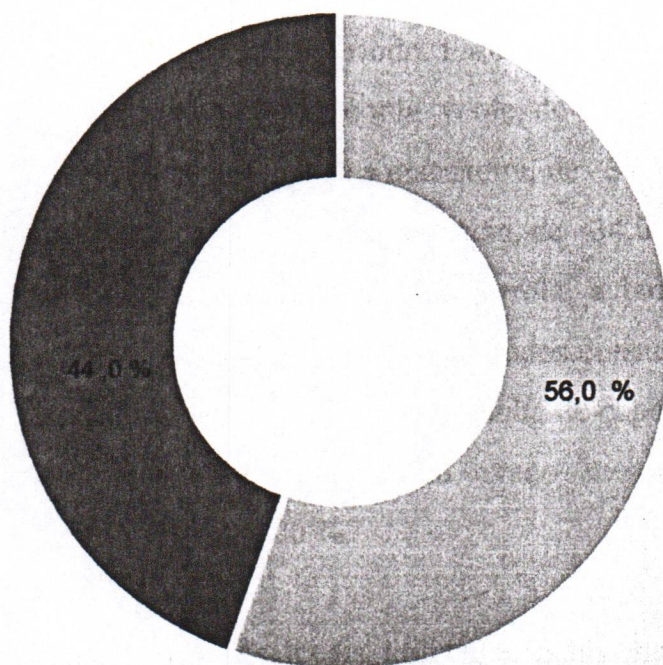
TABELA 21
 QUANTIDADE, PREÇO MÉDIO E VARIÇÃO (%) DOS PRINCIPAIS
 PRODUTOS COMERCIALIZADOS PELAS MULHERES-FEIRANTES DE PAULO AFONSO - BA,
 NAS FEIRAS PESQUISADAS - 1996-1997

PRODUTOS	P R O D U Z I D O S		C O M P R A D O S		QUANTIDADE COMERCIALIZADA POR SEMANA (EM 1000 UNIDADES)	PREÇO MÉDIO DE VENDA POR UNIDADE DE PRODUTO COMERCIALIZADO (R\$)		VARIÇÃO SEMESTRAL DA QUANTIDADE COMERCIALIZADA (%)	VARIÇÃO SEMESTRAL DO PREÇO MÉDIO DE VENDA (%)		
	P R O D U Z I D O S		C O M P R A D O S			2º Semestre/1996	1º Semestre/1997			2º Semestre/1996	1º Semestre/1997
	-	-	-	-							
LARANJA	-	-	♦	♦	0,20	0,40	0,07	0,07	100,00	0,0	
CAJU	♦	-	-	-	0,20	0,10	0,10	0,10	-50,00	0,0	
PINHA	♦	-	-	-	0,06	0,34	0,45	0,28	466,66	-37,77	
LIMÃO	♦	-	-	-	2,40	4,12	0,07	0,04	71,66	-42,28	
MELANCIA	♦	-	-	-	0,09	0,35	1,25	0,75	288,88	-40,00	
BEIJU	♦	-	-	-	0,03	0,03	1,00	1,00	0,0	0,0	
OVOS DE GALINHA DE CAPOEIRA	♦	-	-	-	0,30	0,38	0,12	0,12	26,66	0,0	
MILHO VERDE	♦	-	-	-	0,62	4,18	0,15	0,12	574,19	-20,00	
BANANA	♦	-	♦	♦	0,68	0,44	0,05	0,07	-35,29	40,00	
GALINHA DE CAPOEIRA	♦	-	-	-	0,04	0,03	4,57	4,66	-25,00	1,96	
TOTAL	-	-	-	-	4,62	10,37	-	-	-	-	

FONTE: Pesquisa de campo realizada em maio de 1997.

GRÁFICO 09

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES DE PAULO AFONSO - BA NAS
FEIRAS PESQUISADAS, SEGUNDO PERÍODOS DO CICLO AGRÍCOLA
ANUAL - 1996-1997**



COMERCIALIZA SOMENTE NA SAFRA



**COMERCIALIZA NA SAFRA E NA
ENTRESSAFRA**

FONTE: Pesquisa de campo realizada em maio de 1997.

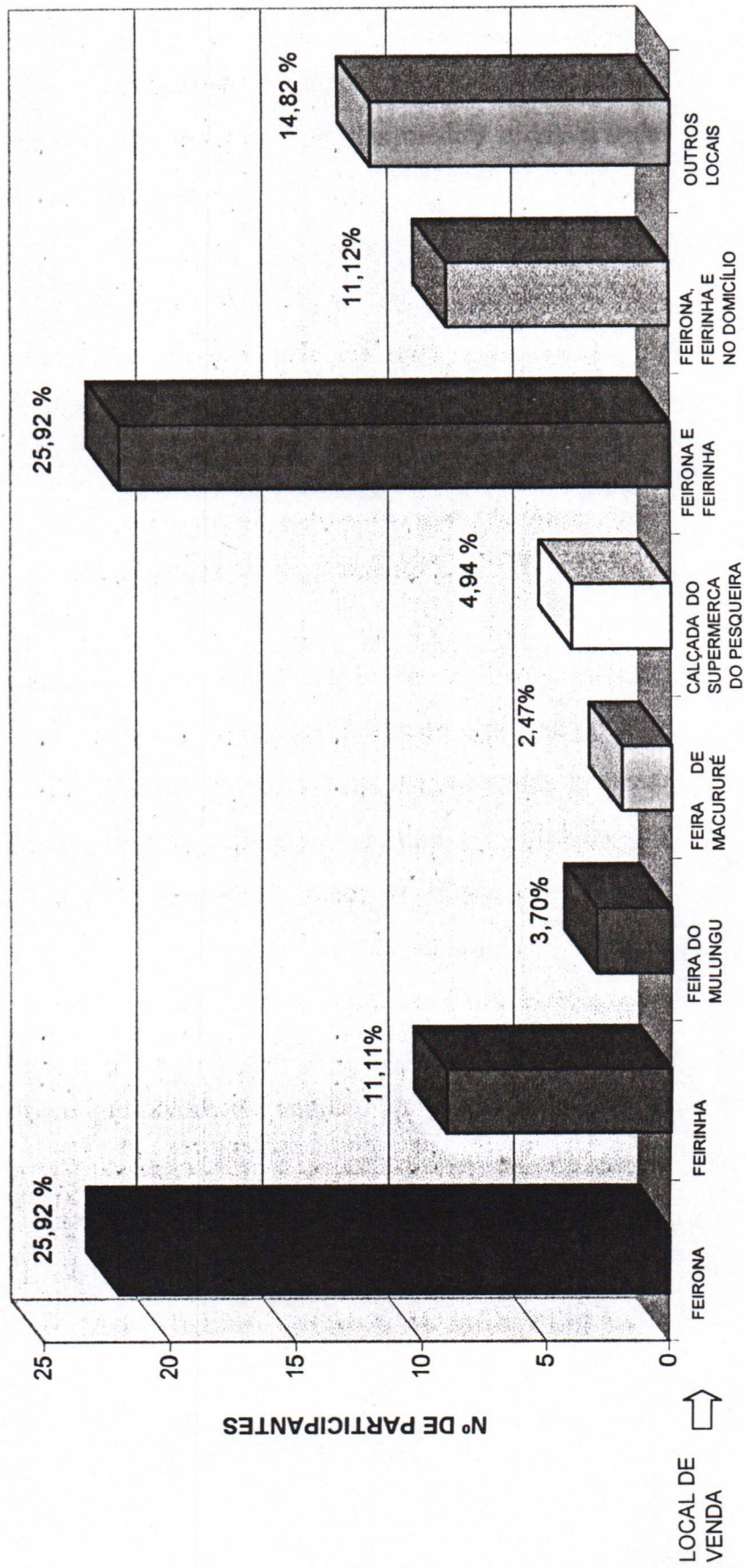
Já o mel e a acerola não apresentaram variação na quantidade comercializada, nos períodos considerados, visto ser a colheita desses produtos concentrada no primeiro semestre do ano. O umbu e o beiju mantiveram as quantidades comercializadas no segundo semestre/96 e no primeiro semestre/97.

Analisando ainda os dados das tabelas 20 e 21, constatou-se, do segundo semestre de 1996 para o primeiro semestre de 1997, a queda do preço médio de venda da quase totalidade dos produtos comercializados, o que se explica pelo aumento da oferta dos mesmos, nesse período. Essa redução foi de -13,33 % para o tomate, de -36,98 % para o feijão-de-corda verde, de -37,50 % para o murici, de -16,29 % para o licuri, de -28,57 % para a macaxeira, de -37,77 % para a pinha, de -42,28 % para o limão, de -40,00 % para a melancia, de -34,00% para o umbu e de -20,00 % para o milho verde. Com o mel, a acerola, a laranja, caju e ovos de galinha-de-capoeira não se constatou, nos dois períodos considerados, variação dos preços médios praticados nas feiras. Já a galinha-de-capoeira, apresentou no primeiro semestre, um ligeiro aumento do preço médio de venda, sendo acompanhada pela banana com 40,00 %.

Verifica-se também que os locais utilizados pelas mulheres-feirantes para venda de seus produtos variam bastante (gráfico 10), existindo desde aquelas que freqüentam apenas a feirona, (25,92 %), a feirinha (11,11 %), a feira do Mulungu (3,70 %), a feira de Macururé (2,47 %) e a calçada do Supermercado Pesqueira, (4,94 %), até as que freqüentam, em dias diversos, mais de uma feira por semana, como é o caso das que participam da feirona e da feirinha, (25,92 %), da feirona, da feirinha e vendem no domicílio (11,12 %) ou vendem em outros locais (14,82 %). Neste último caso, é possível encontrar-se as mulheres-feirantes, sobretudo nos períodos de safra, comercializando seus produtos em vários "pontos" incluindo-se entre os mesmos algumas esquinas que são pontos estratégicos do centro comercial

GRÁFICO 10

DISTRIBUIÇÃO (%) DAS MULHERES-FEIRANTES, SEGUNDO LOCAL DE VENDA DOS PRODUTOS - 1996-1997



FONTE: Pesquisa de campo realizada em maio de 1997

da cidade de Paulo Afonso, onde se concentra o fluxo de carros e de pessoas, tal como ocorre com os vendedores de ruas das médias e das grandes cidades. Sobre esse último caso, elucida Santos:

“O vendedor de rua é menos dependente da clientela que os outros. Ele vai a sua procura, ele tenta essa clientela; ou pode aproveitar ao máximo uma ocasião: nos dias de chuva as ruas e escritórios são percorridos por vendedores (...). Algumas caixas, uma prancha, uma cesta, não mais que as duas mãos: isso é suficiente para improvisar um vendedor”. (1979, p.172)

É interessante notar que, algumas dessas mulheres, embora constituam uma minoria, cerca de 5 % dos entrevistados, praticam o que se pode chamar de meação no negócio em feiras, onde as mais bem estabelecidas repassam parte de suas mercadorias para aquelas que já possuem, de fato, a habilidade no negócio, mas não dispõem de capital para se estabelecerem de forma mais permanente nas feiras. Estas passam a negociar com mercadorias de outrem, em troca de metade do lucro obtido com a venda dos produtos repassados. Com isso, a dona da mercadoria consegue, além de ampliar as possibilidades de venda de seus produtos, escoá-los mais rapidamente, o que favorece a venda de produtos mais perecíveis.

3.3 O PAPEL DO INTERMEDIÁRIO NA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA PEQUENA PRODUÇÃO NAS FEIRAS

Outro aspecto importante, da comercialização dos produtos da pequena produção agrícola do município de Paulo Afonso, refere-se à atuação dos intermediários. É através deles que se dá a vinculação do pequeno produtor agrícola

ao capital comercial. Valendo-se do mecanismo de extração dos excedentes produzidos pelos pequenos agricultores, o capital comercial se apropria dos resultados do trabalho da família agricultora, injetando, através de extensas cadeias de intermediação, a parcela do excedente agrícola por ela produzida sob forma não capitalista, no circuito de reprodução do capital urbano industrial (Castro, 1979, p. 209).

Embora a parcela excedente da produção dos pequenos agricultores do município de Paulo Afonso seja relativamente pequena, cai na malha do capital mercantil. Como se pode verificar na tabela 22, a quantidade dos produtos da pequena produção que chega ao mercado é irregular ao longo do ano, em virtude do caráter sazonal da atividade agrícola de pequeno porte no município.

Com base na quantidade adquirida e revendida semanalmente pelos intermediários, verifica-se a reduzida expressão do volume dos produtos assim comercializados. Os dados da tabela 22 levantados junto aos 13 integrantes da amostra de intermediários que atuam na área indicam que é, precisamente, no segundo semestre que ocorre o maior volume de transação comercial por semana, quando são comercializadas pelos intermediários uma média de 85,97 toneladas contra 35,72 toneladas transacionadas no primeiro semestre. Isto se reflete na variação sazonal do preço médio de compra e venda dos produtos que é inversa àquela do volume comercializado. Assim, por exemplo, o feijão que, no primeiro semestre, teve seu preço médio de compra cotado em R\$ 29,80 e de venda, em R\$ 33,72, registrou no segundo semestre uma redução do valor tanto do preço médio de compra quanto do de venda que caíram para, respectivamente, R\$ 26,18 e R\$ 30,45, tendo sido essa tendência, de modo geral, seguido pelos demais produtos.

TABELA 22
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
PRINCIPAIS PRODUTOS DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
ADQUIRIDOS POR INTERMEDIÁRIOS NAS FEIRAS - 1996-1997

PRODUTO	QUANTIDADE ADQUIRIDA (T)		PREÇO MÉDIO DE COMERCIALIZAÇÃO PARA SACADA DE 60 kg (R\$)						VARIÇÃO(%) DO PREÇO MÉDIO DE COM PRA E VENDA	
	2º Semestre de 1996	1º Semestre de 1997	1º Semestre 97			2º Semestre 96			2º Semestre de 1996	1º Semestre de 1997
			Preço de compra	Preço de venda	Preço de compra	Preço de venda	Preço de venda			
FEIJÃO	30,30	8,04	29,80	33,72	26,18	30,45	16,31	13,15		
MILHO	44,40	21,6	10,46	12,68	8,00	9,90	23,75	21,22		
FARINHA ⁽¹⁾	6,90	2,58	22,66	25,66	20,00	23,75	18,75	13,24		
ALGODÃO	0,87	-	-	-	27,00	34,20	26,66	-		
UMBU	1,50	3,50	6,00	10,00	6,00	10,00	66,66	66,66		
CASTANHA DE CAJU	2,00	-	-	-	15,00	18,00	20,00	-		
TOTAL	85,97	35,72	-	-	-	-	-	-		

FONTE: Pesquisa de campo realizada em maio/97.

(1) No caso da farinha, o saco é de 50 kg.

Considerando a variação percentual do preço médio dos produtos comprados e revendidos pelo conjunto dos intermediários, verificou-se, ainda, um relativo equilíbrio entre as margens de lucro no primeiro e no segundo semestre, que foram de respectivamente, de 13,15 % e 16,31 % para o feijão, de 21,22 % e 23,75 % para o milho, de 13,24 % e de 18,75 % para a farinha. Excetuam-se, desse contexto, o algodão e a castanha-de-caju, cujas vendas ocorrem, em sua maior parte no segundo semestre, tendo-se registrado, um lucro médio de 26,66 % para o algodão e de 20,00 % para a castanha-de-caju. Maior ganho, no entanto, registrou-se, no caso do umbu, que foi de 66,66 % em ambos os períodos. Nesse caso, a estabilização das taxas de lucro no primeiro e segundo semestres, deve-se ao fato de a coleta desse produto ser realizada num curto período do ano (dezembro a março). Além disso, por ser bastante perecível, o produto não pode ser estocado por períodos prolongados, devendo ser comercializado logo após a colheita. Esse comportamento dos preços obedece à lei de mercado que, segundo Santos, assim se expressa:

“Quando a colheita é fraca a lei da oferta e da demanda pode funcionar livremente, mas quando é melhor, os intermediários intervêm para manter o preço elevado e estabilizar os ganhos. De um modo geral, as margens de lucro são mais elevadas para os produtos alimentares que se deterioram depressa”. (1979, p. 193)

Quanto à venda de caprinos e ovinos nas feiras (Tabela 23), constatou-se, tanto no primeiro como no segundo semestre, variações no preço médio de compra e venda de 16,66 % e 14,28 % para o caso dos caprinos e de 20,00 % e 26,98 % para os ovinos. As margens de lucro mais elevadas verificadas na venda dos ovinos devem-se ao fato desses animais serem mais sensíveis aos períodos secos, sendo, por

isso, nesse período do ano, ofertados nas feiras em menor quantidade que os bovinos e caprinos.

TABELA 23
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO-BA
PRINCIPAIS TIPOS DE ANIMAIS COMPRADOS POR INTERMEDIÁRIOS NA FEIRONA - 1996-1997

TIPOS DE ANIMAIS	QUANTIDADE MÉDIA ADQUIRIDA POR SEMANA		PREÇO MÉDIO POR ANIMAL COMERCIALIZADO (R\$)				DIFERENÇA (%) ENTRE O PREÇO DE COMPRA E O DE VENDA	
	1º Semestre de 1997	2º Semestre de 1996	1º SEMESTRE/97		2º SEMESTRE/96		1º Semestre de 1997	2º Semestre de 1996
			Preço de compra (R\$)	Preço de venda (R\$)	Preço de compra (R\$)	Preço de venda (R\$)		
BOVINO	70	60	319,23	340,00	319,23	340,00	6,5	6,5
CAPRINOS	33	30	30,00	35,00	35,00	40,00	16,66	14,28
OVINOS	11	9	30,00	36,00	31,50	40,00	20,00	26,98
TOTAL	114	99	-	-	-	-	-	-

FONTE: Pesquisa de campo realizada em maio de 1997.

De acordo com dados da pesquisa de campo, é possível identificar, pelo menos, três tipos de intermediários que comercializam os produtos da Pequena produção agrícola do município de Paulo Afonso-BA, a saber: **o pequeno intermediário local, o caminhoneiro/ajuntador local e o intermediário/caminhoneiro de outra cidade**, cujas características gerais estão expostas no quadro 01.

O gráfico 11 mostra que a maioria desses intermediários se encontra na categoria **pequeno intermediário local**, correspondendo a 58 % do total dos 13 intermediários entrevistados, vindo, em seguida, o **intermediário/caminhoneiro de outra cidade** (25 %) e, por último, o **caminhoneiro/ajuntador local** (17 %). Convém destacar, contudo, que, embora não constituam a maioria, estas duas

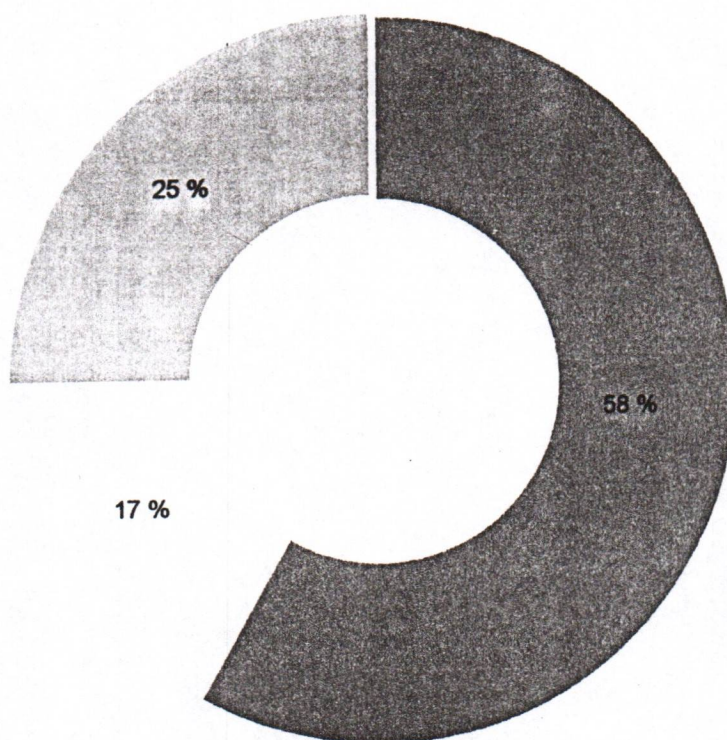
QUADRO 01




CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DOS INTERMEDIÁRIOS QUE COMERCIALIZAM OS PRODUTOS DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO-BA NAS FEIRAS DA REGIÃO - 1997

CARACTERÍSTICAS PESQUISADAS	TIPOS DE INTERMEDIÁRIOS		
	PEQUENO INTERMEDIÁRIO LOCAL	CAMINHONEIRO/AJUNTADOR LOCAL	INTERMEDIÁRIO/CAMINHONEIRO DE OUTRAS CIDADES
LOCAL DE AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS, UTILIZAÇÃO DE TRANSPORTE E DESLOCAMENTOS	EM GERAL, UTILIZA TRANSPORTE ALUGADO E RARAMENTE, TRANSPORTE PRÓPRIO. ADQUIRE OS PRODUTOS DIRETAMENTE DO AGRICULTOR. COMERCIALIZA EM LOCAL FIXO. ALGUNS FREQUENTAM, SEMANALMENTE, A FEIRA DE OUTROS MUNICÍPIOS.	POSSUI TRANSPORTE PRÓPRIO. COMPRA PRODUTOS AGRÍCOLAS NO PRÓPRIO MUNICÍPIO E EM MUNICÍPIOS VIZINHOS E/OU, NOS PERÍODOS DE SAFRA, RECOLHE-OS DIRETAMENTE NAS ROÇAS. FREQUENTA, SEMANALMENTE, FEIRAS DE OUTROS MUNICÍPIOS, TRANSPORTANDO, NESSA OCASIÃO, OS AGRICULTORES QUE SE DESLOCAM PARA ESSAS FEIRAS.	POSSUI TRANSPORTE PRÓPRIO. ATUA, SOBRETUDO, NO PERÍODO DE SAFRA, ADQUIRINDO PRODUTOS EM GRANDE QUANTIDADE (IGUAL OU SUPERIOR A UMA CARGA DE CAMINHÃO). COMPRA PRINCIPALMENTE MILHO E FEIJÃO.
CAPACIDADE DE ESTOCAGEM E DESTINAÇÃO FINAL DOS PRODUTOS	TRABALHA COM ESTOQUES REDUZIDOS. SEUS PRODUTOS DESTINAM-SE, PRINCIPALMENTE, AO ABASTECIMENTO LOCAL E, EVENTUALMENTE, AO MERCADO REGIONAL.	POSSUI DEPOSITOS/ARMAZENS. COMERCIALIZA OS PRODUTOS EM FEIRAS DE OUTROS MUNICÍPIOS.	ESTOCA PRODUTOS EM DEPOSITOS ALUGADOS NO MERCADO DA PRINCIPAL FEIRA DA CIDADE. GERALMENTE ENCONTRA-SE ESTABELECIDO EM CIDADES PÓLOS DE ABASTECIMENTO REGIONAL PARA ONDE, NOS PERÍODOS DE SAFRA, CONDUZ IMPORTANTE PARCELA DA PRODUÇÃO MUNICIPAL.
OUTRAS ATIVIDADES EXERCIDAS	COMBINA O NEGÓCIO, NA FEIRA, COM OCUPAÇÕES AFINS E/OU COMPLEMENTARES, COMO AGRICULTURA PEQUENO NEGÓCIO (MERCARIAS) E CORRETAGEM DE MERCADORIA.	TRANSPORTA MERCADORIAS DE TERCEIROS NOS DIAS EM QUE NÃO FREQUENTA A FEIRA.	EM GERAL, NÃO EXERCE ATIVIDADES COMPLEMENTARES, SENDO POSSÍVEL CONTUDO, ENCONTRAR, DENTRE OS QUE FREQUENTAM SEMANALMENTE A FEIRA DE PAULO AFONSO, ALGUNS RETALHANDO CEREAIS E LEGUMES NO MERCADO DA PRINCIPAL FEIRA DESSE MUNICÍPIO.

FONTE: Pesquisa de campo realizada em maio de 1997.

GRÁFICO 11
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO-BA
DISTRIBUIÇÃO (%) DOS TIPOS DE INTERMEDIÁRIOS QUE COMERCIALIZAM OS
PRODUTOS DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA



-  PEQUENO INTERMEDIÁRIO LOCAL
-  INTERMEDIÁRIO CAMINHONEIRO DE OUTRA CIDADE
-  CAMINHONEIRO/AJUNTADOR LOCAL

FONTE: Pesquisa de campo realizada em maio de 1996.

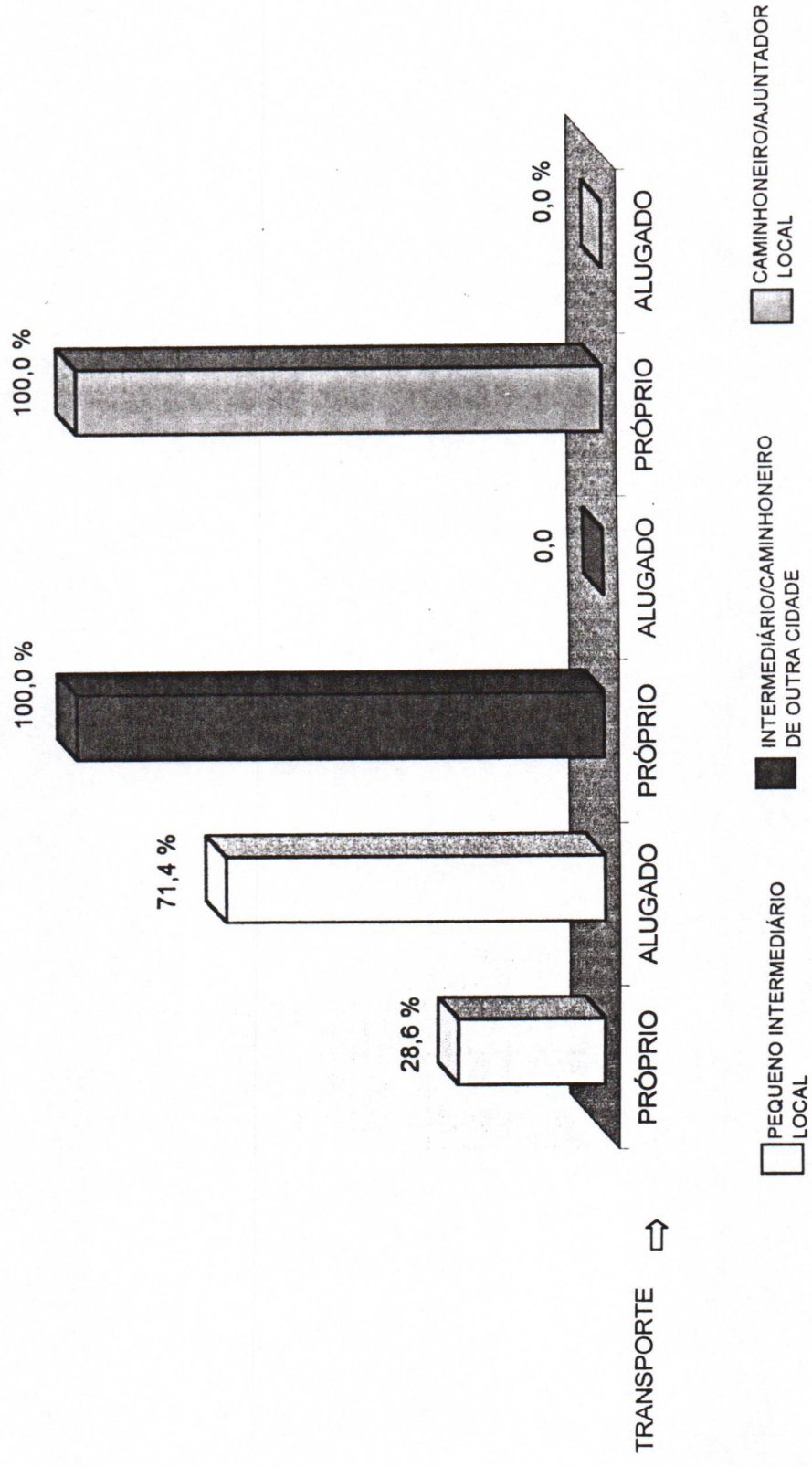
últimas categorias acabam contribuindo para que exista entre si uma competição pelo produto, o que, em princípio, deveria beneficiar os pequenos agricultores, não sendo, porém, o que ocorre, em virtude da determinação oligopsônica dos preços e do pequeno volume dos produtos vendidos individualmente.

É interessante destacar, ainda, de acordo com as entrevistas realizadas, o tipo de transporte utilizado pelas diferentes categorias de intermediários que atuam nas feiras da região (gráfico 12). Vê-se, no caso dos **pequenos intermediários locais**, que apenas 28,6 % utilizam transporte próprio, enquanto 71,4 % utilizam transporte alugado. A explicação para esse fato é essa categoria comercializar uma produção limitada e eventual, dedicando-se, na sua maioria, à compra e venda de produtos em pequena escala. Somente nos períodos de safra é que essa categoria passa a adquirir produtos em maior quantidade e, ainda assim, exercendo o papel de corretor de mercadorias junto ao **intermediário/caminhoneiro de outra cidade**, de quem recebe uma certa quantia em dinheiro. Essa quantia é usada para comprar, nas feiras, os produtos dos pequenos agricultores em quantidade igual ou superior a uma carga de caminhão, ganhando, de acordo com a quantidade e a qualidade dos produtos adquiridos, o equivalente de 5 a 10 % do seu volume total.

Dessa forma o **intermediário/caminhoneiro de outra cidade**, representando 25 % do total de intermediários entrevistados (gráfico 11), além de estabelecer vínculos com o pequeno produtor, comprando seus produtos diretamente na feira, vale-se de outros expedientes, como os especificados por Santos (1979, p. 184):

“Uma forma muito corrente de aumentar os ganhos consiste na realização de uma espécie de comércio triangular. Os comerciantes que dispõem de reservas de dinheiro líquido visitam os diferentes

GRÁFICO 12
DISTRIBUIÇÃO (%) DOS TIPOS DE TRANSPORTE SEGUNDO A
CATEGORIA DE INTERMEDIÁRIO QUE COMERCIALIZAM A PRODUÇÃO DO
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO-BA - 1997



FONTE: Pesquisa de campo realizada em maio de 1997.

lugares em que sabem de antemão que é possível comprar barato e vender com uma boa margem de lucro. Mas isso exige deslocamentos constantes e supõem um bom conhecimento das condições regionais”.

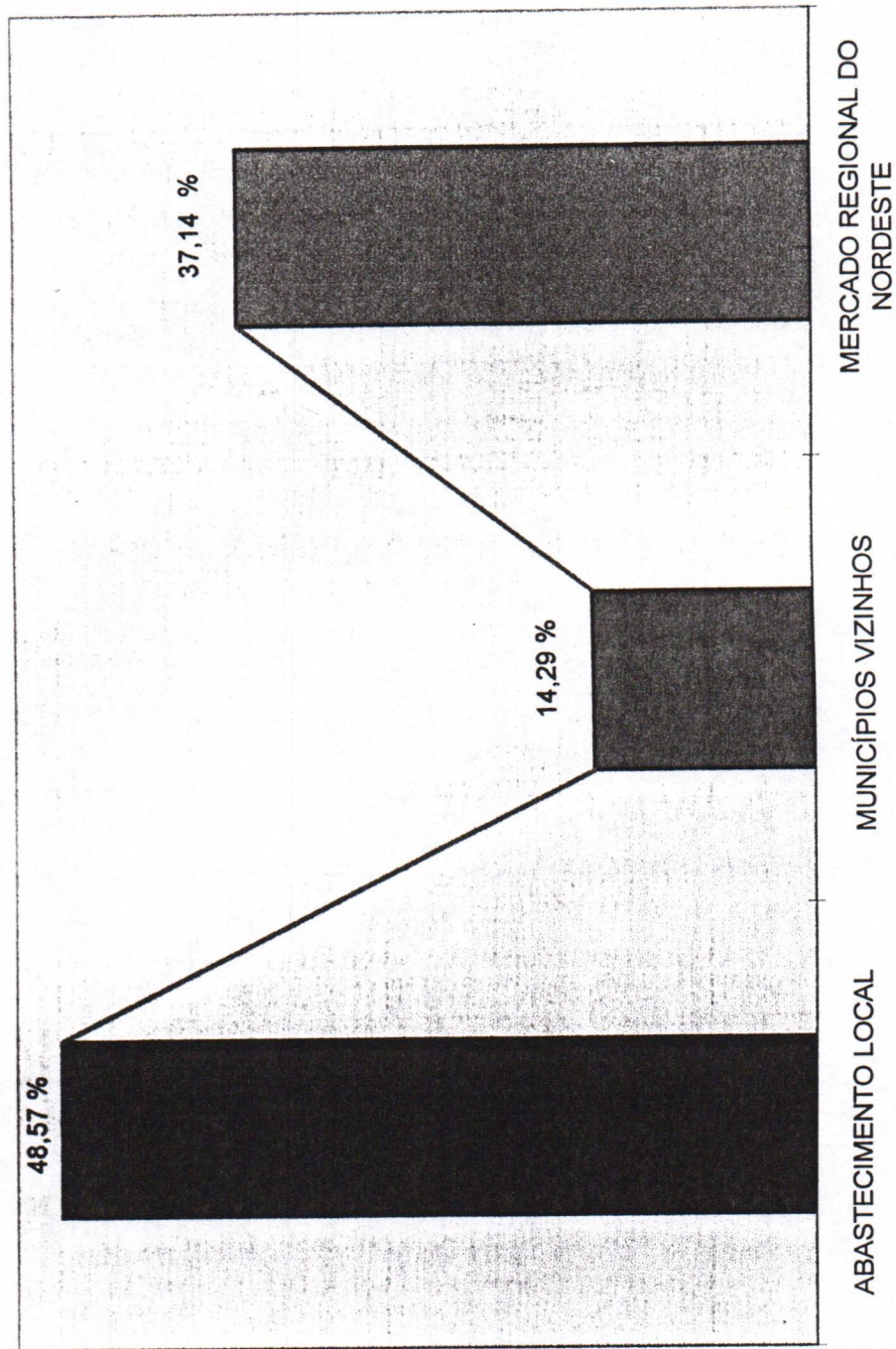
Com referência à categoria **caminhoneiro/ajuntador local**, todos possuem transporte próprio (gráfico 12). Verificou-se, ainda, nesse tipo de intermediário, uma maior mobilidade em seus deslocamentos, sendo comum encontrá-los, nos períodos de safra, visitando as roças não só de Paulo Afonso mas de municípios vizinhos para adquirir produtos direto do pequeno produtor. Segundo Castro,

“Assim é que o caminhoneiro, por exemplo, aproveitando a dispersão e o baixo poder negociador do pequeno produtor, transforma a função de transporte na de compra intermediária monopsônica (1979, p.214).

Quanto à destinação dos produtos comercializados pelos intermediários que atuam nas feiras da região (gráfico 13), verifica-se que, na maioria, são vendidos no próprio município (48,57 %), enquanto que 14,29 % destinam-se aos municípios vizinhos e 37,14 % ao mercado regional do Nordeste.

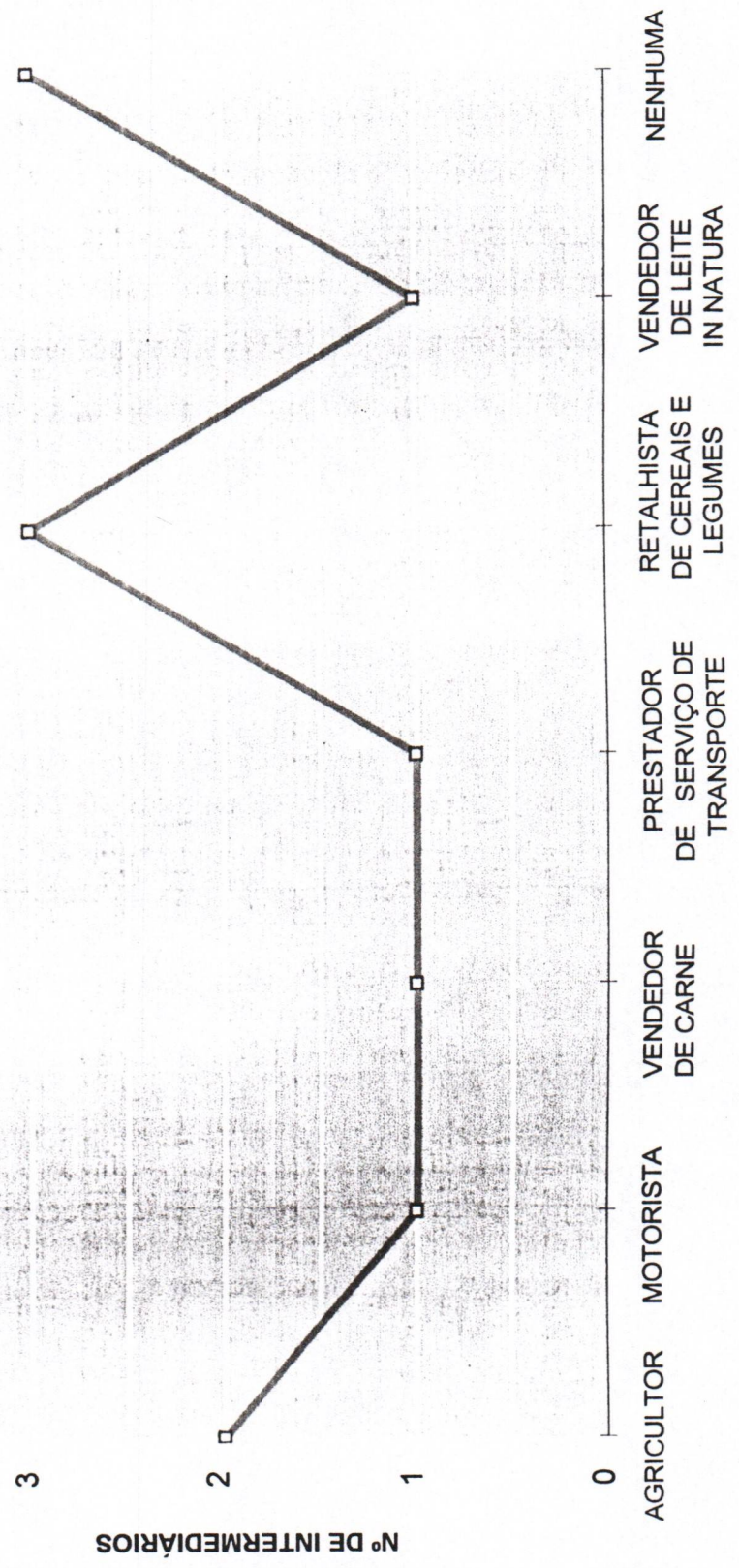
Por fim, uma característica que, de certa forma, reflete a diferenciação no porte e na atuação dos intermediários que transacionam com os produtos da pequena produção agrícola do município de Paulo Afonso, diz respeito às atividades afins e/ou complementares que os mesmos exercem paralelamente ao negócio em feiras e que complementam a renda desses intermediários. Como se pode observar no gráfico 14, são variadas essas atividades. Entre os intermediários entrevistados, constatou-se que

GRÁFICO 13
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA
DESTINAÇÃO DOS PRODUTOS DA PEQUENA PRODUÇÃO COMERCIALIZADA POR
INTERMEDIÁRIOS QUE ATUAM NAS FEIRAS DA REGIÃO



FONTE: Pesquisa de campo realizada em maio de 1997.

GRÁFICO 14
 OUTROS TIPOS DE ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS INTERMEDIÁRIOS QUE
 COMERCIALIZAM OS PRODUTOS DA PEQUENA PRODUÇÃO DO MUNICÍPIO
 DE PAULO AFONSO-BA - 1997



FONTE: Pesquisa de campo realizada em maio de 1997.

ocupações como as de agricultor e motorista estão majoritariamente vinculadas à **categoria intermediário local**, o que se explica pelo maior grau de vulnerabilidade dessa categoria aos altos e baixos do processo de comercialização, contrariamente ao que se observa no caso das categorias **caminhoneiro/ajuntador local** e **intermediário/caminhoneiro de outra cidade**, cuja ocupações complementares são, em geral autônomas, tais como venda de carne em açougue, prestação de serviços de transporte, retalhista de cereais e legumes e vendedor de leite *in natura*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Paulo Afonso-BA, fortemente marcado por condições de semi-aridez, teve sua base econômica e social dinamizada a partir do aproveitamento das potencialidades hidrelétricas das usinas da CHESF, cujo impacto dinamizador atingiu, em maior escala, a sede municipal onde, dos anos 50 aos 90, se desenvolveu uma importante função comercial e de prestação de serviços, tornando-se um pólo urbano de importante poder atrativo de negócio.

Contrastando com o dinamismo da sede do município, a área rural apresenta um quadro inteiramente diverso. Com parte de seu território situado no Raso da Catarina, esse município teve sua evolução sócio-econômica e cultural baseada na pecuária ultraextensiva e, de forma complementar, na prática de uma agricultura de subsistência. Consolidada como atividade tradicional no município, a pequena produção agrícola tem, portanto, constituído a base de reprodução física e social da família agricultora,

cuja produção envolve o cultivo de algumas espécies tradicionais na área (milho, feijão, mandioca e algodão), o criatório de animais, sobretudo pequenos e médios e o extrativismo de algumas espécies da vegetação nativa.

A produção desses gêneros obedece, em primeiro lugar, à cadência do ciclo anual de chuvas, sendo possível identificar, pelo menos, dois períodos no ciclo de produção anual: o das “trovoadas” que se estende de dezembro a março e o das chuvas (inverno) que inicia-se no mês de março, estendendo-se até agosto. Fato análogo ocorre com os produtos extrativos cujo comportamento da produção encontra-se bastante influenciado pelo regime de chuvas. O criatório de animais, além da diminuição dos efetivos dos rebanhos nos períodos secos, como vem ocorrendo nos últimos cinco anos, tem sofrido o efeito do cercamento das médias e grandes propriedades, prejudicando, com isso, sobretudo os caprinos e ovinos, com a redução da área de pastoreio comunitária, ao que se somam as dificuldades de acesso ao crédito e o fracionamento da terra por herança nas pequenas propriedades.

Essa estrutura de produção é própria de uma área onde predominam o minifúndio e as pequenas propriedades e onde tem ocorrido duas formas de mobilidade da população rural: uma representada pela migração dos pequenos agricultores do município para o eixo Rio-São Paulo, sendo essa forma de mobilidade influenciada pela temporalidade e espacialidade dos diversos ciclos de produção, intensificando-se nos meses de entressafra (setembro a janeiro) com o retorno dos pequenos agricultores nos meses de março a maio; uma outra, em sentido inverso, intensificada nos últimos quinze anos, é constituída pela entrada na área rural do município de Paulo Afonso de grupos inteiros de pequenos agricultores provenientes principalmente de áreas policultoras serranas de municípios alagoanos, pernambucanos e sergipanos.

O saldo dessa mobilidade da população rural tem sido a expansão do contingente populacional observada nos últimos anos na área rural do município de Paulo Afonso, com o surgimento de novos povoados, motivando, sobretudo a partir dos anos oitenta, a implantação, nesses povoados, de alguma infra-estrutura básica e, nesta década, o investimento em programas de melhoria da produção agrícola, através de projetos de irrigação. Embora de forma ainda relativamente modesta, a agricultura irrigada teve início com a instalação, pela prefeitura, de um projeto de irrigação numa área de 100 ha (Projeto Caiçara), estando prevista a instalação pelo Estado e pela Prefeitura, de um outro com cerca de 564 ha (Projeto Paulo Afonso). Além disso, têm sido implementados na área outros projetos voltados para o pequeno produtor, visando o aproveitamento do potencial piscícola dos lagos das hidrelétricas construídas pela CHESF.

É nesse contexto de organização da pequena produção do município de Paulo Afonso que se dá a geração, circulação e apropriação dos excedentes agrícolas comercializados nas feiras da região, com importante papel no processo de reprodução física e social do pequeno agricultor do município.

Nessa articulação atua, de forma predominante, o feirante profissional (intermediário) sendo, porém, significativa a presença de pequenos produtores retalhando, nas feiras da região, produtos de baixo valor unitário, tais como feijão, milho, farinha, umbu, médios e pequenos animais. Com relação a esses produtos pode-se perceber, que parte deles - milho, feijão e farinha - são estocados, seja com o objetivo de assegurar o autoconsumo da família ao longo do ano, seja para revenda naqueles períodos em que se supõe possa o agricultor conseguir melhor preço para o produto. A renda obtida com a venda do criatório destina-se à cobertura de despesas de

caráter emergencial e à aquisição de objetos pessoais de consumo da família agricultora.

Ao lado do pequeno agricultor ocorre, nessas feiras, a presença da mulher rural feirante, encarregada da venda de produtos de pequena monta (produzidos na roça, coletados na vegetação nativa e adquiridos de terceiros) contribuindo, sobretudo nos períodos mais críticos, para a reprodução social da família agricultora do município. Constatou-se, também, entre essas mulheres feirantes – sobretudo entre aquelas mais bem situadas no negócio - uma maior mobilidade em termos de deslocamento pelas feiras da região, constituindo-se tal característica numa estratégia de ampliação das possibilidades de venda dos produtos. Verificou-se, inclusive, que algumas delas chegam a repassar parte de seus produtos para outras mulheres feirantes (que não dispõem de capital para se estabelecerem de forma definitiva nas feiras), com vista a potencializar a venda dos mesmos, mormente aqueles mais perecíveis.

A análise dessas formas de articulação do pequeno produtor agrícola aos circuitos de comercialização atuantes na área levou-nos à constatação de que, se por um lado, na venda da produção ao intermediário, este se apropria de uma parte significativa do sobretrabalho do pequeno produtor, realizando a subordinação deste ao capital mercantil, por outro lado, na venda direta ao consumidor pelo agricultor retalhista e pelas mulheres feirantes do campo, o pequeno produtor retém uma parcela do seu sobretrabalho, constituindo essas formas complementares de comercialização uma importante estratégia de reprodução social do pequeno produtor agrícola do município estudado.

ABSTRACT

Taking as a matter of research the Paulo Afonso city little agriculture producers, this work has the aim of comprehend the mechanisms which lead the social and physical reproduction process of the little agricultural production of that city as well as the reproduction of the country side of this area, electing, as the main approaching subject, the relation between that segment of the agriculture and the circuit of commercing of the fairs of the region. It originated in that the articulation of the little production related to the circuit of the capital is the way through which the overwork of the little agriculturist, materialized in excessive product, is captured by the comercial capital, represented, in this situation as it is analised, through the intermediating of the area. In order to accomplish this sstudy, it was used a wide range of bibliographic stuff, aiming to reason the analysis, under either as the empirical or theoretical point of view. During the development of the study it was necessary to use statistic, cartographic and direct research infomation, the latter ocured through interviews with little agriculturist, with the intermediate people and with the fair people, directly involved on the sales of the stuff producted through the city little agricultural production. We realized, through the analysis, that, during the sale to the intermediat people, these get to them a significative quantity of the overwork of the little producer, while during the direct sale to the consumer by the small agriculturist and by the fairswomen, this little producer stays with an important quantity of his overwork, representing, therefore, this way of commerce, the overmost strategy of the category social reproduction.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. C. De. **Tradição e Mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do sub-médio São Francisco.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- ARAÚJO, Tania Bacelar de. Nordeste. Nordestes: que Nordestes? In : AFFONSO, Rui de Britto Álvares. (org.) **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento.** São Paulo: Fundap: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- AZEVEDO, Sérgio L. Malta de. **Mudança Espacial e Reorganização agrícola na Área do Reservatório de Itaparica.** Fortaleza, UECE, 1993 (Monografia de Especialização).
- BAHIA. Secretaria da Indústria Comércio e Turismo. Salvador, **Diagnósticos de municípios: micro-área de Paulo Afonso/Jeremoabo.** 1995.
- COMPANHIA DE ENGENHARIA RURAL DA BAHIA. Salvador. **Projeto Executivo e Estudo de Viabilidade do Perímetro Irrigado de Campos Novos - Estudo Hidroclimático.** Dezembro, 1988.
- CASTRO, Ana Célia. et al. **Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira.** Brasília: Binagri, 1979.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Rede de Localidades Centrais nos Países Subdesenvolvidos. In. **Revista Brasileira de Geografia.** 50 (1): 74, jan./mar.
- _____ **Região e Organização Espacial.** São Paulo, Atlas, 1991.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1979.

GALDINO, Antônio, MASCARENHAS, Sávio. **Paulo Afonso: de pouso de boiadas a redenção do Nordeste**. Paulo Afonso: Fonte Viva, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981, 210.p.

GYZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petropolis: Vozes, 1987.

GARCIA, Jr. Afrânio R. **O Sul: caminho do roçado; estratégia de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

HAUPTLI, Rudolf. **Fase Pioneira de uma Companhia Hidrelétrica no Nordeste do Brasil**. Zurique, 1994 (Dissertação de Mestrado).

HEREDIA, Beatriz M. A. de. **A Morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HIDROS. **Projeto de Irrigação de Paulo Afonso: projeto básico e análise econômica**. Salvador, V - 1, 1996.

- JATOBÁ, Lucivânio. Et al. Condições Geo-Ambientais do Semi-árido Brasileiro. In: **Ciência & Trópico**. Recife, V. 20, N. 1/ p. 173 - 197, jan./jun. 1992.
- JESUS, Gilmar Mascarenhas de. O lugar da feira livre na grande cidade capitalista. In **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. 54(1): 96, 1992.
- MARTINS, José de Souza. O Vôo das Andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: _____. **Não há Terra para Plantar neste Verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RADAMBRASIL. Levantamentos de Recursos Naturais - Folha SC. 24/25 - Aracaju/Recife - Rio de Janeiro, MME, 1983 v. 30.
- PROJETEC. **Projeto Piloto de Irrigação de Paulo Afonso**. Salvador, 1995, v. 1.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Anuário Estatístico da Bahia**. V. 9, Salvador, 1995.
- SORJ, Bernard. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SALES, Tereza. **Agreste, Agrestes: Transformações recentes na agricultura nordestina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 196 p. (Série Cadernos CEBRAP, 36).
- SUDENE. **Síntese Histórica do Papp**. Recife, 1993.

SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvido. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

_____ **Metamorfoses do Espaço Habitado.** São Paulo, Hucitec, 1994.

SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os Direitos: Estudo sobre trabalhadores da cana- de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, M. C. de. **Agricultura & Capitalismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. 115 p.

_____ **A Terra e o Homem no Nordeste**. 3^a ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239 p.

ANDRADE, G. O. de. **Alguns Aspectos do Quadro Natural do Nordeste**. Recife: SUDENE, Coord. Planej. - Div. Pol. Espacial, 1977. 74 p. (Série Estudos Regionais)

_____ Os Climas do Nordeste. in: VASCONCELOS SOBRINHO, J. et al. **As Regiões Naturais do Nordeste, o Meio e a Civilização**. Recife: CONDEPE , 1970. p. 95-138.

ARAÚJO, L. F. C. de. (coord.) **Industrialização Rural no Nordeste**. Recife: SUDENE, 1985. 488 P.

BARROS, Nilson Crocia de. Território e Setor Informal: Avaliação Bibliográfica. In: **Cadernos de Geociências**. Rio de Janeiro: IBGE. (n. 9).

BROMLEY, R.J. Os mercados nos países em desenvolvimento: uma revisão. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 42 (3): 643-57, 1980.

CHAYANOV, A. V. **la Organización de La Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1985. 339 p.

- CARLEIAL, Lima M. da F. A questão regional no Brasil Contemporâneo, In: LAVINAS, L. M. da F. et NABUCO, M.R. (org.). **Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993. p. 35-58.
- COURCIER, Rémy. **O PROJETO PINTADAS: Uma Experiência de "Pesquisa - Desenvolvimento" no sertão baiano**. Recife: SUDENE - FUNDAJ - Editora Massangano, 1993. 131 p.
- DINIZ, José Alexandre Filizola. **O Subsistema Urbano-Regional de Aracaju**. Recife: SUDENE, Depart. Planej. Sub- Regional e Urbano, 1987. 350 p.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1986. 248 p.
- GEORGE, Pierre. **Geografia Agrícola do Mundo**. Trad. Octavio Mendes. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, 122 p. (original Francês)
- GERARDI, Lúcia H. de O. et. al. Camponeses do Paraopeba. Diagnóstico e Alternativa. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 52, n. 2, p. 75-82, jan./mar. 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978. 267 p.
- HADDAD, Paulo R. **Planejamento Regional: Métodos e aplicação ao caso Brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1974. 244 p. (Monografia)
- HAGUETTE, André. (Coord.) **O Pequeno Produtor Rural e a Estrutura de Poder**. Fortaleza: CETREDE, 1983. 181 p.

KAUTSKI, Karl. **A Questão Agrária**. 3ª ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980, 329 p.

LEÃO, Sônia Oliveira de. **Evolução dos Padrões de Uso do Solo Agrícola da Bahia**. Recife: SUDENE-DPG-SRE, 1987.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1986. 157 p.

_____ **Caminhada no Chão da Noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: Hucitec, 1988. 147 p.

_____ **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991. 182 p.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agro-industrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec: EDUC, 1989, (Estudos Rurais) 149 p.

MOURA, Margarida, M. **Os Herdeiros da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1978. 100 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert et COSTA, Wanderley Messias de. **A Valorização do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1993. 196 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, 164 p.

_____ **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1990, 88 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária No Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979. 188 p.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil**. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A./ Editora da Universidade de São Paulo, 1978. 265 p.

SILVA, Barbosa; Christiane Nentwing, Silva, Sylvio C. B. de Melo. **Cidade e Região no Estado da Bahia**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991. 206 p.

SILVA, Maria Edvalci. **Feira como Centralidade Urbana**, Aracaju: UFSE, 1987. 277 p. (Trabalho de Conclusão de Curso)

SANTOS, José Vicente Tavares. Os Elementos da Produção camponesa, IN: **Colonos do Vinho**. São Paulo: HUCITEC, 1984. P.25-67.

SILVA, Lenyra Rique. **A Natureza Contraditória do Espaço Geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.

WILLIAMS, Raimond. **O Campo e a Cidade: na história e na literatura**. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 439 p. (original inglês)